



UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA

Ana Margarida Oliveira Coelho

O PLANO DE URBANIZAÇÃO, ALARGAMENTO  
E EMBELEZAMENTO DA CIDADE DE BRAGA  
ÉTIENNE DE GRÖER, 1941/46

Dissertação no âmbito do Mestrado integrado em Arquitetura,  
orientada pelo Professor Doutor Nuno Carlos Pedroso de Moura Correia  
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciência e Tecnologia  
da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2020



Departamento de Arquitetura  
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

O Plano de urbanização, alargamento e  
embelezamento da cidade de Braga – Étienne de  
Gröer, 1941/46

Ana Margarida Oliveira Coelho

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura orientada pelo Professor Doutor  
Nuno Carlos Pedroso de Moura Correia e apresentada ao Departamento de  
Arquitetura Da Universidade de Coimbra

Outubro de 2020



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA



O Plano de urbanização, alargamento e embelezamento da  
cidade de Braga – Étienne de Gröer, 1941/46



## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Nuno Correia, pela orientação e dedicação ao longo do trabalho.

À minha família, por todo o apoio.

Aos funcionários da Biblioteca Pública de Braga que foram sempre prestáveis.

E a todos que me acompanharam ao longo deste percurso académico.





## **RESUMO**

Esta investigação tem como objetivo estudar o Plano de Urbanização da cidade de Braga, realizado pelo urbanista Étienne de Gröer, entre 1941-46.

Étienne De Gröer foi um dos urbanistas mais importantes do século XX em Portugal. Foi uma figura marcante do urbanismo português na década de quarenta e, é com este urbanista que a cidade de Braga vai ter o seu primeiro Plano de Urbanização. De Gröer trouxe para Portugal novos ideais urbanísticos, defende o conceito da cidade-jardim de Ebenezer Howard, e vai fundamentar as suas intervenções nesta teoria que considera a primeira base do urbanismo moderno.

Nas cidades de Braga e Évora, De Gröer vai mostrar a sua posição em relação à estrutura histórica das cidades, vai dedicar-se ao arranjo da cidade existente e ao desenho das novas áreas de expansão. Considera que os centros históricos deviam ser preservados, não deviam ser alvo de intervenções que lhes mudassem a sua essência.

Para o estudo do Plano da cidade de Braga, foi feita uma análise da evolução urbana aquando da realização do Plano, e uma análise das Plantas de Étienne de Gröer para esta cidade, assim como o seu relatório e legislação. Procurou-se também perceber se as suas propostas foram ou não aprovadas e identificar se ainda existem algumas estruturas do Plano elaborado por Étienne de Gröer no traçado atual da cidade.

O Arquivo do Departamento de Arquitetura contém no seu espólio plantas de alguns Planos de Urbanização realizados por Étienne de Gröer para várias cidades em Portugal, entre os quais o de Lisboa, Sintra, Almada, Costa do Sol, Abrantes, Évora, Beja e Coimbra, mas não existe o Plano da cidade de Braga. Neste sentido, o presente trabalho pretende também constituir um contributo para suprir o vazio existente sobre o plano urbanístico desta cidade, podendo esta investigação constituir um complemento ao espólio do AAUC (Arquivo de Arquitetura da Universidade de Coimbra).

### Palavras-Chave

Braga – Cidade-Jardim – Étienne de Gröer – Centro Histórico – Plano de Urbanização



## **ABSTRACT**

The main goal of this investigation is to study the urban plan of the city of Braga, carried out by the urban planner Étienne De Gröer, between 1941-46.

Étienne De Gröer was one of the most important urban planners of the 20<sup>th</sup> century in Portugal. He was a landmark of Portuguese urban planning in the 1940s and he was the first to design an urban plan for Braga. De Gröer brought to Portugal new urbanistic values including Ebenezer Howard's concept of the garden city. He supported his contributions on this theory that he considered to be the foundation of modern urban planning.

As far as the towns of Braga and Évora are concerned, De Gröer shows his position regarding the historic structure of cities. He devoted himself to the existing layout and to the planning of the new areas of growth. He believed that the historic areas should be preserved and not be disturbed by interventions which might change their essence.

As for the study of the plan of the city of Braga, the urban evolution at the time when this Plan was drawn was analysed along with Étienne de Gröer's designs for this city, including his report and the existing Legislation. Further investigation focused on whether de Gröer's proposals were approved and on identifying any of his original structures that may still exist in the present layout of this city.

The Archive of the Department of Architecture of the University of Coimbra (AAUC) includes some of Étienne de Gröer's urban plans for various cities in Portugal, like Lisbon, Sintra, Almada, Costa do Sol, Abrantes, Évora, Beja and Coimbra. However, the plan for the city of Braga is not included. Consequently, this investigation may be a complement to the collection of AAUC (Archive of Architecture of the University of Coimbra).

### Key-words

Braga – Garden-City - Étienne de Gröer – Historical Centre – Urban Plan



## SUMÁRIO

<b>Agradecimentos</b> .....	<b>5</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>7</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>9</b>
<b>Sumário</b> .....	<b>11</b>
<b>Lista de abreviaturas</b> .....	<b>13</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>15</b>
<b>Capítulo 1 – Evolução urbana da cidade de Braga</b> .....	<b>23</b>
1.1 Cidade Romana .....	25
1.2 Cidade Medieval.....	29
1.3 Cidade Moderna.....	33
1.4 Séculos XIX e XX.....	37
<b>Capítulo 2 – Étienne de Gröer e o Plano de Braga</b> .....	<b>47</b>
2.1 Percurso Biográfico .....	49
2.2 Princípios Gerais .....	53
2.3 Constituição do Plano.....	61
2.4 Zonas definidas para a cidade de Braga .....	65
<b>Capítulo 3 – Plano de Étienne de Gröer para a cidade existente</b> .....	<b>79</b>
3.1 Centro histórico - Arranjo da Zona Arqueológica .....	81
3.2 Transformação de certas partes da cidade existente .....	101
<b>Capítulo 4 – Novas áreas de expansão</b> .....	<b>115</b>
4.1 Espaços livres .....	119
4.2 Cintura de contenção da expansão da cidade .....	127
4.3 Vias de comunicação .....	131
4.4 Escolas e Edifícios Públicos .....	135
<b>Capítulo 5 – Consequências do Plano</b> .....	<b>143</b>
5.1 Os Planos Parciais de Urbanização, 1958, 1963, 1965.....	147
5.2 Da década de 1970 à cidade atual .....	157
<b>Considerações Finais</b> .....	<b>169</b>
<b>Referências</b> .....	<b>175</b>
<b>Fontes de Imagens</b> .....	<b>183</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>193</b>
Anexo A – Fotografias Antigas e Atuais.....	193
Anexo B – Documentos de arquivo relacionados com os Planos analisados.....	201
Anexo C – Transcrição de partes de artigos do jornal Correio do Minho.....	209



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**AAUC** – Arquivo de Arquitetura da Universidade de Coimbra

**ACRRU** – Área Crítica de Recuperação e Reconstrução Urbanística

**ASPA** – Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património cultural e Natural (Braga)

**AT** - Zona Arqueológica e Turística

**BPB** – Biblioteca Pública de Braga

**CEAPE** – Cooperativa de Estudos de Arquitetura, Planeamento e Engenharia

**CIAM** – Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna

**CMB** – Câmara Municipal de Braga

**DGEMN** - Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

**DGOTDU** – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

**DGSU** – Direção Geral dos Serviços de Urbanização

**DGT** – Direção Geral do Território

**IHRU** – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

**PDM** – Plano Diretor Municipal

**RAN** – Reserva Agrícola Nacional

**REN** – Reserva Ecológica Nacional





## INTRODUÇÃO

Étienne De Gröer foi um dos urbanistas mais importantes do século XX em Portugal. Foi uma figura marcante do urbanismo português na década de quarenta e, é com este urbanista que a cidade de Braga vai ter o seu primeiro Plano de Urbanização.

De Gröer introduziu uma nova abordagem no planeamento urbano das cidades. Realizou todas as suas intervenções com base no modelo da cidade-jardim, que considerava a primeira base do urbanismo moderno, adaptando este modelo às características das cidades que planeava.

Com esta dissertação pretende-se conhecer melhor o pensamento do urbanista e como ele aplicou os princípios que defendia na cidade de Braga. Pretende-se perceber os elementos do Plano que foram concretizados e os que não foram, para que possa ser feita uma comparação entre a cidade que foi planeada por De Gröer e, a cidade atual. Este, ainda que não tivesse sido aprovado e classificado como Plano Definitivo, foi uma referência incontornável para os planos que lhe sucederam, tendo servido de base aos futuros responsáveis pelo planeamento urbano da cidade. De Groer dedicou-se ao arranjo da cidade existente e ao desenho das novas áreas de expansão. Este Plano foi, durante muito tempo, o único documento que analisou a cidade globalmente.

Outro objetivo do presente trabalho é suprir o vazio existente sobre o Plano de Urbanização desta cidade, no espólio do AAUC, podendo esta investigação constituir um complemento a este espólio. E este também ainda não foi estudado aprofundadamente, apenas alguns autores fazem algumas referências superficiais ao Plano.

O Plano de urbanização, de alargamento e embelezamento da cidade de Braga foi encomendado pela Câmara Municipal de Braga (CMB) ao urbanista Étienne de Gröer, cujo contrato foi assinado a 13/05/1941. Foi ainda neste ano que o urbanista o submeteu à apreciação da CMB, a 20/07/1941. Mais tarde, o urbanista, realizou a tradução do Plano para português, que se encontra assinado com a data de 16/01/1946.

Os documentos imprescindíveis para a realização desta dissertação foram os documentos referentes ao Plano de Urbanização da cidade, que se encontram disponíveis para consulta em formato digital, no *website* da DGT e em papel na Biblioteca Pública de Braga. Estes documentos encontram-se referenciados com datas diferentes, o primeiro com a data de 1944 e o segundo com a data de 1943. De referir



ainda alguns artigos do jornal da cidade - Correio do Minho - que foram também imprescindíveis, pois apresentam algumas das reuniões onde foi discutido o Plano de Urbanização do urbanista Étienne de Gröer. Uma das estratégias definidas para a realização desta dissertação foi tentar, sempre que possível, fazer referência às fontes documentais originais do Plano. Foram privilegiadas estas fontes, apesar de não terem sido de acesso fácil.

Mencionamos também uma bibliografia importante para a realização desta dissertação, que não é um documento de arquivo. Esta encontra-se publicada, sendo o artigo “Introdução ao Urbanismo” escrito pelo próprio urbanista De Gröer, para o Boletim da Direção Geral dos Serviços de Urbanização de 1945-46 (Volume I, pp.17-86), após ter realizado o Plano para a cidade de Braga e ainda quando estava em Portugal. Permite comparar as regras gerais que o urbanista defende para um bom desempenho de um Plano de Urbanização com o Plano que realizou para a cidade de Braga, como aplicou estes princípios que defendia e as suas respetivas adaptações às características da cidade.

Mas também foi necessário recorrer a fontes documentais de outros autores, como alguns artigos da autora Maria do Carmo Ribeiro, onde obtivemos informação relacionada com a evolução histórica da cidade de Braga. Esta autora estudou em alguns dos artigos a evolução da cidade desde a época romana até à cidade moderna mas, na maioria dos artigos analisados, encontramos referências ao estudo da cidade medieval e ao seu desenvolvimento para a periferia.

Foram consultadas ainda algumas teses de Doutoramento que abordam, de uma maneira geral, os Planos de Urbanização que foram realizados em Portugal pelo urbanista De Gröer e também por outros autores, estas teses fazem uma breve referência ao Plano que De Gröer realizou para a cidade de Braga. A Tese de Doutoramento “Planos de Urbanização à época de Duarte Pacheco” da autora Margarida Sousa Lobo analisa os Planos de Urbanização que foram realizados durante esta época em Portugal. A autora só teve acesso á planta de zoneamento, que segundo ela é bastante elaborada e apresenta toda a rede viária.

A Tese de Doutoramento do arquiteto Santiago Faria: “Étienne De Gröer Urbaniste à la Ville de Coimbra” (Faria, 2000, pp.3.23-3.25) analisa o trabalho realizado por este urbanista em Portugal, é uma tese muito detalhada sobre o Plano de Coimbra em 1940 e nela é feita uma breve referência aos Planos que ele realiza também para outras cidades, como a cidade de Braga.



A Tese de Doutoramento de Maria do Carmo Marques Pires estuda a vida profissional de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins e o trabalho realizado pelo seu ateliê de arquitetura/ urbanismo. A autora faz referência a um projeto de David Moreira da Silva para a cidade de Braga, sendo o Plano de Pormenor, Anteprojecto de remodelação dos largos de Infias e Monte D'Arcos encomendado pela CMB. Este projeto urbano foi importante para o estudo da cidade de Braga na década 40, época em que urbanista De Gröer realizou o Plano da cidade.

O autor, Miguel Melo Bandeira, escreveu vários artigos sobre a cidade de Braga, um no ano 2000, onde se dedicou ao estudo da cidade do arcebispo D. Diogo de Sousa. No artigo escrito em 2001 analisou o Plano de Urbanização do urbanista Étienne de Gröer para a cidade de Braga e no ano de 2017, escreveu em conjunto com Fátima Pereira, um artigo dedicado ao estudo do centro histórico da cidade, desde a sua origem até atualidade. Em suma, estudou várias épocas da história urbana da cidade, que determinaram o seu traçado atual.

Outras fontes documentais importantes para a realização desta dissertação foram, o relatório da Revisão do PDM de Maio 2015, escrito pela Vereação de planeamento, ordenamento e urbanismo da CMB em julho de 2019, aqui obtivemos informação relacionada com as estratégias definidas para o desenvolvimento urbano dos próximos anos, como novas operações urbanísticas, novos planos e programas a desenvolver na cidade.

A Tese de Mestrado realizada por João Mendes Amaro sobre a rodovia da cidade de Braga foi também útil para perceber a evolução urbana desta via e se a proposta apresentada por De Gröer para esta circular rodoviária foi ou não aplicada na cidade.

Esta dissertação estrutura-se em cinco capítulos. Nos dois primeiros capítulos, será realizada uma contextualização histórica da evolução urbana da cidade, da biografia do urbanista Étienne De Gröer e dos princípios gerais que este defendia. No terceiro e quarto capítulos, serão apresentadas as propostas do urbanista Étienne De Gröer para a cidade de Braga. Apesar de ser abordado o mesmo tema nos dois capítulos, estes apresentam duas perspetivas relativamente independentes do Plano de De Gröer, uma é o Arranjo da cidade existente, dando muita importância à conservação e salvaguarda do centro histórico da cidade e a outra é a necessidade de expansão da cidade. E por último, no capítulo cinco, será feita uma análise das consequências ou da influência do Plano do urbanista Étienne de Gröer na cidade de Braga.



Durante a investigação deparamo-nos com uma grande quantidade de documentação, que vai ser apresentada nos Anexos, como imagens e plantas antigas relacionadas com a cidade, mais especificamente plantas e documentos do Plano de Urbanização de De Gröer para Braga. Também algumas transcrições de artigos do jornal, Correio do Minho, que foram essenciais para realizar esta dissertação, pois mostram as decisões relativas ao Plano de Urbanização de De Gröer tomadas nas sessões da Câmara.





# **CAPÍTULO 1 – EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE BRAGA**



Figura 1 - Traçado Ortogonal de Bracara Augusta no Alto Império, com localização das vias e das necrópoles.

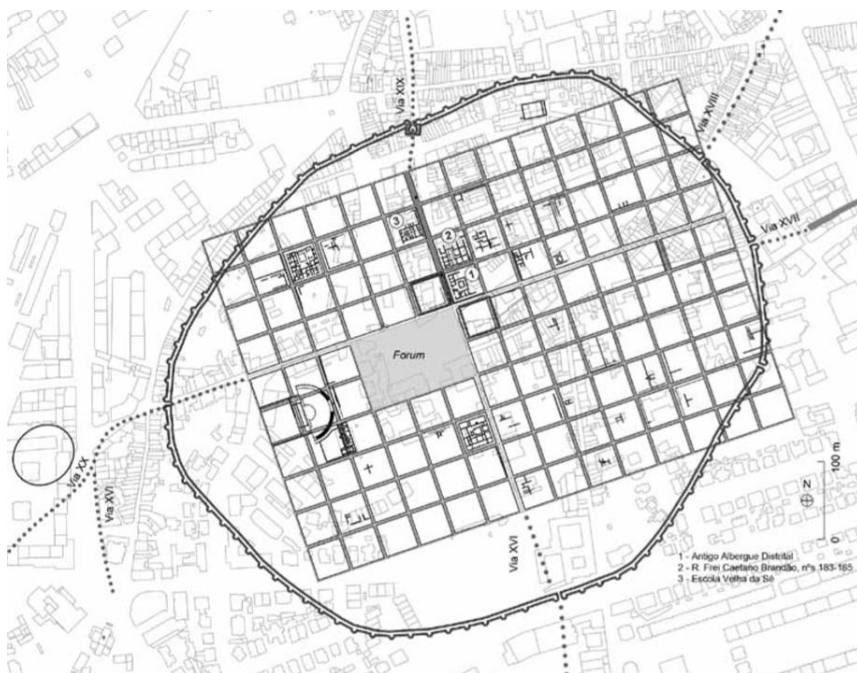


Figura 2- Plano urbano da cidade de Braga no Baixo-império.

## 1.1 Cidade Romana

Braga situa-se próximo do rio Cávado. É uma cidade de origem romana inicialmente designada por Bracara Augusta. O modelo do espaço urbano Alto Imperial da cidade encontra-se dentro da conceção das cidades romanas de planificação ortogonal, dando origem a uma cidade de planta retangular (Ribeiro, 2009/2010, p.187).

A malha urbana de Bracara Augusta caracteriza-se pela uniformidade dos seus quarteirões e por eixos viários estruturantes, com ruas de dimensões idênticas e pórticos que são um elemento característico da cidade Alto Imperial (Martins, 2013, p.21). Outras particularidades desta cidade são o *forum* (atualmente Largo de Paulo Orósio), que representa o centro do poder romano, a construção de edifícios habitacionais integrados nos quarteirões e a construção de um conjunto de importantes edifícios e espaços públicos para servirem os cidadãos como termas, teatro, anfiteatro e mercado. Mas, com a evolução do plano Alto Imperial, a cidade sofreu um conjunto de alterações urbanísticas que levaram ao desaparecimento da malha romana original (Martins, 2013, pp.25,26; Ribeiro, 2009/2010, p.187).

O plano Alto Imperial cresceu com a introdução de novos elementos estruturais, nomeadamente com a construção de uma cintura de muralhas entre o final do século III e o início do século IV. A construção da muralha levou à alteração de algumas ruas da cidade, tendo sido algumas encerradas, pelo que o plano urbano teve que se adaptar a esta nova função defensiva (Ribeiro, 2009/2010, p.187; Pinto, 1959, p.21).

Assistiu-se também, ao desenvolvimento de uma nova paisagem urbana devido à introdução de elementos urbanos de carácter cristão, construídos em edifícios e espaços públicos já existentes. Foi edificada a primeira basílica paleocristã, construída intramuros nos finais do século IV e o início do século V, reaproveitando um anterior edifício civil situado no local onde se ergue a Sé Catedral (Martins, 2013, p. 24).

No Baixo-império, Bracara Augusta aumentou o seu poder, sendo a capital da nova província romana da Galécia e objeto de um programa militar de fortificação (Martins, 2013, p.24).

A partir do século V/VI, Bracara Augusta, passou a ser capital do reino Suevo e importante centro do cristianismo, o que levou a um conjunto de modificações no espaço urbano e, conseqüentemente, ao longo do tempo, assistiu-se ao

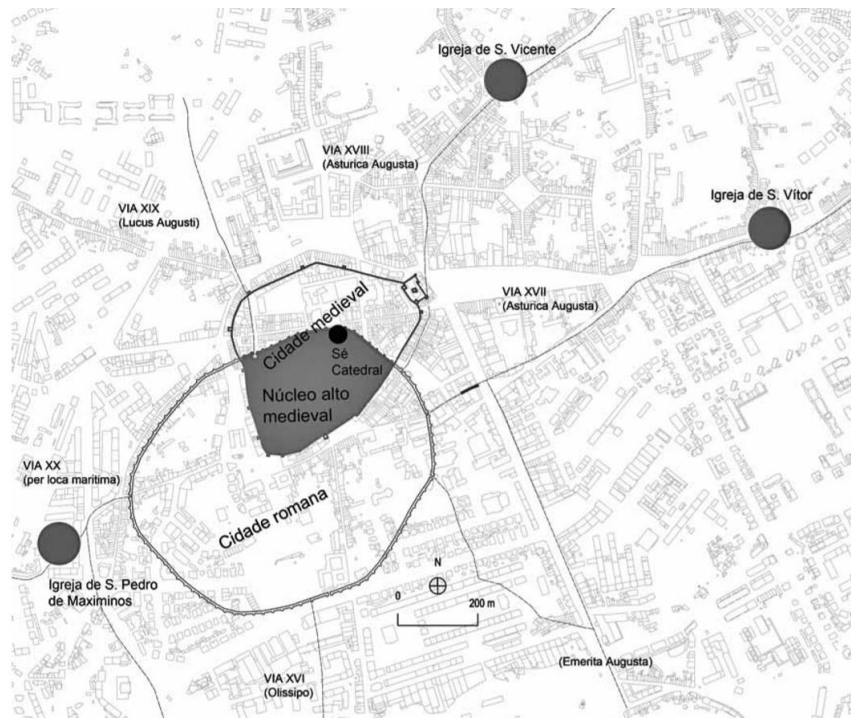


Figura 3- Planimetria geral do território desde a época romana até à Idade Média.

desaparecimento da malha romana original. As novas funcionalidades dadas a alguns espaços e edifícios anteriores põem fim à malha urbana ortogonal da cidade romana (Martins, 2013, p.25).

Entre os séculos V-VII verificou-se uma grande ocupação no quadrante nordeste da antiga cidade romana devido à criação de um novo polo administrativo e religioso, com a construção da catedral e do seu respetivo complexo episcopal, deixando para trás o antigo centro de poder romano representado pelo *forum* (Martins, 2013, p.26). Esta concentração populacional no quadrante nordeste da cidade levou a uma progressiva ruralização de uma parte significativa do núcleo urbano romano a partir do século VIII. Esta concentração populacional deveu-se, então, à construção de novos centros de culto durante os séculos V-VII fora das muralhas, que funcionavam como polos agregadores da população em S. Vicente, S. Pedro de Maximinos e S. Vítor, e culminou no século XI com a construção da Sé Catedral. Estes núcleos foram futuros pontos de crescimento da cidade (Martins, 2013, p.26; Ribeiro, 2009/2010, p.188).

Segundo os autores Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo (2014), a seguir à Sé Catedral a basílica mais antiga da cidade de Braga é a Igreja de S. Vicente, que se localizava na periferia da cidade (Ribeiro, 2014, p.85). Esta igreja pertencia à basílica paleocristã de S. Vicente de Infias e, em torno desta desenvolveu-se um núcleo populacional, que levou à expansão da cidade (Ribeiro, 2014, p.86). A antiga rua dos Chãos era a via que fazia a ligação entre esta basílica paleocristã e o centro da cidade (Oliveira, 1999, p.6).

Também a Igreja de S. Pedro de Maximinos originou o aparecimento de um outro aglomerado populacional na periferia da cidade, tendo esta sido demolida no século XVIII (Ribeiro, 2014, p.86). Em torno da basílica paleocristã de S. Vítor, formou-se também, um outro aglomerado populacional nos finais do século IX. Estas tiveram um papel importante na expansão da cidade (Ribeiro, 2014, p.87).

Estes novos núcleos populacionais obrigaram a abrir novas vias extramuros, que iam fazer a ligação entre estes e o centro urbano (Ribeiro, 2014, p.87). A Rua da Corredoiira fazia a ligação do centro da cidade com S. Vítor, mas no século XVI, com a intervenção do arcebispo D. Diogo de Sousa, esta rua foi transformada no Campo de Santa Ana, atual Avenida Central e Praça da República (Ribeiro, 2014, pp.87-88).

A rua de Maximinos foi uma importante via de ligação “entre a rua da fachada principal da Sé – Rua dos Burgueses – e o núcleo de S. Pedro de Maximinos” (Ribeiro, 2014, pp.89-90).



Figura 4- Ruas medievas sobre plano urbano romano.

## 1.2 Cidade Medieval

A Sé Catedral, mandada construir pelo bispo D. Pedro, teve um papel fundamental na organização do novo centro urbano da Alta Idade Média. O perímetro das muralhas medievais, mandadas construir pelo Conde D. Henrique, colocou no seu centro a Sé, limitada a norte por parte do circuito da muralha romana (Martins, 2013, p.30; Pinto, 1959, p.21). Esta cintura de muralhas no reinado de D. Dinis (1279-1325) e D. Fernando (1367-1383) foi reforçada e desempenhou um papel determinante no sistema defensivo da cidade (Ribeiro, 2017, p.17).

A cidade medieval reaproveitou alguns eixos viários do plano romano, principalmente do quadrante nordeste da antiga cidade e, a partir do século XIII, começou a sentir-se o seu crescimento. O crescimento do espaço intramuros acompanhou as várias fases de construção e alargamento do perímetro amuralhado até à fixação da nova cerca fernandina no século XIV, que duplicou a área da cidade (Martins, 2013, p.31; Ribeiro, 2009/2010, pp.190-191).

Com D. Dinis, a cidade reforçou o seu sistema defensivo, pois este muralhou a cidade e “construiu-se a cidadela com a torre de menagem” (Pinto, 1959, pp.25-26). Este reforço do sistema defensivo foi continuado no reinado de D. Fernando.

A cerca fernandina resultou de um reforço e alargamento do sistema defensivo já existente, do reinado de D. Dinis. D. Fernando reforçou a muralha com um muro alto e cinco torres de guerra. Foi também no seu reinado que se iniciou o arranjo do castelo (Pinto, 1959, p.28; Ribeiro, 2017, pp.17-18).

Segundo a autora Maria do Carmo Ribeiro (2017), a muralha da cidade foi alvo de diversas transformações e acrescentos ao longo dos séculos XIV e XV, mas nos finais do século XVI “a função defensiva da muralha já se encontraria comprometida, verificando-se a existência de muitas casas adoadas ao seu muro, sobretudo pelo lado exterior” (Ribeiro, 2017, pp.17-18).

A estrutura urbana da cidade medieval no século XIV apresentava duas alterações principais em relação à antiga cidade romana, na estrutura viária e na forma dos novos quarteirões. Em relação à estrutura viária, deparamo-nos com dois tipos de organização: “na área em que a cidade se sobrepõe ao plano romano” (Ribeiro, 2009/2010, p.191) as ruas e os quarteirões evidenciavam-se pela regularidade e “nas áreas que resultam da integração intramuros de anteriores zonas rurais periféricas, o tecido urbano caracteriza-se por eixos viários mais sinuosos e quarteirões claramente irregulares” (Ribeiro, 2009/2010, p.191).

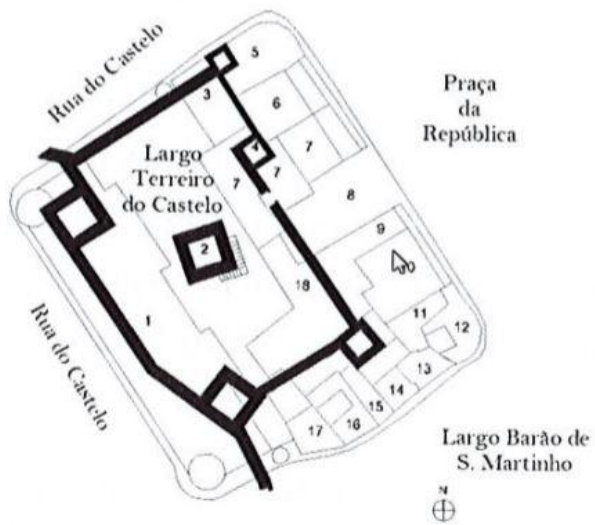


Figura 5 - Planta do Castelo Medieval de Braga.



Figura 6 – Paço Arqueiepiscopal e Fonte do Pelicano na Praça do Município.



As ruas que envolviam a Sé Catedral, como a Rua de Oussias (atual Rua da Nossa Senhora do Leite) ou a Rua da Olaria, funcionavam como pequenos corredores de circulação com o objetivo de servir o edificado. A partir dos finais do século XV, o largo localizado em frente à fachada principal da Sé Catedral passou a designar-se por Praça do Pão e, surgiu em consequência do “desaparecimento da rua de Trás dos Açougues junto à entrada principal da Sé” (Ribeiro, 2012, p.156). Mais tarde, com a intervenção do arcebispo D. Diogo de Sousa, esta praça recebeu o edifício da câmara, na desembocadura da rua de Maximinos (Bandeira, 2000, pp.35, 43).

Além das ruas, o crescimento da cidade para nordeste e para norte levou à construção do Paço Arquiepiscopal, delimitado pelo eixo fundamental da Rua do Souto (Oliveira, 1982, p.22).

Ainda segundo a autora Maria do Carmo Ribeiro (2017), em 1315 já existia o Castelo, que possivelmente foi mandado construir pelo Conde D. Henrique, senhor de Braga de 1096 a 1110-12 (Pinto, 1959, p.21; Ribeiro, 2017, p.22). A atual Torre de Menagem pertencia ao antigo castelo e foi mandada construir no reinado de D. Dinis. Como já foi referido, foi no reinado de D. Fernando que se iniciaram as obras no castelo que se estenderam durante os séculos XIV e XV (Ribeiro, 2017, pp.22-23). No século XVI, este foi alvo de inúmeras intervenções por vários arcebispos, nomeadamente, D. Diogo de Sousa e Frei Agostinho de Jesus e, no século XVIII, recebeu a intervenção de D. Rodrigo Moura Telles. Estas sucessivas intervenções tiveram como objetivo reforçar a área exterior do castelo e auxiliar na “sua constituição como zona preferencial de entrada na cidade”, tornando esta área da cidade numa das áreas mais simbólicas e históricas de Braga (Ribeiro, 2017, pp.23-24).

No século XIX, grande parte do castelo encontrava-se em ruínas, acabando por ser demolido em 1905, ficando apenas a sua Torre de Menagem (Ribeiro, 2017, p.24).

O Paço Arquiepiscopal, moradia feudal, foi mandado construir no século XIV pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira. Esta área ainda não se encontrava abrangida na cerca fernandina, tendo sido englobada apenas no final do século XIV (Ribeiro, 2017, p.27).

Mais tarde, o Paço foi alvo de obras de restauro e de alargamento pelo novo arcebispo D. José de Bragança, que criou um novo corpo do lado poente (figura 6), virado para o antigo Campo de Touros do Arcebispo (atual Praça do Município). A nova fachada deste novo corpo de estilo barroco foi realizada pelo Arquiteto André Soares (Oliveira, 2017, p.49; Ribeiro, 2008, p.494).

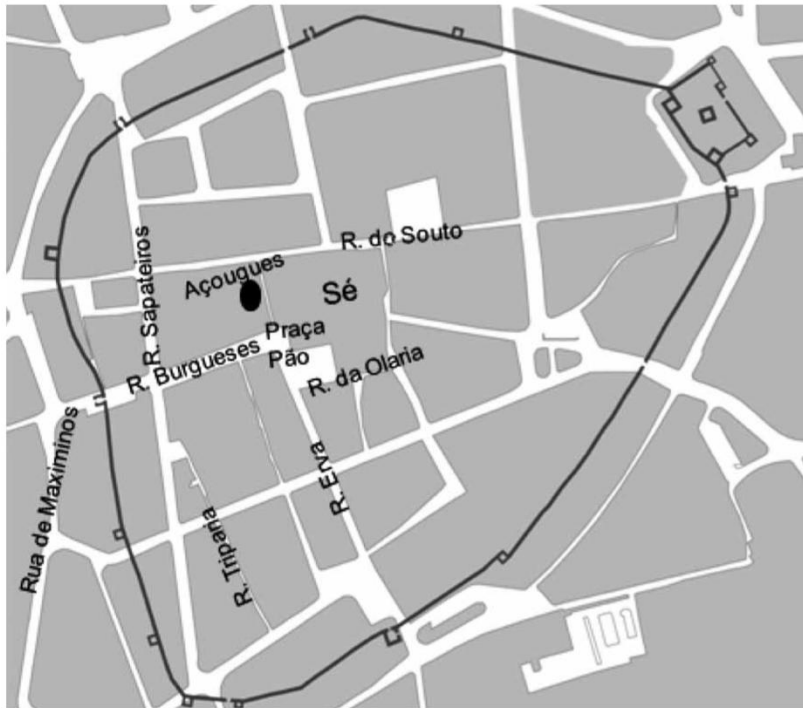


Figura 7 - Mapa da cidade de Braga na época Medieval (séculos XIV e XV).



Figura 8 – Arco da Porta Nova.

Atualmente o Paço Arquiepiscopal é composto por três corpos que correspondem a três períodos diferentes: “medieval, moderno e barroco” (Ribeiro, 2017, p.26). As ruas medievais que ainda existem atualmente em Braga são: a Rua D. Gualdim Pais e a Rua de S. António das Travessas. A Rua do Souto era a rua com maiores dimensões, tendo cinco metros de largura (Ribeiro, 2009/2010, p.192).

“A cerca fernandina delimitará uma cidade que conheceu um forte aumento da área urbana e que duplicou praticamente a sua área” (Ribeiro, 2009/2010, p.194).

### **1.3 Cidade Moderna**

As intervenções urbanísticas de D. Diogo de Sousa nos inícios do século XVI foram fundamentais na estrutura urbana de Braga, reorganizando-a segundo novos conceitos renascentistas e projetando-a para fora das muralhas (Oliveira, 1982, p.25).

O desenvolvimento da cidade, no centro urbano, realizou-se com a criação de novas ruas e praças e com a regularização e alargamento de outras, destacando-se por uma maior largura das ruas. A Rua de S. João de Souto é ainda atualmente um exemplo da regularização que algumas ruas sofreram e das alterações no espaço urbano a partir do século XVI. Outro exemplo é a Rua de Maximinos (atual Rua Paio Mendes), nome dado à antiga Rua dos Burgueses nos finais do século XV. Esta tinha características da cidade medieval e, sofreu inúmeras alterações com as intervenções urbanas realizadas por este arcebispo, D. Diogo de Sousa (Ribeiro, 2009/2010, p.195; Ribeiro, 2008, pp.475,505).

D. Diogo de Sousa mandou construir o novo edifício da câmara nesta rua, na confluência com a Rua de D. Gualdim, mas, em 1775, esse edifício foi mandado demolir (Ribeiro, 2008, pp.432,476). Criou novos espaços de circulação, como a Rua do Campo, antiga Rua Nova e a abertura da Rua Nova de Sousa (atual Rua D. Diogo de Sousa) que “prolonga a Rua do Souto até à porta da muralha, o Arco da Porta Nova, também por ele mandado abrir” (Ribeiro, 2008, p.505).

Esta nova porta da cidade, o Arco da Porta Nova (figura 8), mandado abrir pelo arcebispo D. Diogo de Sousa em 1512 na rua Nova de Sousa foi, mais tarde, demolido para ser reconstruído com uma nova forma e dimensão (Martins, 1971).

Este arcebispo concebeu, também, a Praça do Peixe localizada junto da Porta Nova, intramuros, onde mandou construir um mercado coberto para o peixe. Estas novas ruas e praças “(...) terão estado na origem da transferência da zona comercial da cidade para a Rua do Souto e para a Arcada do Castelo” (Ribeiro, 2012, p.159) nos



Figura 9 - Avenida Central e Arcadas (191?).



Figura 10 – Hospital de S. Marcos (atual Largo Carlos Amarante) mapa de Braunio, século XVI.

finais do século XIX. Até meados do século XVIII, esta nova praça teve várias designações (Ribeiro, 2012, p.157). O espaço destinado ao comércio antes desta mudança situava-se “nas imediações da Porta de Santiago, mas também de grande parte da área envolvente da Sé Catedral, que se constitui desde o século XIV como um grande mercado” (Ribeiro, 2012, p.156), o centro da cidade medieval.

D. Diogo de Sousa interveio na modernização da arquitetura de alguns edifícios intramuros, como na Sé Catedral e no Paço dos Arcebispos, principalmente ao nível das fachadas. A rua do Souto é a maior via intramuros e faz a ligação do Paço dos Arcebispos com a Sé Catedral (Oliveira, 2017, p.39). D. Diogo de Sousa também interveio no Castelo, realizou o melhoramento das infraestruturas urbanas e renovou o sistema de abastecimento de água à cidade com a criação de novas fontes e chafarizes (Martins, 2013, p.34).

Este Arcebispo deu continuidade à construção do hospital de S. Marcos (no atual Largo Carlos Amarante – figura 10) em 1508. Após a sua conclusão, atribuiu a sua gestão à Câmara Municipal de Braga e, “nele reuniu todos os estabelecimentos de assistência dispersos pela cidade” (Costa, 1985, p.19; Bandeira, 2000, p.45).

No que se refere aos chafarizes que distribuiu pela cidade, além de melhorarem o abastecimento de água à cidade, tinham também uma função “monumental e simbólica” (Bandeira, 2000, p.40). D. Diogo de Sousa criou novos chafarizes, como a Fonte de Sousa e reparou os que já existiam na cidade, como a Fonte de S. Geraldo, ambos localizados na Rua Nova (Bandeira, 2000, p.40). A localização destes foi também fundamental para apoiar o abastecimento do mercado do peixe (Bandeira, 2000, p.40).

Extramuros regularizou o transporte de águas, criando novos chafarizes, o “da Igreja da Senhora a Branca e de San Marcos” (Bandeira, 2000, p.41). Abriu, também, grandes largos em frente às portas da muralha medieval e novas ruas, pois a cidade já não necessitava da muralha fernandina como sistema defensivo e a sua perda de funcionalidade permitiu que a cidade se projetasse para fora dos muros (Martins, 2013, p.34; Ribeiro, 2008, p.503).

Os largos abertos na zona extramuros foram, nomeadamente, o Campo de Santa Ana, o Campo dos Remédios (Largo Carlos Amarante), o Campo das Carvalheiras, o Campo das Hortas e o Campo da Vinha. Estes novos espaços originaram o aparecimento de novas ruas à volta da muralha (Ribeiro, 2008, p.504).

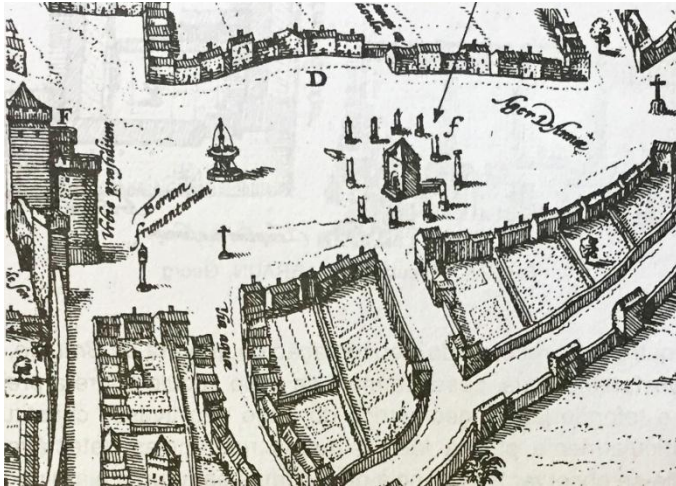


Figura 11 – Campo de Sant'Ana (Avenida Central), mapa de Braunio, século XVI.

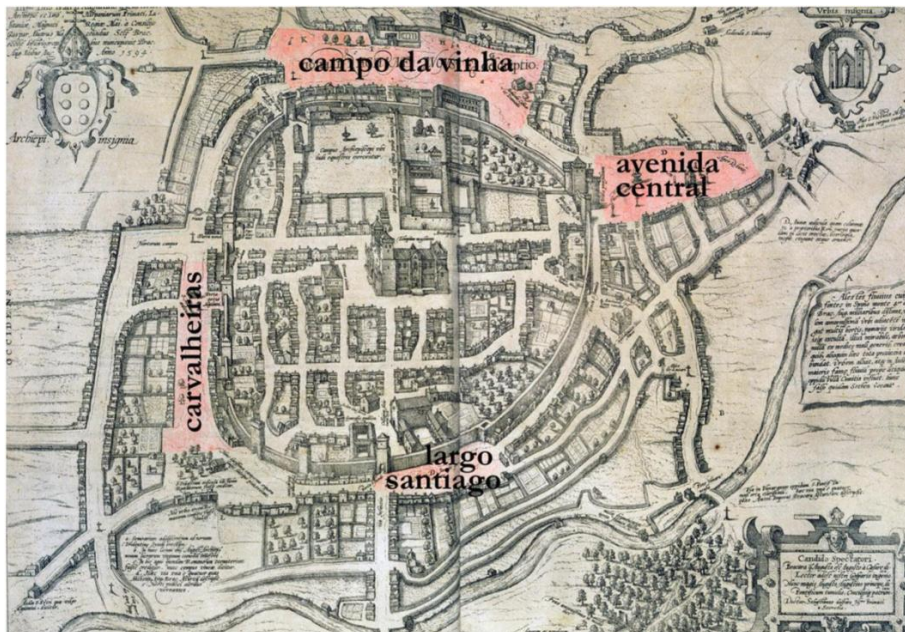


Figura 12 - Mapa de Braunio com as praças abertas por D. Diogo de Sousa, 1594.

O Campo de Sant´ Ana (figura 11) ficava localizado junto ao Castelo e à Rua do Souto, onde foi aberto o Passeio Público em 1857, e destruído em 1914. Atualmente (anexo A1) é o local da Avenida Central e Praça da República (Oliveira, 1999, pp.4-5).

Estes largos/campos exteriores à muralha medieval potenciaram a urbanização das vias próximas da muralha, “que desde a época romana ligavam a cidade ao exterior” (Ribeiro, 2008, p.520). Ou seja, ligavam a cidade às paróquias exteriores à muralha, que provavelmente se organizavam à volta de centros de culto cristão. Disso é exemplo, o Campo de Santa Ana que, na época romana, era uma artéria que permitia ligar o núcleo populacional formado em volta da basílica paleocristã de S. Victor (anexo A2) à cidade (Ribeiro, 2008, p.524). Nos séculos XVII e XVIII, esta via foi alvo de várias intervenções urbanas e complementada com algumas habitações e alguns edifícios de estilo barroco, como por exemplo a Igreja dos Congregados, que ainda existe na atual Avenida Central. Uma grande obra do tardo barroco português, da autoria do arquiteto André Soares. (Ribeiro, 2008, p.526; Oliveira, 2017, p.50).

O Campo de Sebastião das Carvalheiras ocupa parte do atual Largo Paulo Orósio, local do antigo *forum* romano (Bandeira, 2000, p.39). Este campo, localiza-se fora do perímetro da cidade medieval e encontrava-se junto a uma das principais portas da cidade, a Porta de Maximinos (Pereira, 1999, p.191).

O Campo das Hortas (anexo A3) corresponde à antiga Porta Nova e o Campo da Vinha corresponde à atual Praça Conde de Agrolongo, que é a maior praça da cidade de Braga (Bandeira, 2000, pp.39-40).

As intervenções do arcebispo D. Rodrigo Moura Telles fomentaram também a expansão da cidade para fora de muros. Foi com este arcebispo que se iniciou a urbanização do Campo Novo e, este também interveio na Sé Catedral (Vereação, 2019, p.79).

#### **1.4 Séculos XIX e XX**

No século XIX, a abertura de novas ruas provocou alterações ao traçado da cidade e, assistiu-se assim, a um progressivo desmoronamento das muralhas (Ribeiro, 2017, p.18).

Foi sobretudo na segunda metade do século XIX que se verificou, na cidade de Braga, um grande crescimento, modernização e alargamento das ruas medievais que se desenvolviam em torno da Sé entre outras ruas (Oliveira, 2005, p.81). Temos como exemplo a abertura, em 1890, da “rua Frei Caetano Brandão que destrói 3 ruas

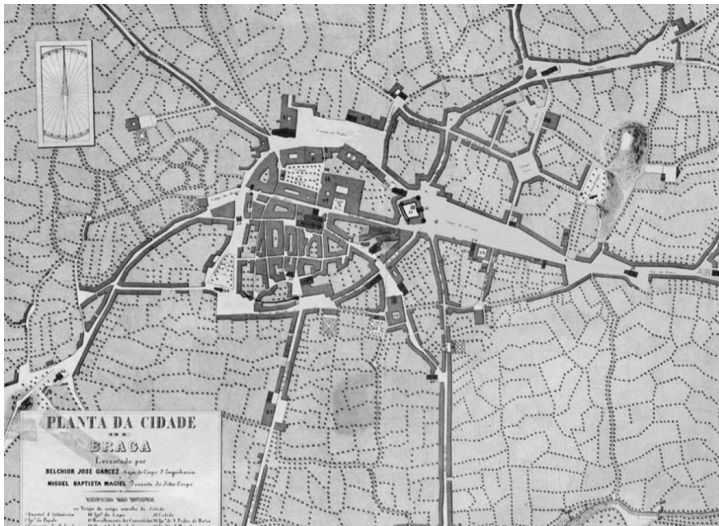


Figura 13 - Mapa do século XIX.



Figura 14 - Asilo e Praça do Conde de Agrolongo (antigo Campo da Vinha), 192?.



Figura 15 - Largo S. João do Souto.



medievais: a rua Verde, a rua dos Sapateiros e a rua do Campo Novo” (Oliveira, 2017, p.52), “esta nova rua destruiu também a muralha, a porta e o torreão que se localizavam a norte” (Ribeiro, 2008, p.391). Ainda antes, em 1872, foi inaugurado o novo cemitério e, em 1875, a estação de caminho-de-ferro que conferiu ao monumental Arco da Porta Nova uma nova funcionalidade, estes estão localizados em extremos opostos da cidade (Oliveira, 1982, p.51). A cidade cresceu para Sul com a abertura de várias ruas e para Norte com a construção do Colégio do Espírito Santo, que em 1921 passou a alojar o Liceu Sá de Miranda (Oliveira, 2005, p.81).

Em 1931, com o Estado Novo, a cidade foi alvo de um conjunto de programas de obras públicas mandadas realizar pelo Ministro Duarte Pacheco, uma figura marcante no lançamento do Urbanismo em Portugal. Na cidade de Braga, estas intervenções foram realizadas através da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

Desde os finais do século XIX que a Câmara Municipal pretendia repensar a envolvente sul da Sé Catedral, estabelecendo uma ligação contínua entre o Campo da Vinha (atual Praça Conde de Agrolongo – figura 14) e o Largo S. João do Souto (figura 15). Mas, só no século XX é que foram abertas duas novas ruas perpendiculares à Rua do Souto, que permitiram fazer esta ligação rodoviária (Oliveira, 2005, pp.82-83).

Devido ao pouco capital que a Câmara possuía, a abertura destas ruas foi morosa, sendo primeiro aberta a rua entre o Campo da Vinha e a rua do Souto, em 1921, com o nome de Rua Dr. Justino Cruz que dava ligação à atual Praça Conde Agrolongo. Mais tarde em 1949, foi aberta a rua que fazia o resto da ligação até ao Largo S. João do Souto, com o nome de Rua Francisco Sanches (Oliveira, 2017, p.40; Oliveira, 2005, pp.82-83).

Na atual Praça Conde Agrolongo, o edifício que mais se destaca é o Asilo de Mendicidade Conde Agrolongo onde o Arquiteto João Moura Coutinho interveio entre 1907-1916, apresentando uma proposta para a remodelação do edifício existente. Na proposta apresentada havia o alinhamento da Igreja do Convento do Carmo (a fachada desta igreja foi realizada por Moura Coutinho, entre 1907-1908) com a rua que dava para esta praça, enquadrando-a com o Asilo (Martins, 2010, p.17).

A Rua Frederico Ulrich, atual Rua Eça de Queirós, foi aberta em 1950 e, Moura Coutinho, juntamente com outros arquitetos projetaram uma série de novos edifícios para esta rua (Martins, 2010, p.17).



Figura 16 - Casa da câmara, de André Soares. Início da construção em 1753.



Figura 17 - Braga - Largo dos Remédios e Hospital de S. Marcos (à esquerda o edifício do Convento dos Remédios).

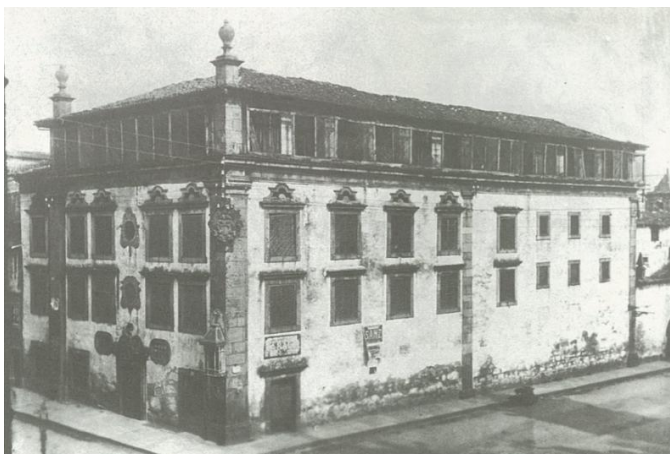


Figura 18 - Convento dos Remédios (localizado no antigo Largo dos Remédios, fazia esquina com a Rua de São Marcos).

O novo Edifício da Câmara Municipal (figura 16) foi construído em 1753 na atual Praça do Município (antigo Campo de Touros do Arcebispo), um edifício de estilo barroco e realizado pelo arquiteto André Soares (Ribeiro, 2008, p.494).

Em 1866, o edifício do Paço dos Arcebispos sofreu um incêndio, ficando destruído. O seu restauro só foi realizado em 1934 pela DGEMN. Nele foi instalada a Biblioteca Pública de Braga e o Arquivo Distrital, “que já não cabia nas salas do Convento dos Congregados que ocupava desde os idos de 1841” (Oliveira, 2005, p.83; Ribeiro, 2008, p.496). O Jardim de Santa Bárbara (anexo A4) pertencia ao extinto Convento dos Remédios e era visível da ala medieval do Paço dos Arcebispos. Dele ainda são visíveis os arcos que estavam no Salão Medieval (Oliveira, 2017, p.61).

Estas obras e as que foram feitas na envolvente Sul da Sé Catedral correspondem a intervenções do Estado Novo, através da Direção Geral dos Edifícios e, a partir de 1929, dos Monumentos Nacionais (Oliveira, 2005, pp.83-84).

A envolvente da Sé Catedral, desde os finais do século XVI, foi perdendo a importância que tinha na Idade Média. A solução encontrada pelos Monumentos Nacionais para que esta zona da cidade recuperasse a importância que tinha, foi a abertura de uma praça, o atual Rossio da Sé e a construção de um grande edifício público (Oliveira, 2005, p.84).

A demolição do antigo Convento e Igreja dos Remédios (figura 17 e 18) iniciada em 1907 para a construção da atual Avenida da Liberdade e uma ligação transversal entre o largo dos remédios (atual Largo Carlos Amarante) e a atual avenida, deu origem a uma polémica, mas este acabou por ser demolido (Martins, 2010, p.16).

Nos inícios do século XX, Braga pretendia começar a resolver um conjunto de mudanças na imagem da cidade ao nível dos serviços e de abastecimentos de água. Pretendia-se resolver o problema da instalação de alguns serviços públicos em novos edifícios que foram erguidos em locais de “velhos e históricos marcos da arte bracarense” (Oliveira, 1982, p.54).

Mas, estas mudanças só se começaram a realizar entre 1913 e 1915, com o Presidente da Câmara, Tenente Coronel Lopes Gonçalves, que realizou várias intervenções na cidade (Oliveira, 1982, p.54). Como por exemplo, a abertura da nova Avenida da Liberdade, que só atingiu S. João da Ponte em 1951, tornando-se numa grande via de entrada na cidade pelo Sul (com ligação à estrada de Guimarães). Esta via definiu duas grandes áreas, sendo a primeira, a zona de estabelecimentos de



Figura 19 - Avenida da Liberdade.



Figura 20 - Avenida dos Combatentes da Grande Guerra (atual Avenida Central) e início da Avenida Marechal Gomes da Costa - Edifício de Turismo (194?).

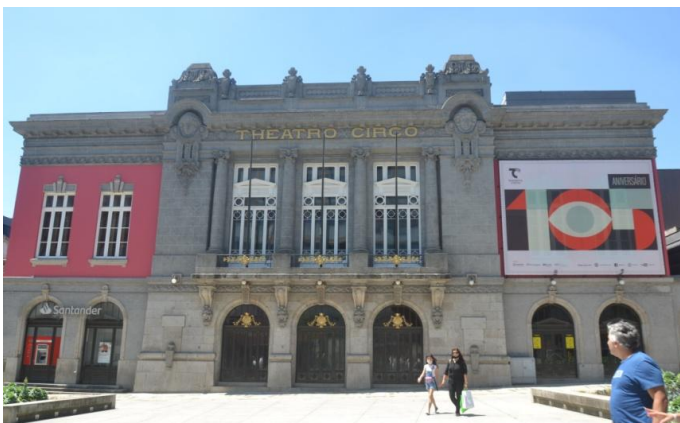


Figura 21 – Fotografia do Teatro do Circo, funciona atualmente ainda como uma grande sala de espetáculos.

ensino (Escola Técnica Carlos Amarante e Liceu D. Maria II) e a segunda, a zona residencial (Oliveira, 1982, p.57).

Foi durante o mandato deste Presidente que a cidade teve um novo hospital, um novo mercado coberto em ferro (construído no local do anterior) e um grande teatro (Teatro do Circo), estes dois últimos da autoria de Moura Coutinho (Oliveira, 1982, p.55).

A construção da Avenida da Liberdade foi fulcral para estes novos tempos em que o automóvel ganhou destaque, sendo o símbolo de uma grande evolução urbana. Facilitou o transporte e a ligação do núcleo urbano com a periferia da cidade. Esta nova avenida tornou-se uma importante via de entrada na cidade, mas, mais tarde, foi alvo de discussão entre a Comissão de Estética da cidade e o urbanista Étienne de Gröer, que realizou o Plano de Urbanização da cidade (Martins, 2010, p.16; Bandeira, 2001, p.74).

O arquiteto João de Moura Coutinho foi o autor de grandes obras na cidade de Braga, no início do século XX, numa altura em que a cidade estava em desenvolvimento e, em curso, um vasto programa de obras públicas. Este arquiteto tinha um grande interesse por edifícios medievais, o que é visível em grande parte das suas obras, contudo, era sensível a novas formas de arquitetura, como se pode inferir pelo edifício da Comissão de Turismo<sup>1</sup> (figura 20) com a parte superior envidraçada, que ele projetou em 1937 (Oliveira, 2005, p.85; Bandeira, 2001, p.70).

Na Avenida da Liberdade Moura Coutinho projetou vários edifícios, principalmente do lado poente, onde se localizam os seus edifícios mais emblemáticos e que mostram o seu gosto pela arquitetura medieval, como o Teatro do Circo (figura 21) (1907-1915), que ocupa também parte do espaço do antigo Convento dos Remédios, e que, no seu tempo, foi considerado uma das melhores casas de espetáculo, desempenhando ainda a mesma função na cidade de Braga. Neste lado da rua, está também a Casa do Artista (1915-1917) e o edifício dos CTT, em cujo interior interveio (1916-1932). Projetou também alguns edifícios para o lado nascente desta avenida, entre 1930-1940, estes já dotados com novas linguagens arquitetónicas, o Hotel Aliança (1933), que atualmente já não existe, propriedade de Manuel Barroso. Este edifício localizava-se em frente ao Teatro do Circo e era um dos hotéis mais bem situados da cidade.

---

<sup>1</sup> A inauguração deste edifício a 22 de Junho de 1937 foi notícia no jornal da cidade, a 23 de Junho de 1937. Encontra-se localizado à entrada da Avenida da Liberdade e foi um marco importante para o “desenvolvimento das obras de alinhamento dos prédios da ala nascente da Avenida Marechal Gomes da Costa” (Minho, 1937 junho 23). Este novo edifício da Comissão de Turismo, vai receber os futuros visitantes da cidade e indicar-lhes o que nela é digno de visita. O edifício é constituído por três pisos e é uma obra do estado novo (Anexo C1).



Figura 22 - Mercado Público Arq. João Moura Coutinho. Situava-se à frente da Câmara Municipal. Foi demolido em 1956.



Figura 23 - Carta Militar de 1952, - Estádio Municipal (a azul) e Bairro Duarte Pacheco (a vermelho), escala 12.5 000.

Em 1937, projetou ainda, o edifício de turismo, como foi anteriormente referido (Martins, 2010, pp.16,75; Minho, 1937, Junho 23).

Na Praça do Município (antigo Campo de Touros do Arcebispo), em 1915, Moura Coutinho projetou o novo Mercado Municipal em ferro (figura 22) em conjunto com Domingos José Afonso (Martins, 2010, p.17).

O arquiteto Marques da Silva também interveio na cidade de Braga, mas apenas realizou uma única obra na cidade, iniciada em 1906, que foram dois grandes edifícios, das Repartições Públicas na Rua do Castelo, inaugurados em 1932. Moura Coutinho colaborou com Marques da Silva, sendo o responsável pelas obras internas destes edifícios (Oliveira, 2005, p.87; Martins, 2010, p.18).

Em 1939 surgiu o primeiro Bairro de casas económicas, um programa de Habitação Social do Estado Novo, que veio a ser o Bairro Duarte Pacheco implantado na área de expansão Sul da cidade, num terreno afastado do centro urbano (Quatenaire, 2016, pp.36-44).

Mais tarde, foram criados o Bairro da Misericórdia em 1951-1956 e o Bairro da Alegria em 1954. Estes bairros estavam localizados fora do centro da cidade, mas, atualmente, encontram-se integrados nela (Oliveira, 1982, p.57). Em 1933 surgiram também novos equipamentos públicos, como o novo Matadouro (Bandeira, 2001, p.67). Estas foram algumas das primeiras intervenções do Estado Novo em Braga.

Este conjunto de programas de obras públicas na cidade de Braga, resultantes da intervenção do Estado Novo na cidade, através da DGEMN foram o início de uma grande mudança no Planeamento da cidade.





## **CAPÍTULO 2 – ÉTIENNE DE GRÖER E O PLANO DE BRAGA**

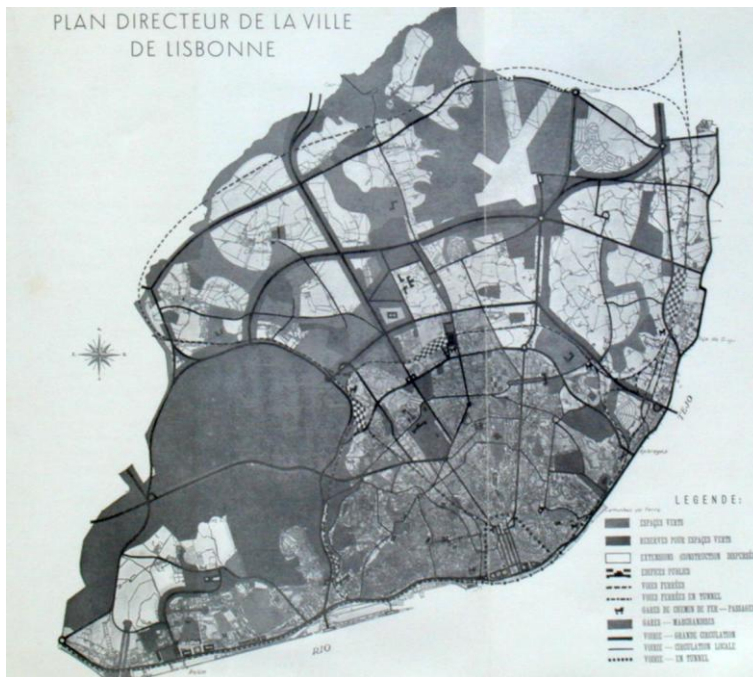


Figura 24 - Étienne De Gröer. Plano Diretor de Urbanização de Lisboa, 1948.

**1938** – O ministro Duarte Pacheco convida De Gröer para substituir Agache como conselheiro técnico do Plano de Lisboa

**1938-48** – Plano de Urbanização de Lisboa

**1940** – Plano de Urbanização de Coimbra

**1942** – Plano de Luanda

**1941-46** – Plano de Braga

**1942-45** – Plano de Évora

**1943-44** – Plano de Beja

**1945-46** – Plano de Costa Sol

**1946-50** – Plano de Urbanização do Concelho de Almada

**1947** – Plano de Abrantes

**1947-49** – Plano de Sintra, zona da Vila Velha de Sintra e parte dos bairros de São Pedro de Penaferrim, da Estefânia e parte da Portela

Figura 25 - Planos realizados pelo urbanista Étienne de Gröer em Portugal.

## 2.1 Percurso Biográfico

Étienne De Gröer foi um dos urbanistas mais importantes do século XX em Portugal, uma figura marcante do urbanismo português na década de quarenta. Formou-se na Escola de Belas-Artes de São Petersburgo em 1917 e iniciou o seu trabalho como arquiteto na Câmara Municipal desta cidade, onde, juntamente com outros arquitetos, tinha como função a elaboração do Plano de Petrogrado e a definição da sua legislação de suporte à intervenção no espaço central da cidade e na sua periferia (Relvão, 2014, p.38).

Em 1917, devido à Revolução Russa vai para a Finlândia e, pouco tempo depois, para Paris (em 1920) adquirindo a nacionalidade francesa (Lôbo, 1995, pp.51-74).

Colaborou com o urbanista Alfred Agache no Plano de Urbanização do Rio de Janeiro entre 1927 e 1930. Em 1937 foi convidado pelo Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris para dar aulas, onde ensinava os princípios da cidade-jardim inglesa e sua aplicação em Inglaterra (Relvão, 2014, p.38).

Numa altura em que o “Estado Novo” pretendia realizar vários planos de urbanização mas não existiam, no país, urbanistas suficientes para levar a cabo esta tarefa, foi necessário recorrer a urbanistas estrangeiros. Na época existiam apenas dois urbanistas em Portugal, David Moreira da Silva e Faria da Costa. Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas, vai solicitar os serviços destes urbanistas portugueses, ambos formados no Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris (Lôbo, 1995, p.40; Pires, 2012, p.98).

Alfred Agache foi o primeiro arquiteto urbanista a vir para Portugal, em 1934. Em 1938, Étienne De Gröer vem a seu convite e realiza o seu primeiro trabalho neste país, os estudos de desenvolvimento urbano da região de Lisboa, que vai servir de base ao futuro Plano de Urbanização de Lisboa. Mais tarde e a convite de Duarte Pacheco, quando este era simultaneamente Presidente da Câmara de Lisboa e Ministro das Obras Públicas, desenvolveu o Plano de Urbanização da Costa do Sol (1945-46) e o Plano Diretor de Urbanização de Lisboa (1938-1948) (Brito, 2007, p.182).

De Gröer vai elaborar o Plano Diretor de Urbanização de Lisboa, segundo os princípios do zonamento, cria um grande cinturão verde em torno da cidade, com 3 km de largura e que vai limitar a sua expansão, denominado de Zona Rural de proteção.

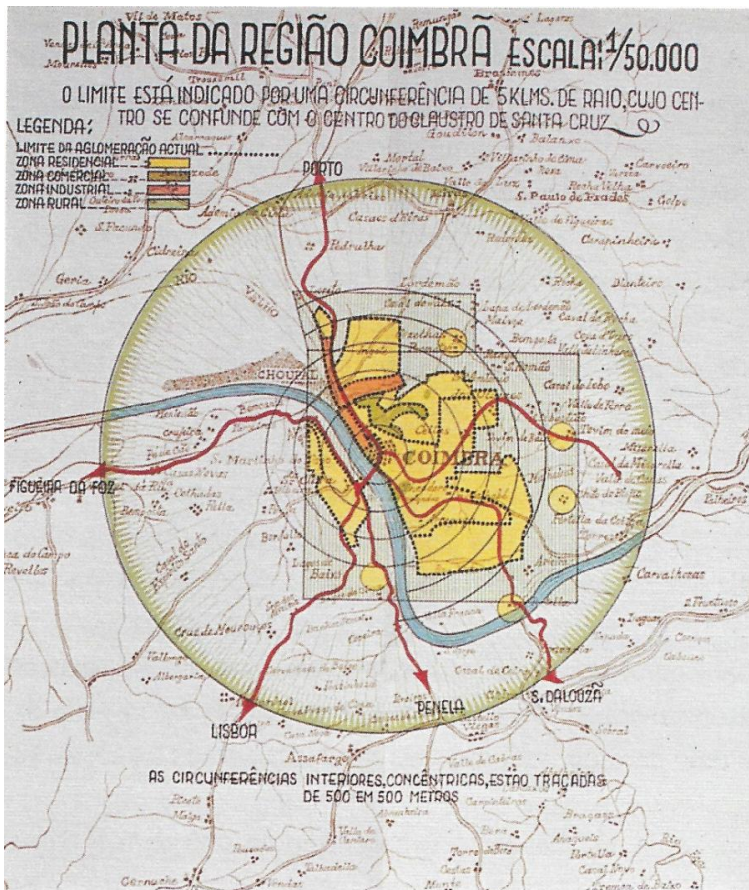


Figura 26 - Étienne de Gröer - Anteprojecto de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra. Planta da Região, 1940.

Este tinha como objetivo fornecer à cidade uma reserva permanente de ar puro (Oliveira, 2014).

Introduziu o modelo da cidade-jardim adaptando-o às características morfológicas e topográficas da cidade de Lisboa. Defende a baixa densidade populacional, a casa unifamiliar e vai propor a implementação de regulamentos urbanos para realizar o controlo da atividade urbanística (Rainha, 2013, p.47).

De Gröer é um urbanista da era do automóvel, pois sempre se preocupou com a sistematização de soluções para lidar com o automóvel nas cidades (Dias, 2015). No desenvolvimento dos Planos de Urbanização, as vias de circulação vão desempenhar uma função essencial. O Plano de Urbanização que De Gröer elabora para Coimbra (1940-1945) assenta neste princípio, que encontra justificação no automóvel. Moreira da Silva colaborou com o urbanista Étienne de Gröer no Anteprojecto de Urbanização de Coimbra (Pires, 2012, p.147).

Tal como na cidade de Lisboa, elabora o Plano segundo os princípios do zonamento. Ao distribuir a cidade por zonas, oferece ao cidadão um maior conforto na habitação, longe do ruído, fumos, maus cheiros e poeiras (Simões, 2008, p.34).

Mas, na cidade de Coimbra, De Gröer aplicou o modelo da cidade-jardim sem as devidas adaptações e ajustamentos às características da cidade. Coimbra tem um território muito acidentado, pelo que, o modelo apresentado por De Gröer foi considerado inadequado para o desenvolvimento da cidade (Simões, 2008, pp.33-35). Porém, alguns aspetos do Plano foram cumpridos, como os acessos à cidade, tendo De Gröer projetado seis saídas da cidade por estrada: Porto, Lisboa, Figueira, Penela, Beira e Vale de Canas, existindo ainda hoje muitos dos acessos ou saídas da cidade (Simões, 2008, p.35).

Em Évora, ao contrário do que aconteceu em Coimbra, De Gröer vai adaptar os seus princípios às características topográficas da cidade, afastando-se de modelos e processos de intervenção rígidos e sem as devidas adaptações às particularidades de cada lugar (Faria, 2000, p.3.16). O Plano da cidade de Évora (1942-1945) vai dar oportunidade a De Gröer de mostrar a sua posição em relação à estrutura histórica das cidades (Lôbo, 1995, p.84; Monteiro, 2014, p.1).

Um dos aspetos mais característicos desta cidade é a estreiteza das ruas e, De Gröer, opta por manter o tecido urbano antigo, fazendo apenas intervenções mínimas (Monteiro, 2014, p.2). Vai propor a criação de espaços livres comuns no interior de

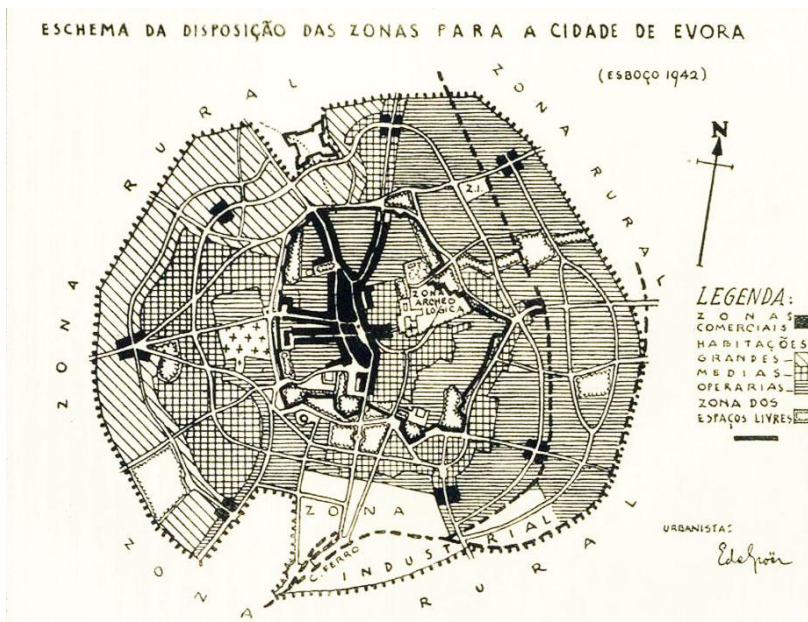


Figura 27 – Évora – Repartição das Zonas, 1942.

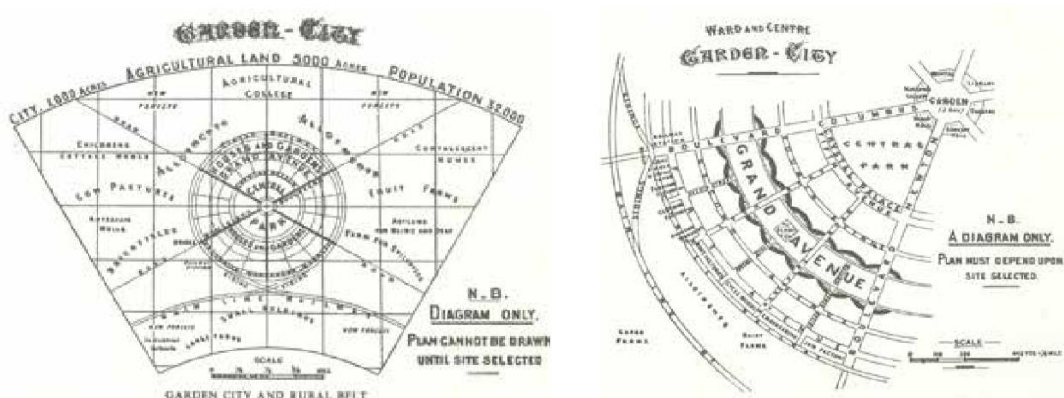


Figura 28 - A Cidade-Jardim de Ebenezer Howard e esquema de sector da Cidade -Jardim de Howard.

alguns quarteirões como pátios e jardins para fornecerem ventilação e iluminação às habitações, atenuando a estreiteza das ruas (Lôbo, 1995, p.86).

Nos planos para cidades com centro histórico, como Coimbra, Évora e Braga, De Gröer, denomina a parte velha da cidade, de “Zona Arqueológica” e, tinha como objetivo proteger e conservar os seus monumentos e edifícios antigos. “Para De Gröer a reforma do centro antigo assume uma importância comparável à das propostas relativas à expansão da cidade” (Pinho, 2007, p.115). A sua principal preocupação em todos os Planos que realiza é a questão da higiene, ar puro e a exposição à luz solar das habitações (Faria, 2000, p.3.17).

Durante o período em que trabalhou em Portugal, Étienne de Gröer desenvolveu Planos importantes para muitas cidades, além das cidades já referidas, realizou também Planos de Urbanização (figura 25) para Luanda (1942), Beja (1943-44), Almada (1946-50), Abrantes (1947), etc.

## **2.2 Princípios Gerais**

De Gröer foi um defensor da teoria da cidade-jardim de Ebenezer Howard (figura 28) e fundamentou as suas intervenções nesta teoria. Não seguiu o seu modelo rígido, mas baseou-se nos seus princípios (Relvão, 2014, p.38) que são apresentados no artigo que escreveu para o Boletim da DGSU de 1945-46.

Neste artigo, intitulado de “Introdução ao Urbanismo”, começa por explicar a origem do urbanismo e a sua evolução. Refere a necessidade de existir uma legislação na aplicação do urbanismo e identifica três bases do urbanismo moderno.

A primeira base do urbanismo moderno é a teoria de Ebenezer Howard, que surgiu no final do século XIX e serviu de modelo para a formação de muitas cidades. Howard defende que a cidade deve ser envolvida por um espaço campestre a que ele chama de zona rural, para impedir o seu desenvolvimento urbano ou a aproximação de outro aglomerado urbano. Se o número de habitantes aumentar, devia ser construída uma ou várias cidades-satélites, com o objetivo de impedir que a cidade ultrapasse os limites estabelecidos pela zona rural. Estas cidades-satélites deviam ser construídas para além da zona rural, cada uma delas devia ser envolvida por uma zona rural de proteção e ligadas à “cidade-mãe por meios de transportes rápidos” (Gröer, 1945-1946, p.24).

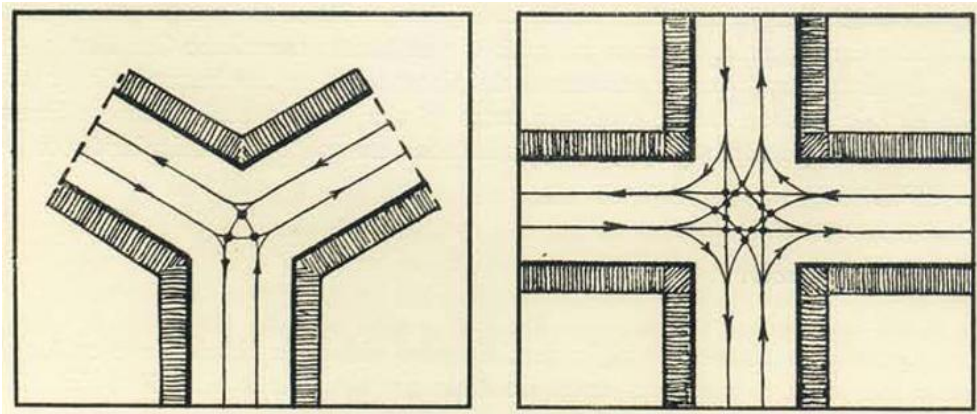


Figura 29 – Cruzamentos de 3 e 4 braços.



Considera como a segunda base do urbanismo moderno a distribuição racional, dividindo a cidade em 5 zonas fixas onde distribui as suas várias funções - conceito a que chama de «Zoning». Surge então a zona industrial, zona comercial e cívica, zonas de habitação, zonas de espaços livres e a zona rural, esta última “serve como reservatório de ar puro da cidade, (...) [fornece-lhe] os produtos agrícolas e [protege-a] contra a aproximação de qualquer outro aglomerado” (Gröer, 1945-1946, pp.24-25). Étienne de Gröer descreveu pormenorizadamente como deveria ser cada uma destas zonas fixas e apontou um conjunto de informações importantes para um bom desempenho de um Plano Geral de Urbanização (Gröer, 1945-1946, p.25).

A terceira base do urbanismo moderno é o arranjo da cidade, a instalação de redes de infraestruturas de águas e saneamento para melhorar a salubridade dos edifícios, de modo a fornecer aos seus habitantes uma melhor qualidade de vida (Gröer, 1945-1946, p.25).

Além da teoria da cidade-jardim de Ebenezer Howard, De Gröer é também defensor de princípios apresentados por Camillo Sitte, como a valorização da natureza e das pré-existências (Ultramari, 2018, p.486). No Boletim da DGSU de 1945-46, De Gröer refere-se também a Sitte (figura 29), quando descreve como deveria ser o desenho da rede de Vias.

Camillo Sitte, na sua obra “A construção das cidades segundo seus princípios artísticos”, de 1889, defende que o desenvolvimento do urbanismo consiste na valorização do aspeto estético, ou seja, numa “variedade e riqueza espacial das ruas e praças” (Silva, 2012, p.34). Vai dedicar-se principalmente ao estudo das cidades da antiguidade, defende a valorização do espaço medieval, pois nesta época o sistema de formação das cidades era espontâneo. Considerava que a introdução do planeamento das cidades veio limitar a riqueza da “irregularidade e sinuosidade das ruas,” a “densidade e intensidade nas relações dos aglomerados medievais” (Silva, 2012, p.34).

Considera também que as ruas são um elemento intemporal importante para o estabelecimento de um espaço de relações, sendo a rua, a característica principal das cidades antigas e um elemento fundamental na limitação do espaço (Silva, 2012, p.34). Influenciou as cidades-jardim inglesas, defendia a salvaguarda do que restava das cidades antigas e era de opinião que se devia “aproximar ao máximo as criações atuais do ideal de modelos antigos” (Ultramari, 2018, p.486).



De Gröer, tal como Camillo Sitte, defende que no centro histórico das cidades, todas as novas construções deviam ser executadas num dos estilos antigos característicos da cidade. Todos os edifícios modernos deveriam ser edificadas nas suas partes novas (Gröer, 1944 (B), p.15).

De Gröer, é também um defensor do uso da habitação unifamiliar por a considerar “a forma de habitação mais perfeita para uma família e, ao mesmo tempo, mais barata para o construtor, apesar de precisar de um certo espaço para o seu quintal” (Gröer, 1945-1946, p.39). Este tipo de habitação unifamiliar é recomendado sobretudo para as classes operárias, mas para que isto seja possível, o preço do terreno não pode ser elevado e as habitações são edificadas agrupadas ou juntas (Gröer, 1943, p.23).

Esta opinião não reúne consenso, pois há quem, pelo contrário, seja de opinião que a construção de habitações unifamiliares não é a forma mais económica de construir. Mas, De Gröer contrapõe citando o parecer exposto pela comunicação holandesa no Congresso de Urbanismo de Paris em 1937, que profere que “o abaixamento das [despesas] de construção descontadas pelas construções verticais não se verifica em parte alguma. Muito pelo contrário, os alojamentos nas construções verticais são mais caros do que os do mesmo género situados nas construções horizontais” (Gröer, 1943, p.24). Diz ainda que “as habitações em filas de casas dão melhor acesso ao ar e à luz (sobretudo nos andares inferiores) do que as construções de 4 andares. Esta opinião foi corroborada por comunicações belgas, inglesas e alemãs” (Gröer, 1943, p.24).

De Gröer considera que a legislação urbana moderna devia limitar, nas cidades, a construção de prédios altos e contemplar os bairros novos com zonas de habitação de baixa densidade, para que se formem à volta do “velho centro denso, zonas de habitação espaçadas” (Gröer, 1945-1946, p.40). É, pois, contra os princípios defendidos na Carta de Atenas<sup>2</sup>, e contra a construção em altura, preconizada por Le Corbusier<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> A Carta de Atenas é um documento, que surgiu do IV congresso dos CIAM, realizado em 1933. O seu principal mentor foi Le Corbusier e, esta foi publicada em 1941 (Rainha, 2013, p.90).

<sup>3</sup> “1º- a vida nestes arranha-céus depende do bom e rápido funcionamento dos elevadores – coisa que não se dá sempre; provém disso: gasto de tempo, pavoroso perigo no caso de um incêndio, etc.; 2º - o preço da construção é extremamente elevado e, como consequência, elevadas também as rendas; 3º- os inquilinos estão amontoados uns em cima dos outros e têm falta de jardins particulares” (Gröer, 1945-1946, p.28).

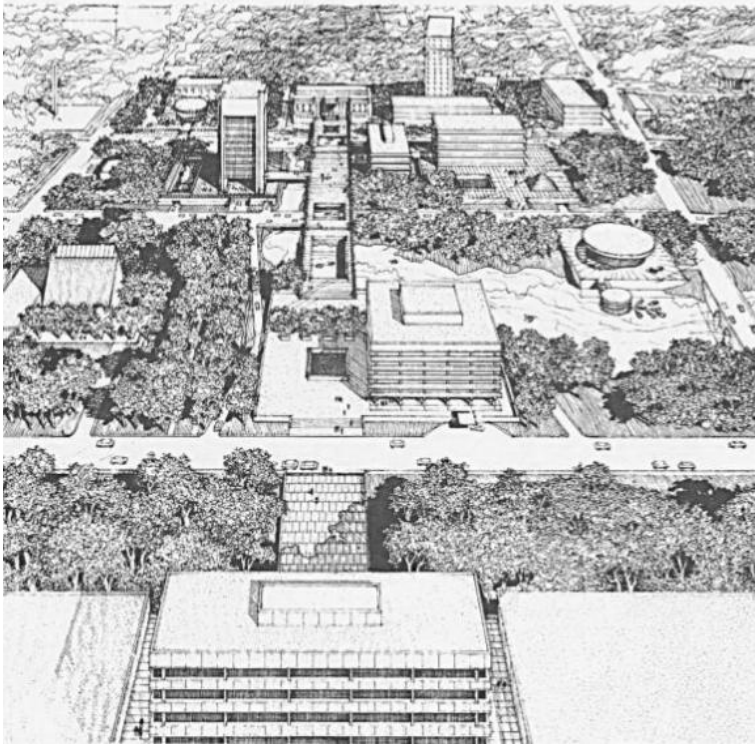


Figura 30 - Modelo de aplicação dos conceitos da Carta de Atenas.

A Carta de Atenas está agrupada em 5 categorias<sup>4</sup>, sendo a primeira, a habitação. A habitação vai ganhar outra dimensão, a verticalização, reduzindo-se a construção ao longo das vias e libertando-se espaço e área na cidade para a segunda categoria – Lazer (Rainha, 2013, p.92).

Esta forma de construção foi a solução encontrada por Le Corbusier para responder às necessidades de habitação de uma sociedade em constante crescimento. “A cidade vai deixar de ser o lugar da [arquitetura] urbana, para ser o lugar da [arquitetura] dos grandes edifícios isolados e autónomos” (Lamas, 2011, pp.354-356). Opõe-se à cidade tradicional, criticando a “rue corridor, o quarteirão, o plano marginal, propondo novas e diferentes formas urbanas” (Lamas, 2011, p.352) que resultam na separação da cidade por funções. O quarteirão deixa de existir, sendo substituído pela “unidade de habitação”, o que vai gerar uma falta de significado dos espaços (Lamas, 2011, pp.304,353).

De Gröer era contra este conceito, das “unidades de habitação”, defendido por Le Corbusier. Para o urbanista, este tipo de construção tinha vários inconvenientes, como por exemplo o elevado custo da construção e a falta de jardins particulares (Gröer, 1945-1946, p.28). Foi este conjunto de fatores que, segundo De Gröer, levou a que este tipo de construção “alta e densa” acabasse por ser só uma experiência (Gröer, 1945-46, p.28). O urbanista defendia o uso da habitação unifamiliar, esta daria aos seus habitantes um maior conforto e qualidade de vida, longe do ruído das ruas e cada uma com o seu jardim particular.

Em relação à segunda categoria, o lazer, a Carta de Atenas considera fundamental a criação de espaços verdes que devem localizar-se junto das habitações, para poderem ser usufruídos pelos cidadãos. Quanto aos edifícios históricos, defende a sua salvaguarda, desde que sejam, “a expressão de uma cultura anterior e [correspondam] a um interesse geral (...) ou se a sua conservação não implicar o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres” (Lamas, 2011, p.347). A Carta de Atenas considerava que as intervenções nos centros históricos das cidades não deviam “procurar uma representação do passado”, acreditavam “que a beleza e alta qualidade estética e ambiental da arquitetura moderna igualariam e superariam os conjuntos históricos degradados ou insalubres” (Lamas, 2011, p.347).

---

<sup>4</sup> Este documento estabelece critérios para a organização e gestão das cidades, estando agrupado em cinco categorias: Habitação, Lazer, Trabalho, Circulação e Edifícios Históricos. Propunha “a separação de funções urbanas, a valorização dos espaços verdes e o funcionalismo” (Ultramar, 2018, p.495; Rainha, 2013, p.90).

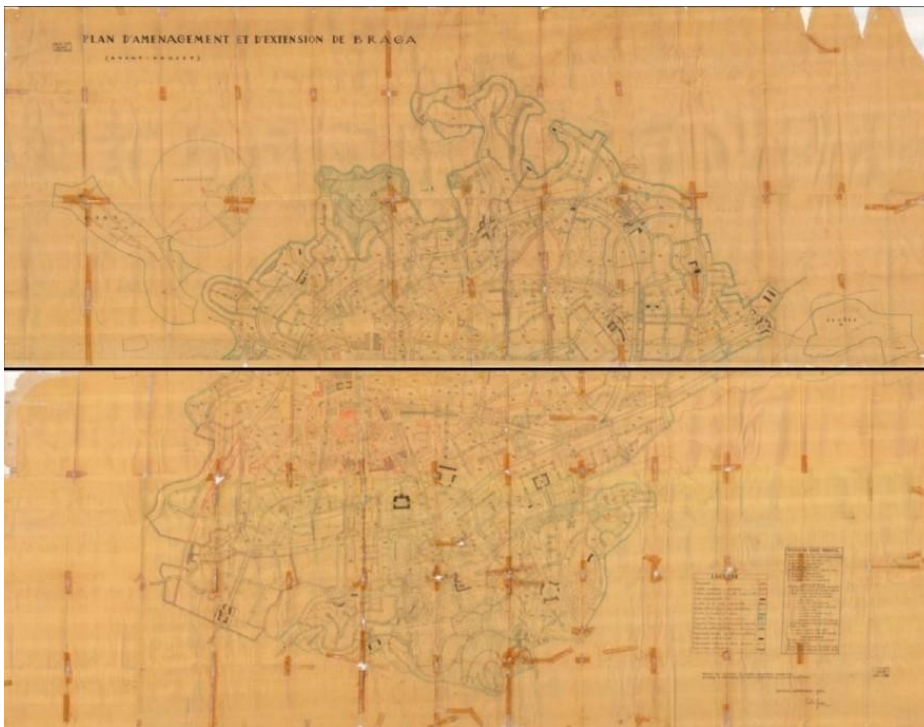


Figura 31 - Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga, 1/2000,1942.

### Tábua dos assuntos

#### Preâmbulo

- 1- Transformação dos Acessos e da Circulação Principal
- 2- Urbanização da Zona Arqueológica
  - a) – As Cercanias da Catedral
  - b) – O Quarteirão da Torre de Menagem
  - c) – A Transferência do Mercado e o Novo Arranjo da Praça da Câmara Municipal e da Praça do Conde de Agrolongo
  - d) – As velhas Ruas e as Velhas Casas
- 3- Transformação de Certas Partes da Cidade Atual
  - a) – Avenida Marechal Gomes da Costa
  - b) – Largo de Maximinos
- 4- Urbanizações Novas
  - a) – Habitações  
Legislação da Construção
  - b) – Escolas, Edifícios Públicos e Centros Comerciais
  - c) – Os Arruamentos Novos
  - d) – Espaços Livres
- 5- As Aldeias Satélites: Real e Tenões

Figura 32 – Tábua de assuntos.

## 2.3 Constituição do Plano

O Plano de urbanização, de alargamento e embelezamento da cidade de Braga elaborado por Étienne de Gröer foi encomendado pela Câmara Municipal de Braga e estes assinaram contrato a 13/05/1941<sup>5</sup>. É com este urbanista que a cidade vai ter o seu primeiro Plano de Urbanização<sup>6</sup> (Bandeira, 2001, p.66).

Ainda neste ano de 1941, o urbanista submeteu à apreciação da CMB o Plano, onde propõe o modo como a cidade deveria ser urbanizada nas décadas seguintes. O documento original encontra-se escrito em língua francesa, foi apresentado a 20/07/1941 (Bandeira, 2001, p.68) e posteriormente traduzido para português pelo próprio Étienne de Gröer, sendo datado de 16/01/1946<sup>7</sup> (Gröer, 1944 (B), p.42). A Planta de Urbanização (figura 31) do Plano foi entregue à escala 1/2000, em setembro de 1942, em Oeiras (Gröer, 1944), um ano após o urbanista ter realizado o contrato e o ter submetido à apreciação da CMB.

O documento do Plano<sup>8</sup> que Étienne de Gröer apresenta contém duas peças escritas, o Anteprojeto B (44 páginas) e a Legislação C (21 páginas) e um conjunto de 12 peças desenhadas<sup>9</sup>.

No Anteprojeto B, Étienne de Gröer vai apresentar uma memória descritiva do Plano onde aborda vários assuntos estruturados em cinco capítulos (figura 32), e que vão indicar as regras para uma boa execução desse mesmo Plano. Aquando da revisão<sup>10</sup> do documento do Plano publicado, altera o título de Urbanização da Zona Arqueológica, para Arranjo da Zona Arqueológica, por considerar que esta zona da cidade devia ser salvaguardada (Gröer, 1944 (B), p.8).

---

<sup>5</sup> Esta data foi retirada do artigo (Bandeira, 2001), não foi possível encontrar nos documentos originais do Plano referências a esta data. Segundo este autor foi também neste ano (1941) que De Gröer submeteu o Plano a apreciação da CMB.

<sup>6</sup> Existem vários documentos que indicam que antes de ter sido pedido ao urbanista Étienne de Gröer a realização do Plano de Urbanização de Braga, este foi pedido em 1933 pela Câmara Municipal ao arquiteto Cristino da Silva, mas segundo vários autores, este Plano não chegou a ser realizado (Bandeira, 2001, p.66; Oliveira, 1982, p.56).

<sup>7</sup> Este documento encontra-se no *website* da DGT com a data de 1944, mas no fim do documento, este encontra-se assinado pelo próprio Étienne de Gröer com a data de tradução do documento de 16/01/1946.

<sup>8</sup> Atualmente estes documentos encontram-se disponíveis para consulta no *website* da DGT e na Biblioteca Pública de Braga.

<sup>9</sup> Lista da composição do documento entregue por Étienne de Gröer à CMB (Anexo B1 E B2).

<sup>10</sup> Não foi possível encontrar no documento do Plano, as datas em que o urbanista realizou as revisões deste, mas estas devem ter sido realizadas entre 1942-1946, entre a data que o urbanista entrega as Peças Desenhadas e a data em que realiza a tradução do Plano para português (Anexo B1).

Art. 1 – A cidade de Braga está dividida nas seguintes zonas:

- A) – Zona Industrial Principal (I/1),
- B) – Zona para Industriais Ligeiras (I/2)
- C) – Zona Industrial Excepcional (I/3),
- D) – Zona Comercial Central (c/1),
- E) – Zona Comercial Local (c/2),
- F) - Zona de Habitação:
  - a/- habitações coletivas e agrupadas (H/1),
  - b/- habitações individuais em grandes lotes (H/2),
  - c/- habitações individuais e agrupadas (H/3),
  - d/- habitações operárias (h/4)
- G) – Zonas de Espaços Livres Públicos (L),
- H) – Zona Rural (R),
- I) – Zona Arqueológica e Turística (AT).

Figura 33 - Regulamento de Zonas.

- A. Verificação da divisão em lotes e dos quarteirões.
- B. Regras a seguir para o estabelecimento das plantas da divisão em lotes e dos quarteirões.
- C. Transformação e melhoramento dos loteamentos e dos quarteirões defeituosos.

Figura 34 - Regulamento da divisão em Lotes e dos Quarteirões.



Vai dedicar então um capítulo à conservação e arranjo do núcleo central da cidade, onde aplica o conceito de “Zona Arqueológica”, com o objetivo de conservar o que mais há de belo nas cidades, os seus monumentos e edifícios antigos. Vai melhorar algumas áreas da cidade que já existiam, quando realiza o Plano, mas que se localizam fora da “Zona Arqueológica”. E descreve o modo como a cidade se deveria desenvolver nos anos seguintes.

Na Legislação C, apresenta os regulamentos do Plano, sendo o primeiro o Regulamento das zonas (figura 33), o «zoning», que tem como objetivo a organização do espaço urbano. Distribui a cidade de Braga em 6 zonas<sup>11</sup>, que depois se subdividem: Zona Industrial (Principal, Ligeira e Excecional), Zona Comercial (Central e Local), Zona de Habitações (4 tipos), Zona de espaços livres públicos, Zona Rural e Zona Arqueológica e Turística.

O segundo regulamento que apresenta é o Regulamento dos Lotes e dos Quarteirões (figura 34) onde indica as regras a seguir para a criação das plantas, da divisão em lotes e dos quarteirões, e como se deveria proceder para a transformação e melhoramento da divisão em lotes e quarteirões que se encontravam defeituosos.

Por exemplo, quando um terreno é excessivamente subdividido, a urbanização do terreno torna-se muito cara, fazendo aumentar o preço de venda de cada lote. Isto altera a harmonia do Plano de Urbanização, e leva à criação de um número excessivo de vias, o que dificulta a circulação. O município deve então fiscalizar todos os loteamentos, mesmo os que se encontrem em terrenos particulares, a fim de impedir que estes estraguem o conjunto da cidade. Estes loteamentos devem seguir as regras estipuladas pelo município. Cada loteamento integra-se num quarteirão que deve ser construído separado de outros terrenos através de ruas, e em cada terreno deve ser assinalada a sua divisão em lotes e identificar onde, futuramente, será construída a habitação. Deste modo, poder-se-á ter uma ideia do aspeto final do conjunto da cidade, de modo a conseguir-se uma unidade urbana (Gröer, 1943, p.27).

Para além do Regulamento das Zonas ou «Zoning» e do Regulamento dos Lotes e Quarteirões, De Gröer vai apresentar o Regulamento da Construção, pois o que estava em vigor<sup>12</sup> na cidade de Braga quando De Gröer realiza o Plano, era baseado no de Lisboa, o que não fazia sentido. O regulamento de Lisboa tinha sido realizado para uma cidade com um número de habitantes muito superior. No caso da cidade de

---

<sup>11</sup> Para as cidades com centro histórico De Gröer acrescenta às 5 zonas fixas já apresentadas, mais uma zona, chamada de Zona Arqueológica e Turística.

<sup>12</sup> Regulamento de Construção de Braga, 1939.

Chasse Operária .....	60%
Classe média .....	20%
Classe abastada .....	10%
População flutuante .....	10%

Figura 35 - Números médios da composição da população na cidade de Braga.



Figura 36 – Fotomontagem com indicação dos Santuários do Bom-Jesus, do Sameiro e da Falperra que fazem parte da área turística da cidade, a Praça da República indica o centro urbano da cidade.

Braga, não era expectável que esse número de habitantes fosse atingido nos 50 anos seguintes (Gröer, 1944 (B), p.24).

O Regulamento que estava em vigor, permitia, por exemplo, construir em Braga edifícios excessivamente altos, o que não correspondia às necessidades da cidade. Estes, como já referimos anteriormente, destroem a unidade urbana do conjunto da cidade. A divisão da cidade por zonas é uma medida eficaz no combate à construção de edifícios cada vez mais altos. Para cada zona da cidade, o urbanista definiu o limite máximo da densidade de construção, protegendo assim, os monumentos históricos e artísticos desses prédios altos que os obscureceriam (Gröer, 1944 (B), p.25).

## **2.4 Zonas definidas para a cidade de Braga**

Antes da realização e apresentação deste Plano, De Gröer, faz uma análise geográfica e demográfica da cidade<sup>13</sup>.

Em 1940, a cidade de Braga tinha cerca de 30 000 habitantes, sendo contemplado no Plano uma previsão para a sua expansão nos 30 a 50 anos seguintes. Previa um total de 60 000 habitantes, ou seja, uma duplicação da população (Gröer, 1944 (B), pp.1-2; Gröer, 1943, p.7). Em conformidade com esse pressuposto, realiza uma previsão da composição e ocupação dos habitantes por classes, figura 35 (Gröer, 1943, pp.19-20).

Nesta análise refere que o território da cidade é grande, com cerca de 840 ha e vai encontrar na cidade várias possibilidades para o seu crescimento futuro, aumentado a sua área para 890 ha (não inclui as aldeias satélite). Segundo De Gröer, “a situação geral de braga é belíssima” (Gröer, 1943, p.3), nas suas altas colinas encontramos os santuários (figura 36) do Bom-Jesus, do Sameiro e da Falperra, que formam uma área turística extraordinária (Gröer, 1943, p.3-4). Os monumentos históricos e artísticos da cidade e a sua envolvente admirável, fazem da cidade um centro de turismo e de excursões. Anualmente, a cidade recebia cerca de 200.000 turistas, peregrinos ou comerciantes (Gröer, 1943, pp.7,19).

De Gröer fez uma análise do crescimento demográfico da cidade e conclui que no centro da cidade de Braga, as freguesias de S. João de Souto, de S. Lázaro e da Sé foram diminuindo o seu número de habitantes, mas pelo contrário, nas áreas

---

<sup>13</sup> Esta informação foi encontrada no documento do Plano de Urbanização, Alargamento e Embelezamento da cidade de Braga de Étienne de Gröer (1943). Este documento encontra-se disponível para consulta na Biblioteca Pública de Braga, e o título do capítulo é “Análise do estado [atual]”.



Figura 37 - Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga (zona Arqueológica) 1/2000,1942.

periféricas verificou-se um aumento, como por exemplo em S. Victor e em S. Vicente. Isto mostra que o centro histórico da cidade passa a ser cada vez mais um centro de turismo, onde se vai concentrar toda a atividade comercial e administrativa da cidade, deslocando-se a habitação para a periferia (Gröer, 1943, p.10).

No que respeita à habitação, a partir da análise realizada De Gröer, concluiu que, a maioria das habitações da cidade são unifamiliares, situando-se a altura máxima das habitações que se encontram no centro da cidade, entre 2 e 3 andares acima do rés-do-chão. A casa segue o modelo de habitação em fila, paralela ao alinhamento, com um pátio e jardim no interior do quarteirão. Mas estas habitações são, na maioria das vezes, muito profundas e insalubres, por falta de ventilação e iluminação (Gröer, 1943, pp.10-11). Segundo este urbanista, estas casas insalubres, mal construídas e, por vezes, apenas com um rés-do-chão, deviam ser demolidas “tão depressa quanto possível” (Gröer, 1943, p.11).

No seu Plano, apresenta uma área urbanizada de 753 ha, incluindo as aldeias satélites de Real (22 ha) e Tenões (16 ha). A zona rural, no interior do perímetro urbano, representa 197 ha, sendo o total de área estudada de 950 ha (área urbanizada mais a área rural) (Gröer, 1944 (B), pp.1-2). A área de espaços livres vai representar um pouco mais de 12% da área urbanizada, número que, segundo De Gröer, é suficiente, pois permite que cada habitação dos bairros novos tenha o seu jardim particular. A zona industrial ocupa 9.5% (68 ha) da superfície urbanizada (Gröer, 1944 (B), p.3).

De Gröer divide a cidade de Braga em 6 zonas<sup>14</sup> e descreve pormenorizadamente quais as limitações e regras de cada uma delas.

### **Zona Arqueológica e Turística (figura 37)**

A zona Arqueológica e Turística (AT), corresponde à zona mais antiga da cidade e, está sujeita a uma legislação específica com o objetivo de conservar os seus edifícios antigos e o seu carácter artístico (Gröer, 1945-46, p.37).

A legislação da zona AT da cidade de Braga, vai servir como complemento para a legislação das outras zonas da cidade, sendo que, esta zona se sobrepõe às outras zonas da cidade. Foram definidas zonas de proteção em torno dos conjuntos artísticos, para impedir que qualquer tipo de construção os ocultasse ou os alterasse (Gröer, 1944 (C), p.12).

---

<sup>14</sup> Para as cidades com centro histórico De Gröer, acrescenta às 5 zonas fixas já apresentadas, mais uma zona, chamada de Zona Arqueológica e Turística.



Figura 38 – Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga (Zonas de Habitação h/1, h/2, h/3, h/4) 1/2000,1942.

Aqui, no velho centro urbano da cidade, situam-se as ruas mais antigas e típicas de Braga, que se caracterizam pela sua estreiteza e é também aqui que se localizam as velhas casas típicas da cidade. Nesta área, o urbanista agrupou os quarteirões em três formas distintas, os que se apresentam demasiado densos, sem pátios ou espaços livres, levando a que as habitações nestes quarteirões sejam de má qualidade, muitas das quais sombrias e com pouca ventilação. Estas edificações de má qualidade, segundo o urbanista Étienne de Gröer, deviam ser demolidas (Gröer, 1944 (B), pp.9-22). Mas também podemos encontrar quarteirões que se apresentam em fileiras de casas ou quarteirões de grandes dimensões, ambos à margem da rua, apenas com um espaço livre comum no seu interior (Gröer, 1944 (B), p.26). A maioria dos quarteirões, são construídos em terrenos estreitos, o que leva a que as habitações aí construídas sejam muito profundas e, conseqüentemente, tenham pouca ventilação e iluminação (Gröer, 1944 (B), p.22).

Para tornar estes quarteirões mais higiénicos e saudáveis, De Gröer, vai apresentar alguns melhoramentos ou regras que se deviam concretizar, como demolições parciais em alguns quarteirões com o objetivo de ventilar o interior do quarteirão e as ruas à sua volta. Nos quarteirões que já possuem no seu interior espaços livres, estes deviam ser conservados (Gröer, 1944 (B), pp.22-23).

### **Zonas de Habitação**

No que diz respeito às zonas de habitação, De Gröer definiu quatro zonas de habitação (figura 38), sendo habitações coletivas e agrupadas (h/1), habitações Individuais em grandes lotes (h/2), habitações individuais e agrupadas (h/3) e habitações operárias (h/4). Em todas estas zonas de habitação é proibida a construção de estabelecimentos comerciais e industriais e, é também proibido qualquer melhoramento ou transformação nos estabelecimentos comerciais já existentes nesta zona.

A zona h/1 é caracterizada por habitações agrupadas e construídas no alinhamento da rua. Nesta zona, a altura dos edifícios é limitada a três andares, incluindo o rés-do-chão, e a habitação não poderá ter uma profundidade superior a 12 m. A área de superfície construída não deve exceder 30% da superfície total do lote. Num quarteirão ainda em construção, as novas habitações devem ser edificadas sobre o contorno do quarteirão e, no seu interior, deve-se desenvolver um jardim comum (Gröer, 1944 (C), p.6).





Nas zonas h/2, h/3 e h/4 só é permitida a construção de casas unifamiliares e em todas elas deve-se ter em atenção às distâncias entre fachadas voltadas para a rua e à distância entre fachadas laterais (Gröer, 1944 (C), pp.7-9).

A zona h/2, destinada à classe rica, localiza-se na periferia da cidade, sendo o extremo norte reservado para esta zona, pela beleza dos seus terrenos. Aqui a altura das casas é limitada a um andar acima do rés-do-chão, podendo ter um andar suplementar no sobrado<sup>15</sup> ou na cave. A área de superfície construída não deve exceder 10% da superfície total do lote e este não deve ser inferior a 2000 m<sup>2</sup>. Nesta zona as habitações, devem ser edificadas 8 a 10 m atrás do alinhamento, variando consoante as ruas (Gröer, 1944 (C), p.7).

Na zona h/3, destinada à classe média, localizada perto do centro urbano (uma vez que a atividade desta classe está situada sobretudo na cidade), as casas unifamiliares podem ser agrupadas, no máximo, até seis casas num só telhado. Aqui a altura das habitações é limitada a um andar acima do rés-do-chão podendo ter um andar suplementar no sobrado ou na cave e a área de superfície construída não deve exceder 25% da superfície total do lote. Nesta zona as habitações, devem ser edificadas 5 a 8 m atrás do alinhamento das ruas (Gröer, 1944 (C), pp.7-8).

A zona h/4, destinada à classe operária, localiza-se perto da zona industrial, com o objetivo dos seus habitantes se deslocarem para o trabalho num curto período de tempo. Aqui as casas unifamiliares podem ser agrupadas, no máximo, até dez casas num só telhado, e a altura das casas não deve ultrapassar um andar acima do rés-do-chão (este andar pode ser construído no sobrado). A área de superfície construída não deve exceder 30% da superfície total do lote e as habitações devem ser edificadas 4 a 6 m atrás do alinhamento das ruas (Gröer, 1944 (C), pp.8-9).

De Gröer cria um regulamento especial para zonas de habitação em terrenos muito acidentados, onde estabelece que, se o declive do terreno for superior a 16%, só é permitida a construção de habitações do lado alto da rua. Definiu um limite de superfície construída para cada uma das zonas de habitação, para a zona h/1 a superfície construída admitida é de 20% (da área total do lote), para a zona h/3 de 35% e para a zona h/4 de 40% (Gröer, 1944 (C), p.9; Gröer, 1943, pp.25-29).

No artigo que escreveu no Boletim da DGSU de 1945-46, De Gröer apresenta os seus fundamentos e a teoria geral das suas intervenções, que já tinha aplicado na cidade de Braga com as devidas adaptações às características da cidade. Neste artigo, refere

---

<sup>15</sup> Andar superior da habitação



Figura 39 – Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga (zona comercial c/1) 1/2000,1942.



Figura 40 - Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga (zona comercial c/2) 1/2000,1942.

que deve ser criada uma legislação de apoio à construção para limitar a construção de prédios altos na cidade e apoiar a construção de casas unifamiliares nos bairros novos, de modo a formarem-se em torno do centro da cidade, zonas de habitação espaçadas. Para isto, o Regulamento das Zonas deve limitar a altura das casas, determinar a distância mínima entre elas e limitar a superfície construída por lote, pois a sua divisão excessiva prejudica a circulação. Define três tipos de zonas de habitação: zona para classes ricas, zona para classe média e zona de habitação para classe operária. (Gröer, 1945-46, pp.38-41).

### **Zonas Comerciais**

Para a cidade de Braga, De Gröer define duas zonas comerciais. Na zona comercial central (c/1, zona mista – figura 39), são permitidas construções destinadas ao comércio, negócios e habitações (sobretudo hotéis e pensões). Todos os edifícios e locais insalubres ou excessivamente densos serão transformados ou melhorados. Nesta zona a altura dos edifícios é limitada, sendo apenas permitido no máximo 3 andares, incluindo o rés-do-chão. Mas existem exceções para algumas ruas da cidade, onde é permitido a construção de 4 andares, incluindo o rés-do-chão, como a Praça da República; a Avenida do Marechal Gomes da Costa; e a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra (atual Avenida Central).

A zona comercial local (c/2 – figura 40) localiza-se junto dos novos bairros resultantes do alargamento da cidade, para responder às necessidades dos seus habitantes e refere-se à construção de estabelecimentos comerciais, onde as lojas, salas de espetáculos, etc. só são permitidas no interior destes centros comerciais locais. Aqui, a altura dos edifícios também é limitada a 3 andares, incluindo o rés-do-chão. Nesta zona é permitido toldos e guarda-sóis para as esplanadas de cafés, exposições de mercadorias, etc. desde que não dificultem a visibilidade da circulação (Gröer, 1944 (C), pp.4-5; Gröer, 1943, p.25).

De Gröer aplicou os princípios, que mais tarde, apresentou no Boletim, onde refere que, na velha parte central é onde se concentra, grande parte das vezes, toda a atividade comercial e administrativa da cidade, sendo esta considerada como zona mista. Esta é a zona mais artística e pitoresca da cidade, e qualquer intervenção que se realize nesta zona não pode alterar o seu carácter artístico, sendo só realizadas demolições parciais, sobretudo, no interior dos quarteirões, para conservar as fachadas das casas. Mas a zona comercial pode permitir para algumas vias, um estilo de construção mais moderno. Na zona comercial, são permitidos edifícios de

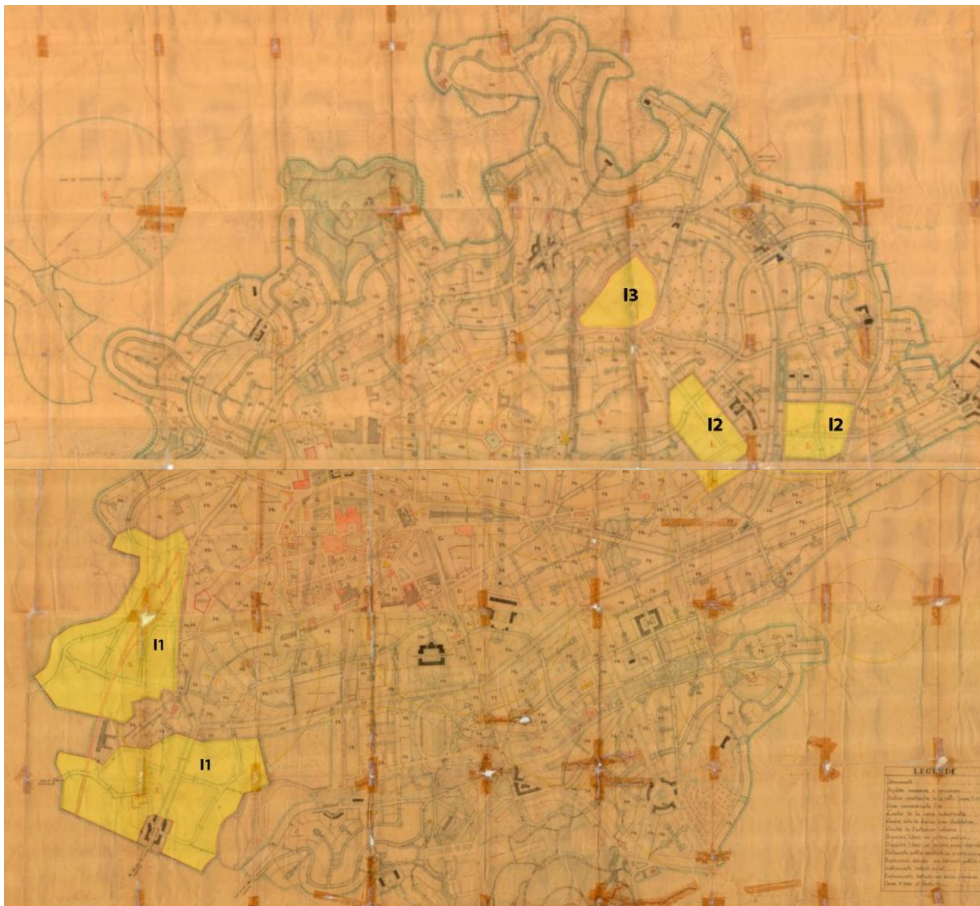


Figura 41 - Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga com indicação das zonas Industriais, 1/2000,1942.

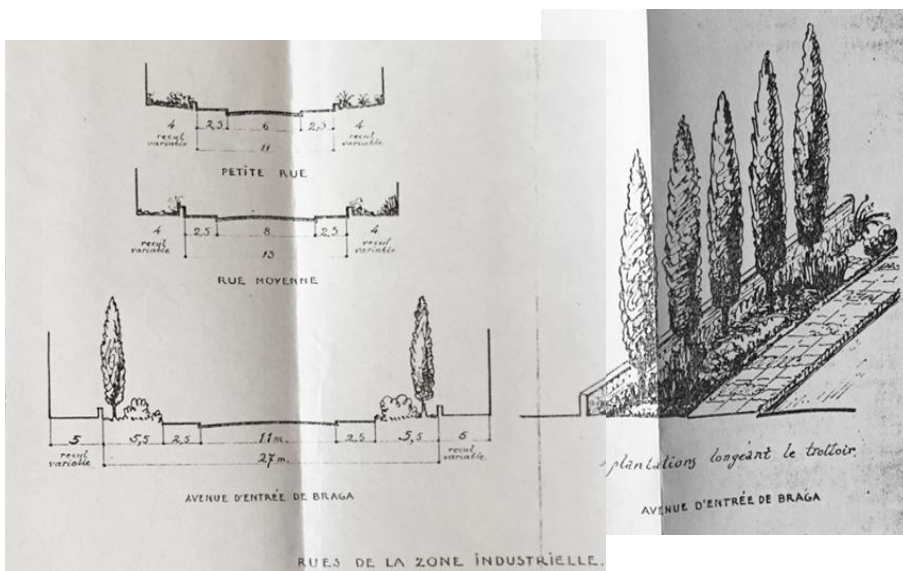


Figura 42 - Quadro de vias- tipos, Perfis transversais de uma avenida que atravessará a zona Industrial, 1/200, 1942.

habitação, mas devem ser destinados, preferencialmente, para acolher habitantes temporários, como hotéis, pensões, etc. São também permitidos nesta zona vários pequenos centros comerciais locais localizados junto das zonas de habitação (Gröer, 1945-46, pp.36-38).

### **Zona Industrial**

Em relação à zona industrial da cidade de Braga, De Gröer, vai definir três tipos de zonas industriais, e em todas, é proibida a construção ou ampliação de habitações, com exceção do local para a vigilância das fábricas. A altura das construções e da superfície construída não é limitada na zona industrial pois, quanto maior for a altura, menor deverá ser a superfície construída e vice-versa. Os carregamentos ou descarregamentos de mercadorias não podem ser feitos na rua, cada fábrica deve ter, no interior do seu terreno, um espaço destinado a esse fim. A zona Industrial Principal (I/1) deve ficar localizada perto da estação de caminho-de-ferro, ou seja, a oeste do núcleo urbano para impedir que os fumos das fábricas sejam levados para a cidade (ventos dominantes Sul - Norte). Para a zona Industrial Ligeira (I/2), acrescenta que nesta zona é proibida a construção de altas chaminés e para a zona Industrial Excepcional (I/3) obriga a que a fábrica seja escondida por plantações densas, como é exemplo a nova fábrica metalúrgica<sup>16</sup> situada ao lado do cemitério, onde nenhuma outra fábrica será permitida neste local (Gröer, 1944 (C), pp.3-4; Gröer, 1943, p.26).

Estas regras que De Gröer definiu para a cidade de Braga, seguem os princípios que, posteriormente, escreveu para o Boletim da DGSU de 1945-46. Neste artigo, refere que na zona Industrial é proibida a construção de habitações e estabelecimentos comerciais, devendo esta zona ficar localizada na periferia da cidade. O local da sua implantação devia ter em conta os ventos dominantes, para que os fumos das fábricas fossem levados no sentido contrário ao da cidade. Quando já existem fábricas implantadas na cidade, estas deviam ser expropriadas e a Câmara devia proibir qualquer ampliação ou melhoramento naquele lugar. Nesta zona não há limite máximo de altura, nem de superfície coberta como acontece em outras zonas da cidade e, em alguns casos, as fábricas são obrigadas a ser disfarçadas por vegetação (Gröer, 1945-46, pp.34-36).

---

<sup>16</sup> No capítulo 3 será desenvolvido este tema: a construção desta nova fábrica metalúrgica, que levou, à remodelação do Largo Monte d'Arcos e Largo de Infias.

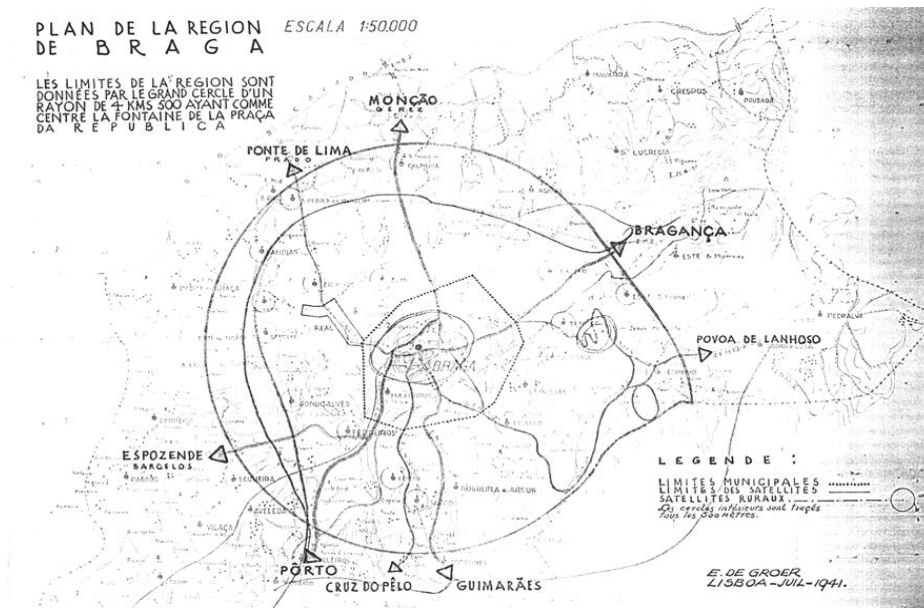


Figura 43 – Plano da Região de Braga por Étienne de Gröer, Lisboa, julho de 1941. Esquema de integração regional. Escala 1.50 000 (limite da região traçado pelo grande círculo de 4.5 km de raio e com centro no fontanário da Praça da República, os círculos interiores estão traçados de 500 em 500m).

## **Espaços Livres Públicos**

Na zona de espaços livres para a cidade de Braga, De Gröer inclui alguns jardins particulares que, pela sua dimensão e qualidade, serão reservados para serem incluídos na rede de espaços livres públicos da cidade. Nesse caso, o proprietário receberá uma indemnização e deverá conservar o jardim sem alterações até à sua expropriação pela Câmara Municipal, princípio que o urbanista, mais tarde, também apresentou no Boletim da DGSU (Gröer, 1944 (C), p.10).

Neste artigo, define também que a zona de espaços livres deve incluir todos os parques, jardins públicos, terrenos e campos de jogos. A área estipulada pelo urbanista para esta zona, não deve ser nunca diminuída, deve permanecer inalterável. Nesta zona, deve ser proibida qualquer intervenção, por exemplo, ruas ou praças. Caso seja mesmo necessário, a Câmara é obrigada a substituir aquele espaço verde por outro de iguais dimensões e situado no mesmo bairro (Gröer, 1945-46, p.42).

Estes espaços verdes são importantes para a qualidade de vida dos cidadãos, sendo que, todos devem possuir, perto da sua habitação, no máximo, entre 10 a 20 minutos a pé, um parque ou um jardim. Estes devem ser proporcionais à quantidade de habitantes que vão usufruir do espaço (Gröer, 1945-46, p.42).

## **Zona Rural**

A zona rural separa e circunda os diversos bairros da cidade, é a “zona que serve para a cidade como reservatório de ar puro, que lhe fornece os produtos agrícolas” (Gröer, 1945-46, p.24). A zona rural deve proteger a cidade contra o desenvolvimento de outro aglomerado e, para isso, De Gröer estabelece um raio de 4,5 km, sendo o centro a fonte da Praça da República, mas para o lado sudeste, esta área ultrapassa os limites estabelecidos da expansão da cidade, para englobar o Sameiro. Este espaço rural engloba as várias aldeias da região, e tem cerca de 5.860 ha. Esta área (figura 43) corresponde “ao território dado em 1112 por D. Henrique aos bispos e, portanto, considerado o território histórico da Região de Braga” (Gröer, 1943, p.18). Na zona rural é proibida a construção de qualquer tipo de edificação, exceto as que auxiliam os agricultores (Gröer, 1945-46, p.43; Gröer, 1943, p.26).





## **CAPÍTULO 3 – PLANO DE ÉTIENNE DE GRÖER PARA A CIDADE EXISTENTE<sup>17</sup>**

---

<sup>17</sup> Apenas com exceção do último sub-capítulo relativo ao Largo Monte d'Arcos e ao Largo de Infias, e cujo Plano foi desenvolvido por David Moreira da Silva, toda a organização deste Capítulo segue a estrutura dos Pontos 2 e 3 do documento Anteprojeto B, de Étienne De Gröer (figura 32).

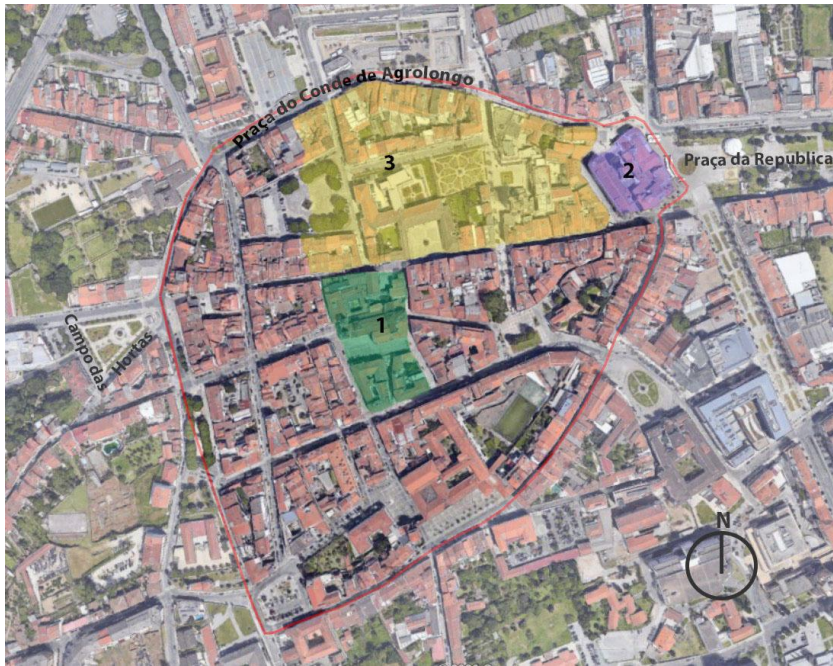


Figura 44 – Fotomontagem com indicação do perímetro da Zona Arqueológica

Áreas prioritárias de intervenção:

1- As cercanias da Catedral

2- O quarteirão da Torre de Menagem

3- A transferência do Mercado e o arranjo da Praça da Câmara Municipal e da Praça do Conde de Agrolongo



As velhas casas e as velhas ruas



Figura 45 - Vista aérea da cidade, zona do Centro Histórico de Braga, 1947 (Parte da Avenida Central, ao fundo a Arcada com a igreja da Lapa e Torre de Menagem).

### **3.1 Centro histórico - Arranjo da Zona Arqueológica**

De Gröer considera como zona Arqueológica, o velho centro da cidade de Braga, referindo-se a este como um “verdadeiro tesouro de arte” (Gröer, 1944 (B), p.8). Defende a sua conservação e, para tal, considera necessário suspender “todas as transformações que aí se executam sem nenhuma arbitragem artística” (Gröer, 1944 (B), p.8). Na sua opinião, “o carácter artístico de Braga deve ser conservado a todo o preço, o que não significa de modo algum, que a higiene das construções destes velhos bairros possa ser esquecida e permaneça no seu estado atual” (Gröer, 1944 (B), p.8).

É no velho centro da cidade que se concentra grande parte da atividade comercial e administrativa e, é aqui que as habitações devem ser de preferência destinadas a acolher habitantes temporários. A limitação das alturas das habitações, tanto no centro urbano como nas novas áreas de expansão da cidade, são uma medida que De Gröer considera imprescindível para proteger os monumentos históricos e artísticos. Deste modo, estes não são ocultados, preservando-se a harmonia urbana da cidade.

No centro histórico, as casas estavam construídas em terrenos estreitos e muitas sem espaços livres, o que tornava as habitações insalubres. De Gröer vai então propor para o velho centro algumas demolições parciais, sobretudo no interior de quarteirões, conservando as fachadas das casas, que conferem um aspeto típico a este centro histórico. Estas pequenas demolições iam tornar as habitações mais saudáveis, com uma melhor qualidade de luz solar e ventilação.

Nas áreas novas resultantes da expansão da cidade, De Gröer propõe os lotes mais largos, tornando as habitações mais espaçadas, ao contrário do que acontece no centro histórico da cidade. Mas, em ambos os casos, De Gröer tem como principal objetivo garantir que as habitações proporcionem aos seus habitantes uma melhor qualidade de vida e salubridade.

Para esta zona da cidade define então 4 áreas prioritárias de intervenção (figura 44 e 45): as Cercanias da Catedral, o quarteirão da Torre de Menagem, a transferência do Mercado e o arranjo da Praça da Câmara Municipal e da Praça do Conde de Agrolongo e, por último, as velhas ruas e velhas casas.



Figura 46 – Sobreposição do traçado romano com a muralha medieval / com o plano urbano medieval.

## As cercanias da Catedral

Étienne Gröer apresentou uma proposta<sup>18</sup> para esta zona da cidade na qual seriam conservados, no estado exterior em que se encontravam, o edifício da Catedral e as casas ao seu redor. A catedral é um edifício de pequena escala devendo, por isso, ser cercada de casas baixas. Se fosse alvo de modificações, como o aumento da altura das habitações que a cercam ou ao alargamento das ruas, seria destruída a harmonia deste conjunto artístico, pelo que o seu estado exterior devia ser conservado como se encontrava (Gröer, 1944 (B), p.8).

A Sé Catedral ou Catedral de Santa Maria de Braga foi mandada construir pelo bispo D. Pedro e teve um papel determinante no desenvolvimento e urbanização da cidade. Foi a 1ª basílica paleocristã construída intramuros nos finais do século IV e inícios do século V. Mais tarde, com a definição do perímetro da muralha medieval, que corresponde à construção da cerca fernandina no século XIV, a área da cidade é duplicada e, a Sé Catedral passou a ocupar o lugar central do núcleo urbano (Ribeiro, 2017, p.33).

A catedral sofreu várias ampliações e remodelações que tiveram consequências no traçado das vias e dos espaços que a envolviam. Estas sucessivas modificações conduziram, nos finais do século XV, ao “desaparecimento da rua de Trás dos Açougues junto à entrada principal da Sé” e ao surgimento, no seu lugar, da Praça do Pão (Ribeiro, 2017, p.35). A envolvente da Sé Catedral, nos finais do século XVI, foi perdendo a sua importância com a transferência do centro da cidade para a rua do Souto e arcada do Castelo (situado junto à atual Avenida Central e Praça da República). Mas, pretendia-se que esta área da cidade não perdesse o seu valor, pois estava localizada junto a um dos monumentos com maior riqueza histórica e arquitetónica da cidade (Ribeiro, 2012, p.159).

A DGEMN propõe a abertura de uma nova praça, o atual Rossio da Sé (Ribeiro, 2017, p.32), cujo projeto teve início em 1938 pelo arquiteto Rogério Azevedo, consistindo na abertura de uma praça retangular, o que ia implicar a destruição das velhas casas ao seu redor (Bandeira, 2001, p.78). Esta intervenção era contrária à opinião de De Gröer que propunha a conservação das casas envolventes à Sé Catedral, no estado exterior

---

<sup>18</sup> A comissão Municipal de Estética concordou com a proposta apresentada por Étienne de Gröer para este local, tendo nesta parte, aprovado o Plano de Urbanização (Estética, 1943 maio 8 – Anexo C2).



**B-E-F-I: Alinhamento Proposto pela Direção dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Conselho Municipal**

**A-C-B-E-F-G-H-I-J: Alinhamento proposto pela Comissão de Estética Municipal**

— Alinhamento proposto pelo urbanista

||||| Fachadas pitorescas que o urbanista quer conservar

Figura 47 - Projeto de Alargamento do Rossio de Trás da Sé, escala 1/500.



Figura 49- Rossio de Trás da Sé – vista aérea da cidade atual com a solução apresentada pela DGEMN.



Figura 48 – Cercania da catedral, feia casa demasiadamente alta.

em que se encontravam. Para ele, apenas uma casa situada no ângulo entre a Rua dos Mártires da República e a esquina da Rua 5 de Outubro, destruía a harmonia do conjunto. Esta casa (figura 48), foi edificada segundo o novo alinhamento, estando totalmente fora de escala. De Gröer considerava-a de má construção, pois, o seu piso superior era de estrutura de madeira e a sua cobertura em zinco ondulado, considerando-o como “supérfluo”, pelo que recomendou a demolição desse piso, e a diminuição ao máximo possível, da altura do primeiro andar. Refere que o ideal seria recuar o edifício para o alinhamento antigo, mas isso significava a sua completa demolição, o que podia ser um prejuízo para o proprietário, embora fosse uma mais valia para a fisionomia da cidade (Gröer, 1944 (B), pp.8-9).

O alinhamento das casas situadas em frente à fachada sul da Catedral, segundo De Gröer, devia ser modificado para o alinhamento proposto pela Comissão Municipal de Estética, alinhamento B´D da figura 47, que revelava um respeito pelo local (Gröer, 1944 (B), p.9). A restante envolvente deve conservar o alinhamento antigo e as fachadas das velhas casas. As futuras edificações devem ser executadas com o carácter antigo e não devem ultrapassar a altura das casas já existentes (Gröer, 1944 (B), p.9).

Mas, o artigo escrito no “Correio do Minho” de 11 de maio de 1943, onde é apresentada uma das reuniões do Conselho Municipal sobre o Plano de Urbanização de Étienne de Gröer, refere que a proposta apresentada pelo urbanista não foi adotada, sendo preterida pela proposta apresentada pela DGEMN<sup>19</sup>. Este organismo já interveio anteriormente nesta zona da cidade com a proposta de abertura de uma nova praça, o atual Rossio da Sé, em 1938. O projeto foi retomado em 1946 pelo arquiteto da DGEMN, Alberto da Silva Bessa, que deu continuidade a esta proposta, seguindo os mesmos princípios (Bandeira, 2001, p.78). Atualmente (figura 49 e anexo A5) podemos ver que a proposta aplicada é efetivamente o projeto da DGEMN.

---

<sup>19</sup> “Conselho Municipal – Prosseguiu ontem a discussão do plano de urbanização” (Minho, 1943 maio 11 - Anexo C3).



Figura 50 – Arcada e Torre de Menagem (194?).

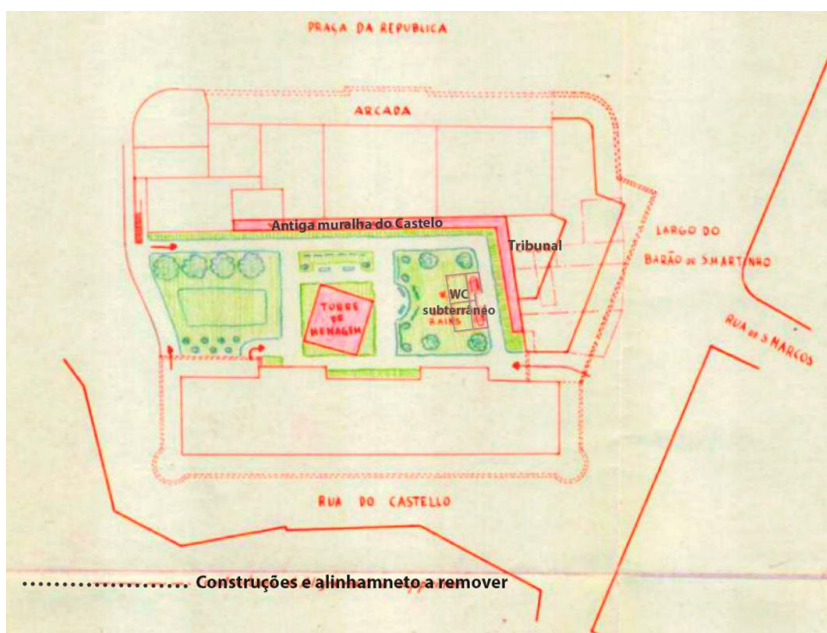


Figura 51 - Arranjo da Zona do Antigo Castelo proposta apresentada por Étienne de Gröer, 1942, esc.1/500.



### **O quarteirão da Torre de Menagem**

Quando De Gröer realiza o Plano, a Torre de Menagem (local do antigo Castelo da cidade) estava totalmente escondida pelas construções da Arcada, da Escola Industrial<sup>20</sup> e por edificações extravagantes construídas ao seu redor no interior do quarteirão, numa grande desordem, estragando a vista para este monumento histórico da cidade de Braga (Gröer, 1944 (B), p.9).

A Torre de Menagem da cidade de Braga foi mandada construir no reinado de D. Dinis e pertencia ao antigo Castelo da cidade que, segundo a autora Maria do Carmo Ribeiro, já existia em 1315 (Ribeiro, 2017, p.22). D. Dinis muralhou a cidade e reforçou o seu sistema defensivo e, D. Fernando, deu continuidade a este reforço e alargamento do sistema defensivo de D. Dinis (Pinto, 1959, pp.25-26).

É também no reinado de D. Fernando que se iniciaram as obras no Castelo que se prolongaram pelos séculos XIV e XV (Ribeiro, 2017, pp.22-23).

A muralha da cidade foi também alvo de várias alterações e ampliações ao longo dos séculos XIV e XV. No século XVI o sistema defensivo da cidade encontrava-se em risco, devido ao aparecimento de habitações no lado exterior da muralha (Ribeiro, 2017, pp.17-18).

No século XIX a abertura de novas ruas provocou alterações no traçado urbano da cidade e assistiu-se a um progressivo desmoronamento das muralhas (Ribeiro, 2017, p.18). Grande parte do castelo da cidade, no século XIX, encontrava-se em ruínas, tendo sido demolido em 1905, ficando apenas a sua Torre de Menagem (Ribeiro, 2017, p.24).

Para tornar visível este monumento histórico da cidade, De Gröer propõe demolir, no interior do seu quarteirão, as edificações construídas sem qualquer qualidade ou valor arquitetónico. O pavilhão do W.C. público, visível quando se encara a Torre pelo lado Norte, devia também ser demolido. Estas demolições iam, também favorecer a visibilidade da antiga muralha do Castelo que se encontrava também escondida (Gröer, 1944 (B), p.9).

A primeira intervenção que De Gröer propõe é a construção de um pequeno jardim público no espaço libertado pelas demolições anteriormente referidas, e com entradas

---

<sup>20</sup> Esta encontrava-se instalada no Edifício das Repartições Públicas, edifício realizado por Marques da Silva na rua do Castelo.



Figura 52 – Vista da Torre de Menagem pelo lado Norte, a altura excessiva da antiga Escola Industrial e arcadas.

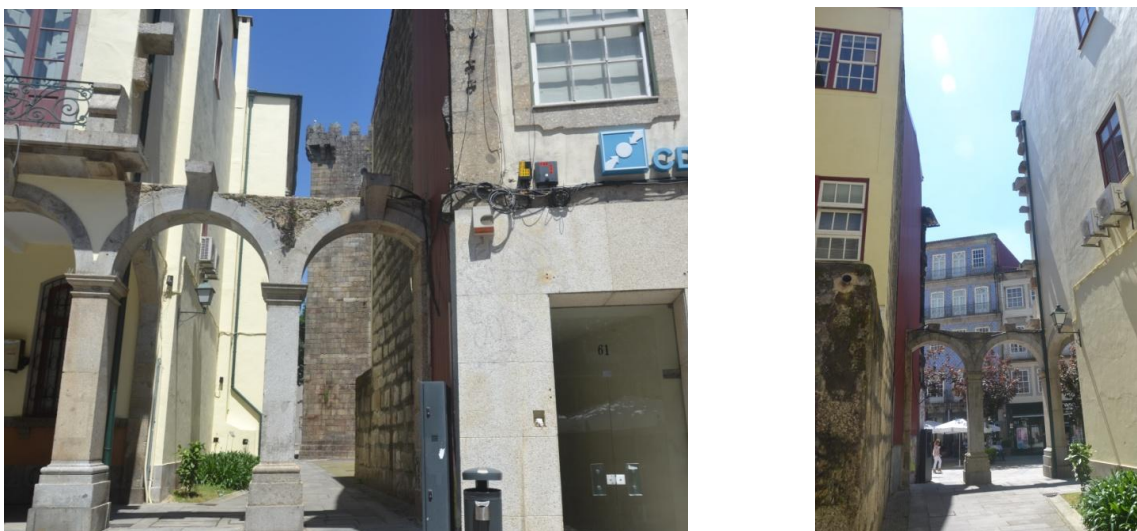


Figura 53 – Lado Sul do quarteirão da Torre de Menagem atualmente.

pelo lado Norte e Sul. O W.C. público devia ser construído no subsolo, ao fundo do jardim (lado sul), tornando assim, o espaço mais agradável e, o W.C. mais discreto (Gröer, 1944 (B), p.10).

A segunda intervenção que propõe é o acabamento das arcadas da Escola Industrial, mas não recomenda que estas se juntem com a Arcada do lado Norte do quarteirão (figura 52), pois ia esconder a Torre de Menagem, único local de onde ela podia ser vista na sua totalidade. Propõe também que se prolongue a arcada inacabada da Escola Industrial, pela parede sem aberturas da escola, para a ornamentar e servir como uma das entradas do jardim (Gröer, 1944 (B), p.10).

Para o lado Sul do quarteirão (figura 53), De Gröer considera necessário que se junte as arcadas da Escola Industrial com as da Arcada, pois considera que neste lado do quarteirão os edifícios não têm qualidade e não são uniformes entre si. A falta de proporcionalidade entre eles, com estilos e alturas completamente diferentes, transmitia um aspeto desordenado, pelo que, propõe que se façam aqui algumas demolições (Gröer, 1944 (B), p.10).

De Gröer vai deparar-se com outro problema, que é a altura excessiva da Escola Industrial que parece “esmagar” as pequenas casas à sua volta. Esta possui uma alta parede cega com empena e, foi edificada para que outros edifícios com a mesma altura se apoiassem nela, escondendo-a, o que não aconteceu, ficando toda esta parede exposta. De Gröer, para tentar solucionar este problema, define um conjunto de medidas a tomar que passam pela “demolição de todas estas pequenas casas e a reconstrução, em seu lugar, num novo alinhamento, de um ou diversos edifícios, de modo a formarem um conjunto [arquitetónico], em que o rés-do-chão [tem] arcadas semelhantes às da Arcada e às da Escola Industrial” (Gröer, 1944 (B), p.11). Deveria também ser criado um pátio comum entre as fachadas traseiras das novas habitações e a antiga muralha histórica para ventilar e iluminar estas habitações. As habitações deviam ter todas a mesma altura e não podiam ultrapassar os três andares acima do rés-do-chão (Gröer, 1944 (B), pp.11-12).

Em relação ao telhado da Escola Industrial, sugere que este devia ser feito nas duas extremidades do edifício. Propõe também a demolição das torres da Escola por estarem próximas da Torre de Menagem para que esta e a antiga arcada, sobressaíssem. Sugere ainda que as cúpulas destas torres fossem destruídas e substituídas por terraços (Gröer, 1944 (B), p.12).

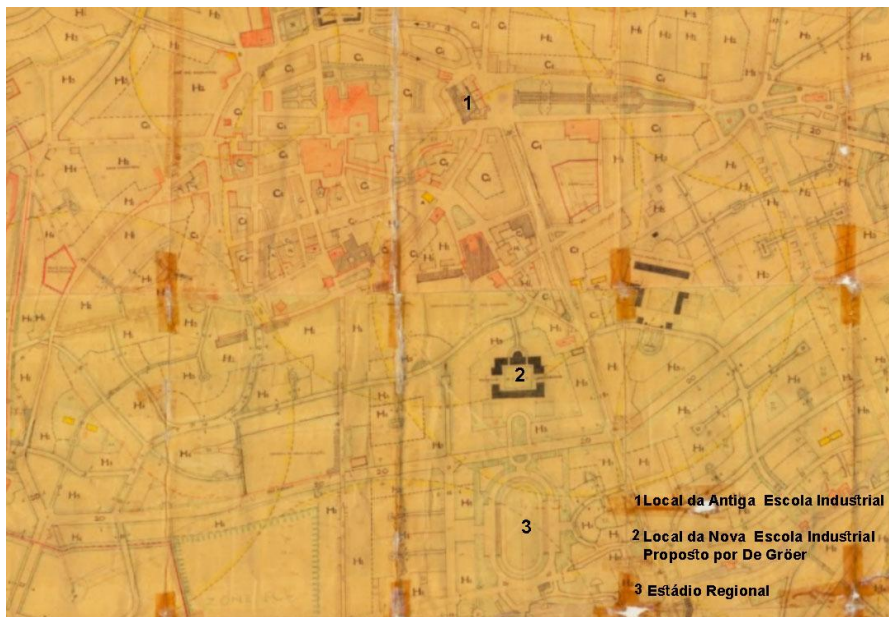


Figura 54 – Fragmento da Planta de Urbanização do Anteplano de Urbanização de Braga, localização proposta por De Gröer para a nova Escola Industrial e Estádio Regional 1/2000,1942.

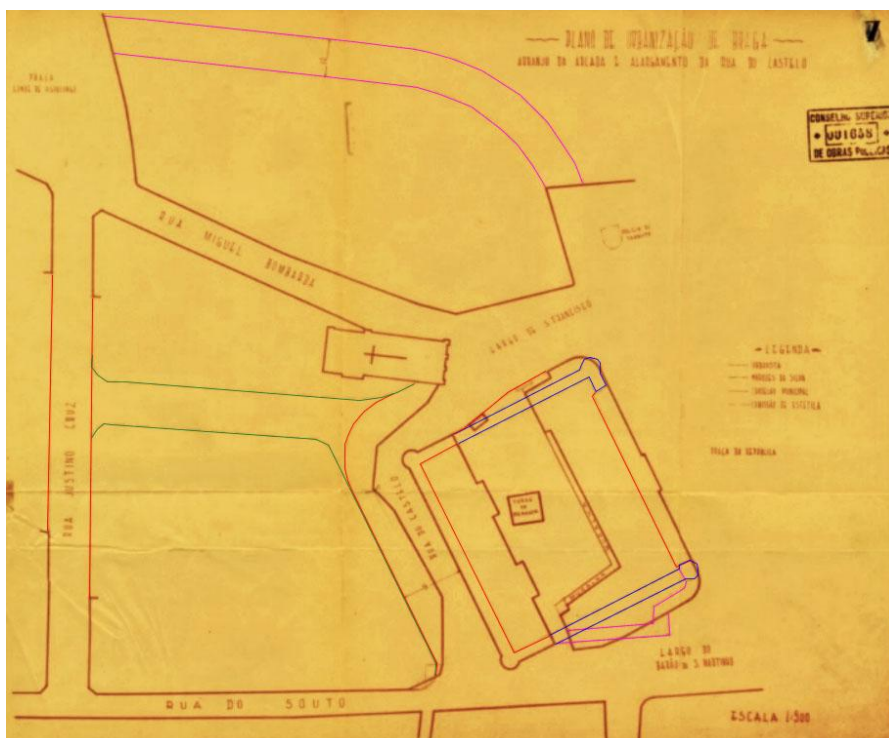


Figura 55 - Arranjo da Arcada e Alargamento da Rua do Castelo, esc. 1/500 – Propostas apresentadas: Urbanista (indicada a rosa); Marques da Silva (indicada a azul); Conselho Municipal (indicada a vermelho) e proposta da Comissão de Estética (indicada a verde).

Mais à frente, no Capítulo 4, será analisada a nova localização para a Escola Industrial proposta por De Gröer, pois considera que esta não devia estar situada no centro histórico da cidade, devia ser deslocada para um terreno situado em frente ao novo estádio regional, que De Gröer também propõe no seu Plano, fora do perímetro considerado por este de zona arqueológica (Gröer, 1944 (B), p.29).

No quarteirão da Torre de Menagem, no lugar da Escola Industrial, devia ser construída uma Central de Camionagem que tinha a vantagem de estar situada em pleno centro histórico da cidade e estar perto das paragens de autocarros (Gröer, 1944 (B), p.29).

Esta localização da Central de Camionagem proposta por De Gröer, não reuniu consenso. Foram propostos ainda mais três locais para a localização da Central de Camionagem pelo Conselho Municipal<sup>21</sup>.

Como vimos, De Gröer pretende reformular todo o quarteirão da Torre de Menagem com o objetivo de fazer realçar este monumento. Neste quarteirão, na rua do Castelo, estava situado o Edifício das Repartições Públicas (edifício onde se encontrava instalada a Escola Industrial), realizado por Marques da Silva, que De Gröer pretendia renovar, não aplicando nenhuma restrição uma vez que, segundo ele, o edifício não tinha qualquer “merecimento artístico” (Bandeira, 2001, p.78). Já Moura Coutinho, não era da mesma opinião e considerava que Marques da Silva era um arquiteto “inabalável”. Sugeriu várias alternativas à proposta apresentada por De Gröer, como por exemplo, prolongar a Arcada a Norte, apenas no piso térreo, o que permitia “conciliar a contemplação integral pretendida para a Torre com a continuidade necessária à harmonia da arcaria” (Bandeira, 2001, p.78). Na figura 55 podemos observar estas várias propostas que foram apresentadas.

Segundo, o artigo escrito no “Correio do Minho” a 11 de maio de 1943, onde é apresentada uma das reuniões do Conselho Municipal sobre o Plano de Urbanização de Étienne de Gröer, a proposta que foi aprovada por unanimidade foi o parecer da câmara<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> “A rua dos Granjinhos, que será inutilizada; - o local na Avenida em frente, e por fim – um pouco a designar mais abaixo da igreja de S. Lazaro” (Minho, 1943 maio 13 – Anexo C4). Atualmente a Central de Camionagem encontra-se na Avenida General Norton de Matos, local oposto aos que foram apresentados, esta situa-se acima (mais a Norte) do centro histórico da cidade.

<sup>22</sup> “Por este parecer o recinto é aberto pelo lado norte (Terceiros) e trata se do arranjo do lado sul, regularizado o alinhamento e libertado convenientemente o espaço inferior. A rua do castelo é também, segundo o parecer da Camara, alargada para 18 metros.” (Minho, 1943 maio 11- Anexo C3).



Figura 56 - Praça Municipal (19??) Casa da Câmara iniciada em 1753, completa o grande eixo do antigo Campo dos Touros, no lado oeste, do Palácio Arquiepiscopal, que ocupa a parte do nascente.



Figura 57 - Mercado Público Arq. João Moura Coutinho. Situava-se à frente da Câmara Municipal. Na Praça do Município - Foi demolido em 1956.

## **A transferência do Mercado e o arranjo da Praça da Câmara Municipal e da Praça do Conde de Agrolongo**

Quando De Gröer realiza o Plano, na Praça do Município estava situado o Mercado Municipal da cidade. Este Mercado Coberto estava, segundo De Gröer, a estragar uma praça merecedora de ser o centro cívico da cidade, e a desarmonizar a Câmara Municipal e o antigo Palácio dos Arcebispos (atual Biblioteca Pública e Arquivo Distrital) que, para ele, eram os dois mais belos edifícios antigos de Braga (Gröer, 1944 (B), p.12).

O antigo edifício da Câmara Municipal estava situado na antiga Praça do Pão (Largo localizado em frente à fachada principal da Sé Catedral), na confluência da Rua de Maximinos<sup>23</sup> (Bandeira, 2000, pp.35,43). Mas, este edifício da Câmara Municipal, mandado construir pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, foi mandado demolir em 1775 (Ribeiro, 2008, p.476).

O antigo Campo de Touros do Arcebispo, atual Praça do Município, foi o local escolhido para instalar em 1753 o novo edifício da Câmara Municipal realizado pelo arquiteto André Soares (figura 56). Esta praça recebeu também o novo corpo, proveniente da intervenção do arcebispo D. José de Bragança, no edifício do Paço dos Arcebispos. Este edifício foi alvo de diversas transformações e alargamentos pelos vários arcebispos durante os séculos XVI e XVII (Oliveira, 2017, p.49; Ribeiro, 2008, p.496).

Em 1915, na Praça do Município, tinha sido construído o novo Mercado Municipal (figura 57), em ferro, por Moura Coutinho em conjunto com Domingues José Afonso (Martins, 2010, p.17). O antigo mercado coberto para o peixe situava-se junto da Porta Nova, na Praça do Peixe, também esta mandada construir pelo arcebispo D. Diogo de Sousa (Ribeiro, 2012, p.159).

De Gröer propõe a transferência do Mercado Municipal para a Praça Conde de Agrolongo (antigo Campo da Vinha), uma praça vazia que, de acordo com o seu ponto de vista, “parece um verdadeiro deserto” (Gröer, 1944, p.12). Esta praça situa-se perto do Mercado do Gado, que De Gröer decide manter, ao qual está ligada por duas ruas. Nesta praça, dividida em duas partes, no Mercado Descoberto tinha lugar todas as terças feiras, a Feira do Gado, que desempenhava uma enorme importância na vida económica da cidade (Gröer, 1944 (B), p.12; Gröer, 1943, p.6). Mas, em ambos os

---

<sup>23</sup> Que em 1883/84 passou a designar-se por Rua da Sé e em 1925 passou a designar-se por Rua D. Paio Mendes (Ribeiro, 2008, p.476).



Figura 58 – Casas antigas que se devem conservar (Praça Conde Agrolongo).



Figura 59 – Vista aérea desta área da cidade atualmente  
 1-Antigo Palácio dos Arcebispos; 2- Igreja da Nossa Senhora do Pópulo;  
 3-Câmara Municipal; 4 – Quartel de Infantaria; 5 – Asilo de Mendicidade  
 (Lar Conde Agrolongo); 6 – Três belas casas particulares -----



Figura 60 - Planta do Arranjo Parcial entre a Praça Conde de Agrolongo e a Rua do Souto (Demolição dos anexos no interior do quarteirão e desenho de largo arquitetural (do lado oeste)) esc. 1/500.



lados desta Praça há belos monumentos antigos (figura 59) como “a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo (anexo A6), o Quartel de Infantaria (anexo A7) e três belas casas particulares”, que De Gröer considera essencial conservar (figura 58) (Gröer, 1944 (B), p.12). Aqui também está localizado o Asilo de Mendicidade Conde Agrolongo (atual Lar Conde Agrolongo), onde Moura Coutinho interveio entre 1907-1916 e apresentou uma proposta para a remodelação do edifício existente. Este foi construído ao lado das casas acima referidas e que De Gröer decidiu conservar. O urbanista qualifica este edifício “sem nenhum valor artístico” (Gröer, 1944 (B), p.13).

De Gröer vai estruturar a Praça Conde de Agrolongo (anexo A8) da seguinte forma:

- no lado oeste, propõe criar um largo arquitetural, que ficará rodeado pelo Tribunal e um pórtico com a intenção de esconder o novo mercado;
- na parte central, ficará o novo Mercado Coberto que, juntamente com as árvores colocadas ao longo do passeio Norte, ocultarão o edifício do Asilo de Mendicidade;
- no lado este, ficará um terraço arborizado destinado ao Mercado Descoberto (Gröer, 1944 (B), p.13).

A Praça Conde de Agrolongo será atravessada na sua parte sul por um dos acessos principais da cidade, para quem vem do Porto. A rua da Boavista, alargada entre o anel circular e a Praça Conselheiro Torres Almeida, com a rua Miguel Bombarda e ainda uma rua nova (que tem início na Praça da República em direção à Praça do Conde de Agrolongo) vão ser o acesso principal ao centro da cidade (Gröer, 1944 (B), pp.5,13). Este novo acesso será fundamental para facilitar o abastecimento do Mercado sem atrapalhar o seu funcionamento (Gröer, 1944 (B), p.13).

Esta nova localização do mercado, proposta por De Gröer, irá permitir transformar a Praça do Município no centro cívico da cidade, que era o que o urbanista defendia. Propõe então para esta praça, uma praça monumental com um jardim ao meio, que se prolongava “sob a forma de passagem para peões plantada com flores e arbustos, ao longo das fachadas Norte” do antigo Palácio dos Arcebispos, “até à rua Justino Cruz” (figura 60) (Gröer, 1944 (B), p.13). Este prolongamento ia tornar visível o edifício do antigo Palácio dos Arcebispos e, ao mesmo tempo, ocultá-lo através de “árvores nas traseiras das casas cujas fachadas principais dão para a Praça do Conde Agrolongo” (Gröer, 1944 (B), p.13).

A Comissão de Estética, da qual fazia parte Moura Coutinho, estava de acordo com o urbanista no que se refere à necessidade de demolir o Mercado em ferro edificado na



Figura 61 - Novo edifício do Mercado Municipal inaugurado no início dos anos 50.



Figura 62 – Localização do Mercado Municipal atualmente na cidade, na Praça do Comércio.

Praça do Município. Mas, no que se refere ao local da construção do novo Mercado, apresentam opiniões diferentes. De Gröer, como vimos, propõe a construção do novo mercado na Praça Conde Agrolongo, pois para o urbanista, esta praça era demasiado vazia e também ia permitir disfarçar o edifício do Asilo de Mendicidade, que ele considerava não ter qualquer valor artístico (Bandeira, 2001, p.79).

Moura Coutinho discordava desta proposta apresentada por De Gröer para a nova localização do mercado, dizendo que considera “uma ingratidão e uma ofensa à memória do nobre Conde de Agrolongo, o mecenas que tinha patrocinado a obra do Asilo. O projeto punha em causa o princípio eloquente de que uma praça grande é sempre imponente e bela. Imponente por si e (porque) dá uma perspectiva grandiosa dos seus edifícios” (Bandeira, 2001, p.79), portanto “ia inutilizar a mais grandiosa, bela e útil praça da cidade” (Estética, 1943 maio 8). Moura Coutinho chamou a atenção para as consequências de uma intervenção deste género e também Alberto Feio, membro da Comissão de Estética, defendia “a preservação do uso funcional da praça, então ocupada pela feira semanal” (Bandeira, 2001, p.79).

O parecer da Comissão Municipal de Estética defendia a transferência do Mercado para o antigo Campo da Feira<sup>24</sup>, mas o parecer da Câmara era apologista da proposta apresentada pelo urbanista Étienne de Gröer (Minho, 1943 maio 11).

A proposta apresentada por De Gröer para localização do novo Mercado Municipal<sup>25</sup> da cidade, na Praça Conde Agrolongo, não foi realizada. Na reunião de 21 de fevereiro de 1952 na CMB ficou decidido que o Mercado seria construído no Campo da Feira, seguindo o parecer da Comissão Municipal de Estética. A previsão para o início da sua construção seria em 1953 (figura 61), a atual Praça do Comércio, localiza-se próximo da Praça Conde Agrolongo (localiza-se mais a norte) (Braga, 1952 fevereiro 22).

A 4 de Janeiro de 2017 foi apresentado um projeto para a requalificação deste Mercado (anexo A9 e A10), a CMB pretendia dar melhores condições de trabalho aos comerciantes. Pretendia tornar o Mercado mais funcional, mais atrativo, com novas valências e com melhores acessibilidades para pessoas de mobilidade condicionada (Braga, 2017 janeiro 4). Enquanto se realizam as obras no Mercado, este passou temporariamente para as traseiras do Lar Conde Agrolongo, encontrando-se ainda, atualmente, neste local.

---

<sup>24</sup> Atual Praça do Comércio

<sup>25</sup> Discussão da proposta da transferência do Mercado e arranjo da Praça Municipal (Minho, 1943 maio 11 - Anexo C3; Minho, 1952 fevereiro 17 – Anexo C5; Minho, 1952 fevereiro 22 – Anexo C6)



Figura 63 – Antigo centro urbano “museu ao ar livre de Braga” (Perímetro da Zona Arqueológica).  
1 – Largo São João do Souto

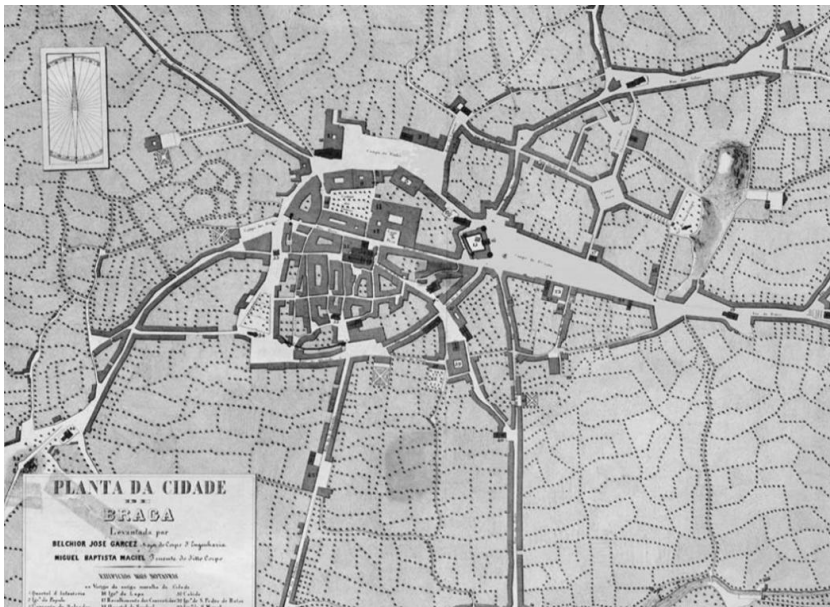


Figura 64 - Mapa do século XIX.

## **As velhas ruas e velhas casas**

A área assinalada na figura 63 corresponde ao velho centro urbano da cidade de Braga, que De Gröer chama de zona Arqueológica e “representa um conjunto de mais alto interesse artístico e histórico”, “é o museu ao ar livre de Braga” (Gröer, 1944 (B), p.14).

A zona Arqueológica corresponde à área definida pelas muralhas medievais da cidade que colocaram a Sé Catedral no lugar central do núcleo urbano (Ribeiro, 2017, p.33). No século XIX (figura 64), com as sucessivas alterações ao traçado urbano da cidade, a muralha começou a ficar danificada, acabando por se assistir a um progressivo desmoronamento desta (Ribeiro, 2017, p.18).

Segundo De Gröer, nesta área da cidade, quase todas as casas são de bom gosto e dão-lhe um carácter interessante. No que se refere às ruas da cidade, De Gröer dividiu-as em dois grupos: as que se formaram antes do fim do século XVIII e as outras mais recentes. As ruas que se formaram antes do fim do século XVIII são as ruas típicas de Braga e situam-se no velho centro urbano. Caracterizam-se pela sua estreiteza e são embelezadas pelas velhas casas típicas e interessantes da cidade. Nestas, estão também presentes jardins e espaços livres no interior dos quarteirões, que contrabalançam com a estreiteza das ruas (Gröer, 1943, p.12). Mas, sobretudo no século XX, desenvolveram-se ruas demasiado largas, que eram desnecessárias, acabando por haver ruas onde ninguém passava. Estas novas vias foram formadas sem primeiro se ter avaliado a necessidade de as abrir e a cidade foi obrigada a preservá-las (Gröer, 1943, p.13).

De Gröer lamenta também as demolições que se realizaram durante os séculos XIX e XX, destruíram-se conjuntos antigos que faziam parte do carácter artístico da cidade (Gröer, 1944 (B), p.14). Segundo ele, “Braga [estava] em grande parte estragada, sobretudo pelos ‘renovadores’ do principio do século XX, cujos [projetos] ilógicos, metade executados, dão a certas partes da cidade um aspeto desordenado e deteriorado” (Gröer, 1943, p.11).

De Gröer refere que se devem “restaurar todas as construções antigas interessantes que foram deterioradas, e (...) conservar tudo que resta ainda de belo” (Gröer, 1944 (B), p.14). Segundo ele, devia ser conservada a Rua de São Marcos e a Rua do Anjo que ainda conservavam o seu carácter antigo, restaurar as cercanias da Porta Nova, deixar a Casa dos Biscainhos e o jardim como se encontravam, e no lado norte do

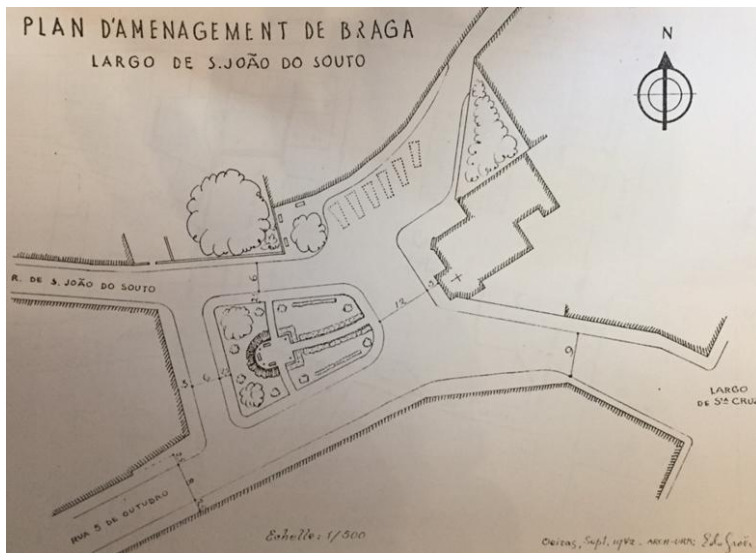


Figura 65 - Planta do Largo São João do Souto, 1942, esc.1/500.



Figura 66 - Largo João da Penha.



Figura 67 - Mapa de Braga Primas André soares., 1756.

largo São João de Souto devia-se conservar a casa da mesma época que a Casa dos Biscainhas bem como o seu jardim (Gröer, 1944 (B), p.15).

Dentro do perímetro da zona arqueológica, “todas as construções novas deveriam ser construídas num dos estilos antigos característicos para Braga. A arquitetura do século XIX e do século XX e a arquitetura moderna deveriam ser aqui excluídas” (Gröer, 1944 (B), p.15). Todos os edifícios modernos deviam ser projetados para as partes novas da cidade. No velho centro urbano, todos os edifícios novos deviam ser executados no estilo antigo característico de Braga, de modo a estarem “em harmonia com o ambiente histórico, ou simplesmente, com o antigo” (Gröer, 1944 (B), p.15).

Por estas razões, De Gröer não recomenda que se coloque o monumento a João Penha, que foi projetado no estilo moderno, no largo São João de Souto. Para este largo propõe que se elabore apenas um simples jardim florido (figura 65) e indica um possível local para instalar o monumento a João Penha, sugere que este seja erguido em frente ao futuro Liceu de Feminino<sup>26</sup> (Gröer, 1944 (B), p.18). Atualmente, este monumento encontra-se instalado no Largo com o nome do poeta, o Largo João Penha, localizado perto do Largo São João de Souto (figura 66). Este largo também é conhecido vulgarmente como Largo do Rechicho e foi criado em consequência do alargamento da rua do Raio (Oliveira, 1999, p.14).

### **3.2 Transformação de certas partes da cidade existente**

A transformação de certas partes da cidade existente, consiste no arranjo das áreas da cidade que já existiam quando De Gröer realiza o Plano para a cidade e, que se encontravam fora da área considerada por ele de zona Arqueológica, ou seja, fora da zona histórica da cidade de Braga, que na época medieval, correspondia à área delimitada pelas muralhas da cidade.

Durante os séculos V e VII começaram a aparecer nas áreas exteriores à muralha, edifícios de culto cristão, em torno dos quais se formaram vários núcleos populacionais, sendo exemplo, o núcleo populacional em torno da basílica paleocristã de S. Vítor, de S. Vicente e de S. Pedro de Maximinos (Martins, 2013, p.26; Ribeiro, 2009/2010, p.188).

---

<sup>26</sup> O parecer que foi aprovado por unanimidade, foi o Câmara, este incluía “nesta zona a abertura do prolongamento da R. Justino Cruz ao Largo de S. João, e a conservação no local do Monumento a João Penha” (Minho, 1943 maio 11 -Anexo C3). Este prolongamento até ao Largo de São João do Souto foi realizado, é a atual rua Francisco Sanches aberta em 1949 (Oliveira, 2005, p.83).



Figura 68 - Vista aérea desta Avenida na cidade atual.



Figura 69 – Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga, de Étienne de Gröer, onde mostra o Rio Este, as duas avenidas e a antiga igreja de São Lázaro da Avenida Marechal Gomes da Costa assinalada a vermelho, 1/2000,1942.



No século XVI, o arcebispo D. Diogo de Sousa desempenhou um papel fundamental na remodelação urbanística da cidade, projetou-a para fora de muros e “definiu a abertura de ‘Campos’ nas portas das muralhas” (Vereação, 2019, p.79). A cidade expandiu-se para a periferia com a abertura destes novos “Campos” (novos largos) que originaram o aparecimento de novas ruas exteriores à muralha. Estas novas ruas faziam a ligação entre os novos Campos e também a ligação destes à cidade (Bandeira, 2000, p.36; Ribeiro, 2008, p.504).

A intervenção deste arcebispo foi fundamental para a expansão da cidade para fora de muros. Mais tarde, as intervenções do arcebispo D. Rodrigo Moura Telles, incentivaram também a expansão da cidade, “este representa uma nova mentalidade e uma nova forma de promover o crescimento da cidade através do planeamento” (Vereação, 2019, p.79).

A expansão da cidade deve-se, então, ao aparecimento destes núcleos populacionais extramuros que já existiam quando o urbanista De Gröer realiza o seu plano para a cidade. No seu Plano de Urbanização vai apresentar uma proposta de intervenção para estas áreas exteriores ao perímetro da zona Arqueológica.

### **Arranjo da Avenida Marechal Gomes da Costa (atual Avenida da Liberdade)**

O arranjo desta Avenida que liga a Praça da República com o Largo S. João da Ponte (figura 68) é, segundo De Gröer, a parte do seu Plano mais difícil de solucionar e vai ser o ponto mais alto de discórdia entre De Gröer e a Comissão Municipal de Estética.

A construção desta Avenida estendeu-se durante décadas, sendo o primeiro troço, desde a Praça da República até ao largo João Penha (rua do Raio) aberto em 1915. O segundo troço foi aberto na década de 30 e vai até à atual igreja de São Lázaro (figura 69), sendo o último troço aberto apenas no final da década de 40 (Oliveira, 1999, p.10).

Em 1909, próximo desta avenida iniciou-se a construção de uma nova avenida paralela a esta, a Avenida 31 de Janeiro (ou Avenida Salazar, nome que tinha quando o urbanista Étienne de Gröer realiza o plano para a cidade), que também ia fazer a ligação do centro da cidade com a periferia e também tinha como destino o rio Este (Coutinho, 1937 junho 23; Oliveira, 1999, p.7).

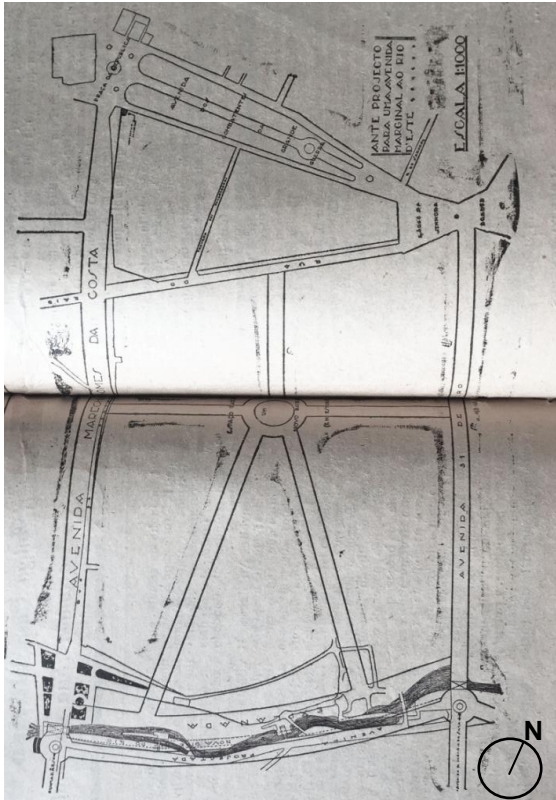


Figura 70 – Anteprojecto para uma avenida marginal ao rio Este, escala 1/1000 (Minho, 1937 junho 23).

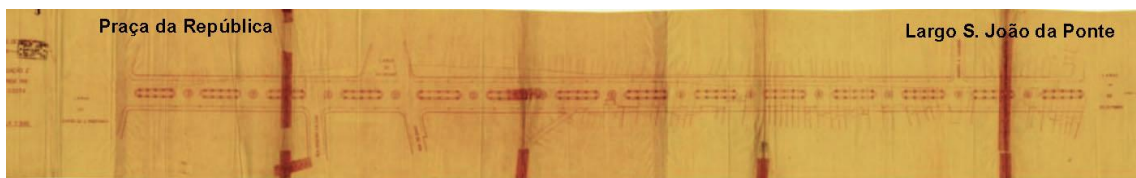


Figura 71 - Projeto proposto pela Câmara Municipal, de Urbanização e Iluminação da Avenida Marechal Gomes da Costa.

Um projeto da Comissão de Iniciativa e Turismo (figura 70), pretendia ligar a Avenida Marechal Gomes da Costa com a Avenida 31 de Janeiro, por meio, de uma “outra artéria, que se desenvolveria marginando o rio no topo sul das indicadas artérias”<sup>27</sup>. Estas duas avenidas já eram ligadas no seu topo norte pela Avenida dos Combatentes da Grande Guerra. A Comissão de Turismo encomendou, o estudo do projeto, desta nova avenida, a dois engenheiros, Antonio Valanção e Octavio Filgueiras (Coutinho, 1937 junho 23).

No seu Plano de Urbanização, De Gröer vai apresentar uma proposta para esta avenida. Em todos os seus desenhos e peças escritas vai referir-se a esta como Avenida do Marechal Gomes da Costa. No seu Plano refere que, para realizar este alargamento, tal como foi proposto pela Câmara, seria inevitável demolir quase todas as casas antigas da Avenida e da Rua da Ponte, o que ia obrigar a Câmara a expropriar todas estas casas. Porém, não era permitido expropriar mais que duas casas por ano, ficando esta área da cidade sem arranjo durante muitos anos (Gröer, 1944 (B), p.16).

O projeto que a Câmara Municipal tinha para esta avenida, passava pela construção de uma artéria de trinta metros de largura com um passeio central arborizado e com árvores de alinhamento, que se revelou uma desilusão quando começou a ser executado pois os peões não o usufruíram. Para De Gröer o projeto para esta avenida resumia-se a uma rua em linha reta, demasiado grande, sem mudar o sentido nem a largura. Se o projeto para esta avenida continuasse a ser executado tal como foi planeado, esta avenida ia revelar-se monótona e aborrecida (figura 71) (Gröer, 1944 (B), p.16; Coutinho, 1937 junho 23).

De Gröer vai então realizar um projeto para a transformação da Avenida Marechal Gomes da Costa e, como uma parte do projeto da Câmara Municipal já estava executado, vai servir-se deste projeto e modificá-lo. Vai reduzir o número de demolições na Avenida e na Rua da Ponte. Na Rua da Ponte vão ser demolidas todas as casas do lado Oeste, sendo alargada para 18 m em vez dos 30 m propostos pela Câmara Municipal. Nesta rua está localizada a zona de habitação (h/3) (anexo B3). Aqui as habitações estavam edificadas em lotes muito estreitos, entre 3,5 a 5 m de largura, e construídas em profundidade, o que as tornava mal ventiladas e insalubres. Para as novas habitações a construir nesta rua, De Gröer propõe que os lotes fossem

---

<sup>27</sup> Nos pontos de interseção com as duas avenidas já referidas, pretendiam criar “rotundas de largo diâmetro, centradas por motivos monumentais”. Numa das margens do rio a Comissão de Iniciativa e Turismo pretendia também criar uma larga esplanada (Minho, 1937 junho 23 - Anexo C1)

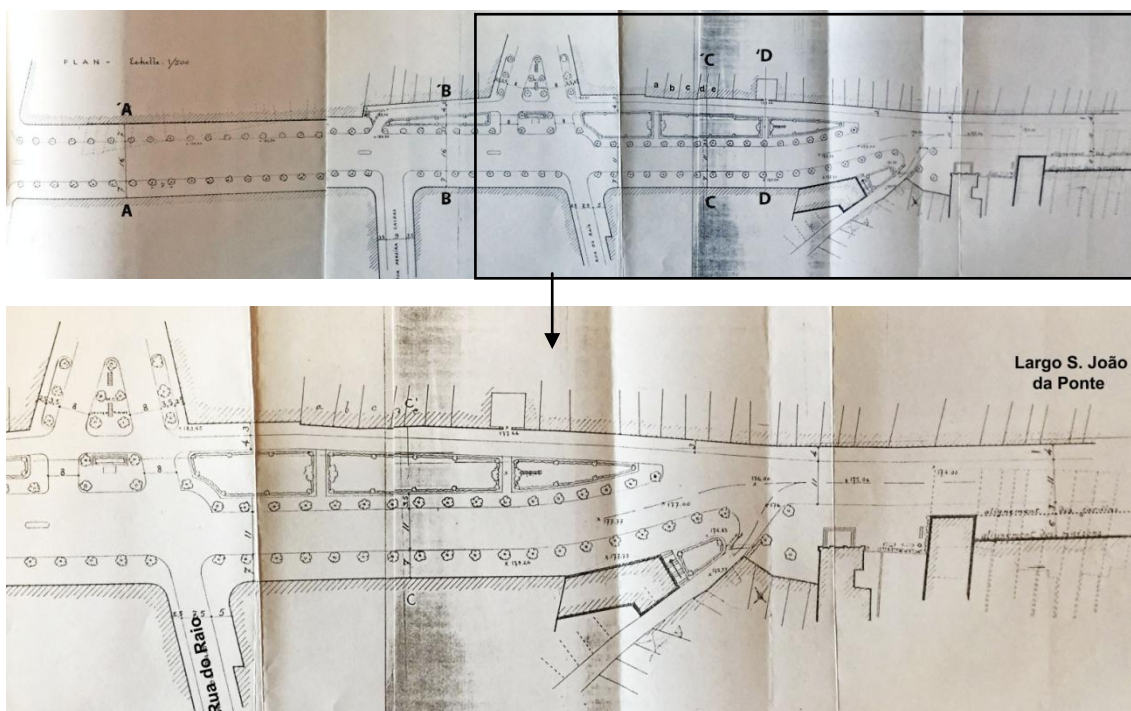


Figura 72 – Transformação da Avenida Marechal Gomes da Costa - 2º Projeto esc. 1/500 (Proposto por De Gröer).

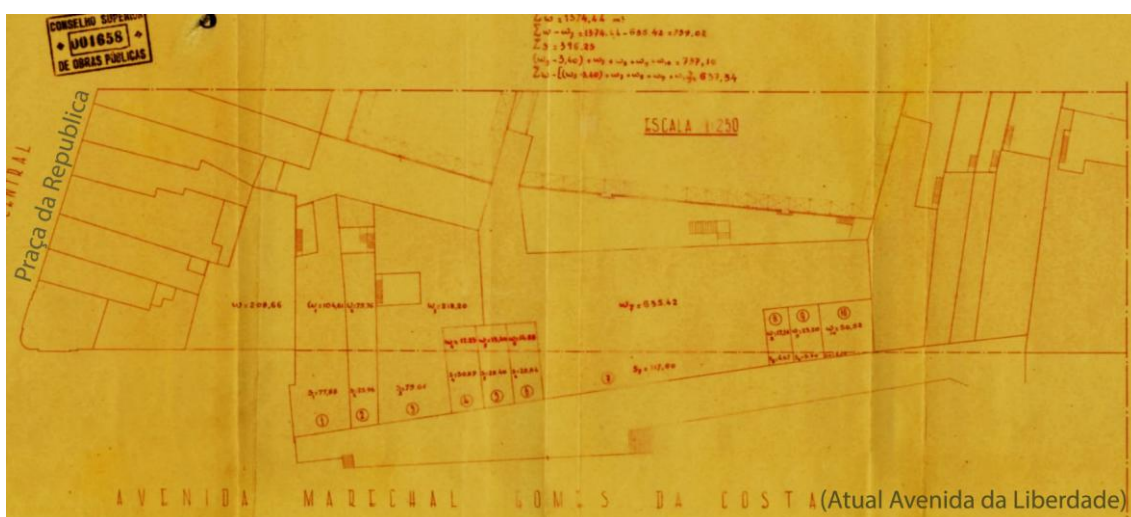


Figura 73 - Planta Cadastral, 1/250 – Alinhamento proposto pela Câmara que vai obrigar a demolição de várias casas antigas.

alargados, no mínimo, para 7 ou 7,5 m de largura, para que estas habitações pudessem ter as condições necessárias de higiene. No lado Este desta rua seria conservado o seu alinhamento. Segundo De Gröer uma calçada de onze metros de largo era considerada uma via de grande circulação, com 4 filas de veículos e suficiente para uma cidade com os 60.000 mil habitantes previstos no futuro (Gröer, 1944 (B), pp.17-19).

Os dois passeios que ladeiam a via devem ser largos, com 6 m de largura no mínimo e arborizados com árvores de alinhamento. Estas árvores, colocadas sobre os passeios da rua, trazem muitas vantagens, como proteger os peões do sol com a sua sombra e não tiram a visibilidade à paisagem que se encontra no eixo da rua sobre o Picoto (Gröer, 1944 (B), p.18).

A área mais problemática desta avenida e mais difícil de solucionar é a que se localiza entre a Rua do Raio e a Praça da República (figura 72). A partir da Rua do Raio até ao Hotel Aliança (anexo A11) (que foi demolido e, no seu lugar, encontra-se atualmente o centro comercial Gold Center) do lado Este, De Gröer dá continuidade à rampa que se vai estreitando gradualmente (anexo B4). A partir do antigo Hotel Aliança até à Praça da República, De Gröer mantém o alinhamento proposto pela Câmara Municipal, 30 m de largura, mas dá à avenida um perfil novo, “[via] de dezasseis metros e dois passeios plantados de sete metros cada um” (Gröer, 1944 (B), p.18). De Gröer, ao dar continuidade a este alinhamento proposto pela Câmara Municipal, ia levar à demolição de várias casas antigas, uma das quais De Gröer considerava “muito bela, ela tem mais de vinte e nove metros de comprimento de fachadas” (anexo A12 e figura 73) (Gröer, 1944 (B), p.18).

Ainda deste lado da avenida, lado Este, refere que existem cinco casas (a, b, c, d, e – localizadas na figura 72) que podem alterar o seu alinhamento para criar em frente um pequeno passeio de 3 m de largura (Gröer, 1944 (B), p.19).

A construção desta Avenida foi o ponto mais alto de discórdia entre De Gröer e a Comissão Municipal de Estética pois, para De Gröer, o projeto desta nova avenida “era caro, demorado e injustificado, já que aí não circulava tráfego significativo” (Bandeira, 2001, p.74). Este apresentou uma nova solução para esta avenida, onde propõe “placas ajardinadas dispostas sobre o leito de maior secção” (Bandeira, 2001, p.75). Mas, mesmo indo contra o seu ideal, aceitou que se procedesse à “retificação da ala poente da rua da Ponte” (Bandeira, 2001, p.75). Por outro lado, Moura Coutinho defendia que esta não era uma área problemática da cidade e que “tratava-se pura e simplesmente de dar continuidade à retificação projetada no início do século até



Figura 74 – Fotomontagem - Largo de Maximinos.

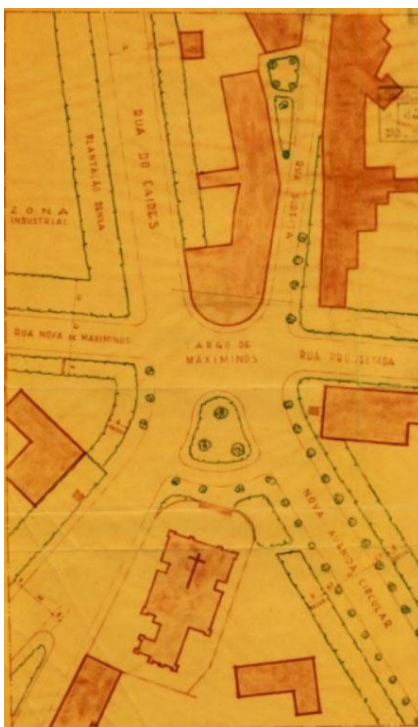


Figura 75 - Largo de Maximinos - Arranjo apresentado pela Câmara Municipal esc.1/500.

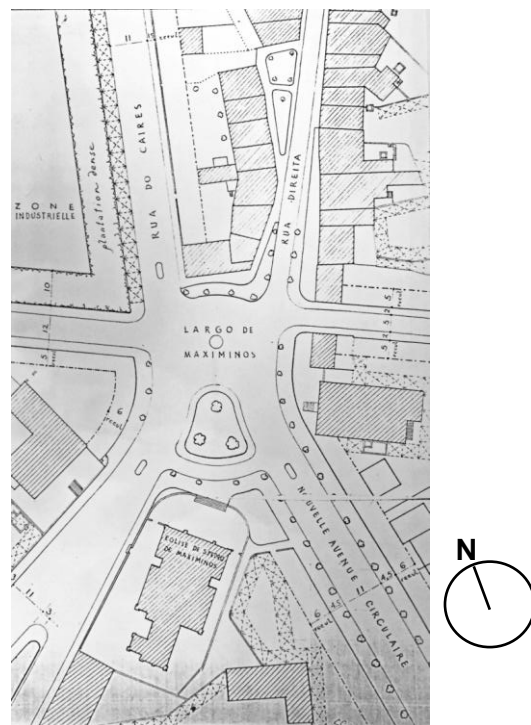


Figura 76- Largo de Maximinos.

S. João da Ponte” (Bandeira, 2001, p.74). A aprovação do projeto por unanimidade foi o parecer da Câmara<sup>28</sup> (Minho, 1943 maio 11).

Atualmente (anexo A13), a área da Avenida que De Gröer considerava mais difícil de solucionar, entre a Praça da República e a rua do Raio, é limitada apenas a peões e contém duas faixas arborizadas. Existe um túnel, uma passagem subterrânea, nesta parte pedonal da Avenida da Liberdade, que tem início na Avenida António Macedo e termina na rua do Raio. Existem também passagens subterrâneas a partir da rua do Raio para os peões poderem atravessar a avenida em segurança.

### **Urbanização do Cruzamento do Largo de Maximinos**

A igreja de Maximinos situa-se do lado Sul do Largo e, como todas as igrejas, devia possuir uma pequena rua ou uma pequena praça ao seu redor. De Gröer, para este cruzamento, propõe criar um pequeno jardim em frente da Igreja, separando a zona de estacionamento da Igreja das vias de circulação e propõe também abrir uma pequena rua para servir este edifício religioso (Gröer, 1944 (B), p.20).

Aqui desenvolveu-se um núcleo populacional em torno da Igreja de S. Pedro de Maximinos, que levou ao desenvolvimento da cidade nesta área e, conseqüentemente, à sua expansão (Ribeiro, 2014, p.86).

De Gröer considera este largo (anexo B5) uma das áreas problemáticas da cidade devido ao seu “complexo sistema de circulação” (Bandeira, 2001, p.74).

Este cruzamento tem grande movimento, pois é neste local que se acede à estrada que permite a ligação a Barcelos (EN. N°4 1cl) e, que é constituída pela estrada atual, que foi alargada para 17m, e pela Rua do Caires (cintura) alargada para 11m (Gröer, 1944 (B), pp.6,20).

Do lado Oeste da Rua do Caires situa-se a zona industrial e, como tal, era necessário criar uma barreira para a separar das zonas de habitação. De Gröer, no seu pormenor (figura 76) traça ao longo deste lado da rua uma tira arborizada de 10 m de largura, com o objetivo de proteger as zonas de habitação dos fumos das fábricas. Os passeios deste lado da rua estão colocados por baixo desta tira arborizada (Gröer, 1944 (B), pp.6,20). Regularizou a entrada da Rua Direita através de vegetação,

---

<sup>28</sup> “continuação até final da Avenida com largura inicial passeios [centrais] arborizados, e faixa de [rodagem] única” ( Minho, 1943 maio 11 -Anexo C3).

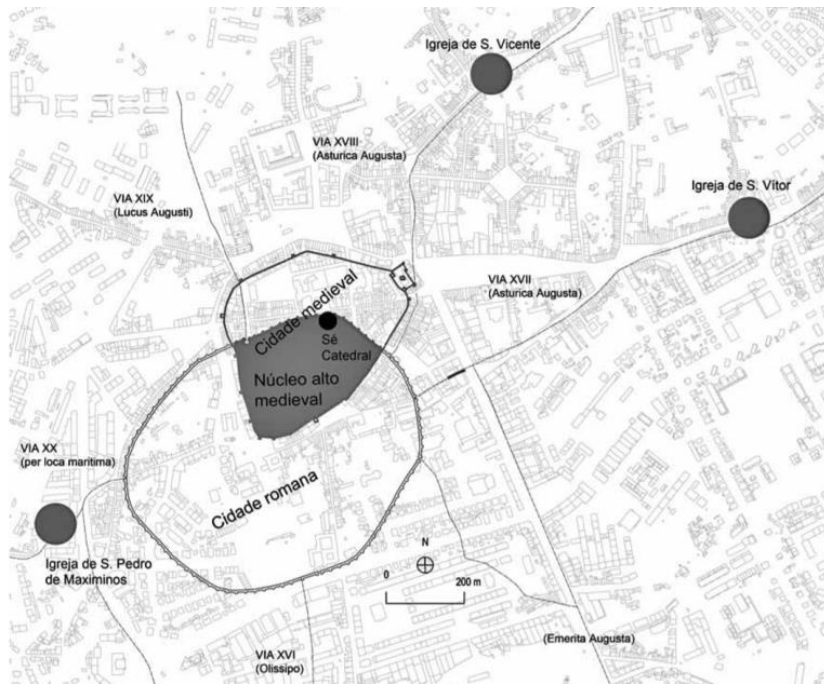


Figura 77 - Desenvolvimento urbano do território desde a época romana até à Idade Média – Expansão da cidade para a periferia, o aparecimento de edifícios de culto cristão originaram a formação em torno destes de vários núcleos populacionais.

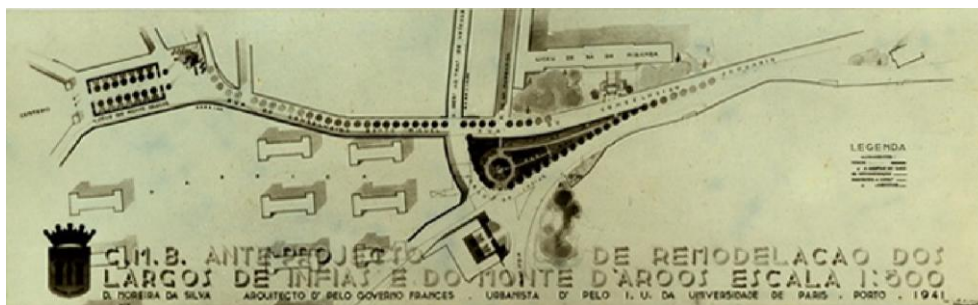


Figura 78 - Anteprojecto de remodelação dos Largos de Infias e de Monte d'Arcos, 1941.



conservou os seus alinhamentos antigos e as suas velhas casas (Gröer, 1944 (B), p.21).

O parecer da Câmara<sup>29</sup> foi aprovado por unanimidade e, este concordava com a proposta apresentada pelo urbanista Étienne de Gröer no que se referia ao alargamento da rua do Caires. Nos restantes pontos, o parecer da câmara, afastava-se do projeto apresentado pelo urbanista (Minho, 1943 maio 13).

### **Largo Monte d’Arcos – Largo de Infias<sup>30</sup>**

Esta área da cidade resulta da expansão da cidade para a periferia e é aqui que se situa a igreja de S. Vicente, a segunda igreja mais antiga da cidade. Esta pertencia à basílica paleocristã de S. Vicente de Infias, em torno da qual se desenvolveu um núcleo populacional, proporcionando o crescimento e desenvolvimento da cidade nesta zona (Ribeiro, 2014, pp.86-87).

A realização de um projeto para a construção de uma fábrica metalúrgica num terreno localizado ao lado do cemitério, perto do Palácio de Infias e do Liceu Sá de Miranda, deu oportunidade à Câmara de solucionar o problema do trânsito automóvel de um dos principais acessos à cidade e, permitiu dar-lhe simultaneamente um aspeto mais agradável (Pires, 2012, p.27).

Em 1941, a Câmara Municipal de Braga, pediu ao arquiteto Moreira da Silva, a realização de um Plano de Pormenor, o Anteprojeto de remodelação dos largos de Infias e Monte D’Arcos (figura 78), pouco antes da chegada de Étienne de Gröer à cidade (Bandeira, 2001, pp.65-66). Moreira da Silva já tinha colaborado com o urbanista Étienne de Gröer no Anteprojeto de Urbanização de Coimbra em 1940 e, mais tarde, no Plano de Urbanização de Luanda entre 1941-1944 (Pires, 2012, p.147).

A construção desta fábrica metalúrgica não reuniu consenso, De Gröer foi um dos que se manifestou contra a sua instalação nesta zona pois, para este urbanista, esta área da cidade tinha as condições necessárias para aqui se desenvolver uma zona de habitação (Gröer, 1943, p.12). Esta área era caracterizada pela irregularidade dos alinhamentos dos edifícios e pelo seu terreno acidentado (Pires, 2012, p.27).

---

<sup>29</sup> Conselho Municipal - Em 3ª reunião prosseguiu a discussão do Plano de Urbanização. (Minho, 1943 maio 13 – Anexo C4).

<sup>30</sup> Plano de Pormenor desenvolvido por David Moreira da Silva.



Figura 79 – Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga, de Étienne de Gröer, onde mostra o Largo de Infias e Monte de Arcos, 1/2000,1942.



Figura 80 - Vista aérea atual do Largo de Infias e de Monte d'Arcos.

David Moreira da Silva segue o conceito da cidade-jardim como De Gröer, tendo em conta nos seus Planos de Urbanização as pré-existências, “preservando tudo o que constitui referência de uma cidade ou aglomerado a par das novas propostas” (Pires, 2012, p.229). É também apologista de zonas residenciais de baixa densidade, “privilegiando as moradias unifamiliares isoladas, implantadas em cada lote de terreno, prevendo ainda a possibilidade da construção geminada ou em banda e dispondo de logradouro/espço verde” (Pires, 2012, p.228). Apresenta várias soluções para a remodelação desta zona da cidade (anexo B6 e B7), tais como, modificar a entrada da cidade pelo largo de Infias, tirando proveito do terreno acidentado ao projetar uma plataforma ajardinada, dando a este largo um aspeto mais agradável e valorizando o Palácio de Infias. O arranjo deste largo será definido em função das regras estipuladas para a futura expansão da cidade (Pires, 2012, pp.30-31). A fonte e o Cruzeiro vão passar a localizar-se no centro da pequena rotunda projetada e esta ficará encostada ao muro de suporte do jardim. As novas cotas desta área serão as que vão ser estabelecidas no Plano de Urbanização elaborado pelo urbanista Étienne de Gröer (Pires, 2012, p.31).

Para o largo do Monte d’Arcos, Moreira da Silva propõe uma praça retangular localizada perto do cemitério, plantar árvores de alinhamento e construir um parque de estacionamento com o objetivo de lhe dar expressão. Este largo permite o acesso ao Largo de Infias (Pires, 2012, p.31). Pretende ainda redesenhar a escadaria principal do Liceu Sá de Miranda, corrigir o alinhamento do seu muro de vedação e propor a demolição das ruínas de alguns edifícios com o objetivo de facilitar a circulação e dar-lhe um aspeto mais agradável. A altura máxima dos novos edifícios, será a que o urbanista Étienne de Gröer estipular no Plano para esta zona da cidade (Pires, 2012, pp.31-32).



## **CAPÍTULO 4 – NOVAS ÁREAS DE EXPANSÃO**

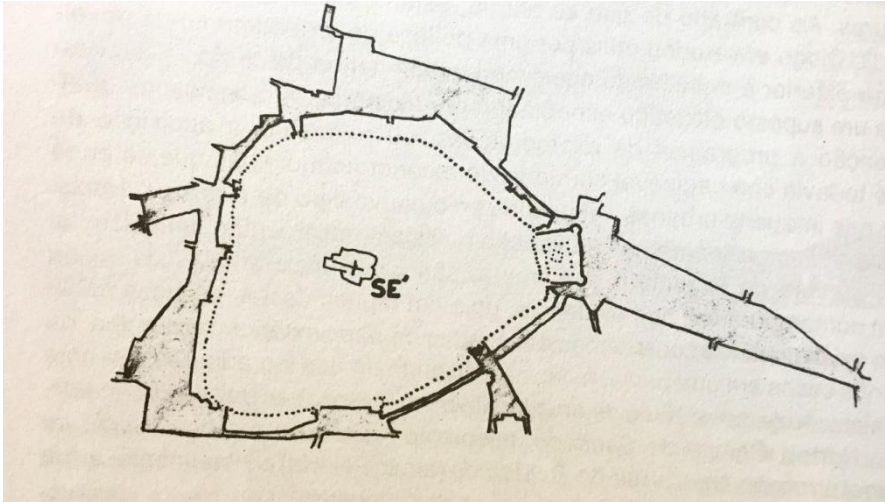


Figura 81 – Com o arcebispo D. Diogo de Sousa a cidade vai-se expandir para fora de muros, este vai abrir Campos (novos largos) exteriores ao perímetro da muralha.

As novas áreas de expansão correspondem à expansão da cidade para lá do centro histórico<sup>31</sup> e das áreas exteriores a este, que já existiam quando o urbanista realiza o Plano para a cidade. Estas áreas existentes da expansão da cidade para a periferia, ocorreram a partir do século XVI com o aparecimento de “Campos” exteriores às muralhas medievais (Ribeiro, 2008, p.504).

De Gröer pretendia controlar a expansão da cidade, para fora desta área que já se encontrava desenvolvida, quando realizou o Plano. O aparecimento de pequenas ocupações/ habitações conduziram, também, à necessidade de se proceder ao controlo dessa expansão. Estas novas áreas de expansão precisavam de ser suportadas por uma estrutura, como por exemplo, as vias, que vão ser fundamentais para ajudar a estruturar o território urbano e equipamentos como, escolas e edifícios públicos (correios, lares, etc.) que servem os seus habitantes e, como tal, devem estar distribuídos equilibradamente pela cidade.

Seguindo, em parte, a estrutura apresentada por De Gröer, neste capítulo iremos começar por abordar o tema dos espaços livres, umas das zonas definidas por De Gröer no seu Plano, procurando fazer uma transição do capítulo anterior para o atual, pois no centro histórico da cidade existem também espaços livres que o urbanista pretende manter, alguns até criar ou recuperar outros. Nas novas áreas, resultantes da expansão da cidade, é mais fácil a criação de novos espaços livres, pois existe mais área disponível do que no centro urbano já existente.

Para conseguir um crescimento controlado da cidade, o urbanista definiu uma cintura de contenção da expansão da cidade. Aqui está incluído o tema das Aldeias satélite de Real e Tenões, um tema independente na estrutura do Plano apresentado por De Gröer, e o tema da zona rural, pois estes temas fazem parte de um tema mais abrangente, que é a contenção do crescimento da cidade.

---

<sup>31</sup> Área definida pelo urbanista, como Zona Arqueológica e Turística.

Parque do Picoto	25,5 ha
Antigo Parque (Parque da Ponte)	8,60 ha
Novo Estádio	9,30 ha
Parque do Norte	15,32 ha
Antigo Cemitério	5 ha
sua ampliação	3,48 ha
total	8,48 ha
O Este	9,75 ha
O conjunto dos diversos Jardins Públicos	9,64 ha
<b>TOTAL</b>	<b>86,59 ha</b>

Figura 82 – Quadro dos principais Espaços Livres.

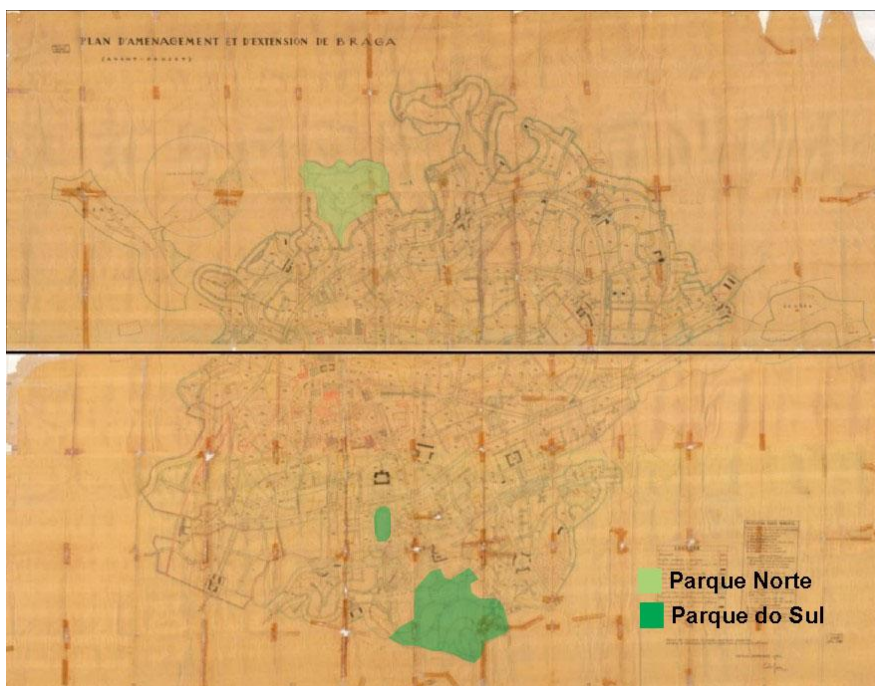


Figura 83 – Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga, Espaços Livres: Parque do Norte e Parque do Sul, 1/2000,1942.



## 4.1 Espaços livres

Os espaços livres são uma das 6 zonas fixas definidas por De Gröer no seu Plano para a cidade de Braga. Para o urbanista, os espaços livres, são “os verdadeiros pulmões da cidade” (Gröer, 1945-46, p.69) e são “tão indispensáveis como as superfícies construídas e a rede de ruas” (Gröer, 1944 (B), p.34).

Para De Gröer, os espaços verdes existentes numa cidade, “não [são] um luxo [aos] nossos olhos; [são] uma necessidade absoluta” (Gröer, 1945-46, p.70). É na periferia da cidade que existem mais espaços verdes e, para trazer “o ar dos campos” a todas as partes da cidade, “o urbanista fará penetrar nela, tão fundo quanto possa, da periferia para o centro, largas faixas de espaços livres sob a forma de partes da Zona Rural”. Como veremos, na proposta que apresentou, para a criação de “vias-passeio” que farão a ligação do grande Parque do Sul<sup>32</sup> com o velho centro da cidade (Gröer, 1945-46, p.70). Definiu no seu Plano de Urbanização (figura 82) executar um total de 86.59 ha de espaços livres (Gröer, 1944 (B), pp.38-39).

Na proposta que apresenta, pretende conservar o aspeto atual do rio Este, pois considera-o um dos locais mais encantadores da cidade. Pretende ordenar as suas margens pitorescas através de uma espécie de parque público da cidade (Parque da Nascente do Rio Este) sem causar muitas despesas à Câmara Municipal (Gröer, 1944 (B), p.35). Para além deste parque público, propõe mais dois grandes parques (figura 83), um ao Sul, que será o principal e, outro ao Norte (Gröer, 1944 (B), p.35; Gröer, 1943, p.16).

De Gröer estipulou para o grande Parque do Sul, uma área de 43 ha que inclui todo um conjunto de “parques de desporto, de repouso, de passeio e de turismo”, sendo constituído pelo Parque do Picoto (25 ha), Parque S. João da Ponte<sup>33</sup> (8 ha) e, pelo Estádio (9 ha) (Gröer, 1944 (B), p.36).

O parque de São João da Ponte teve a sua origem na capela S. João da Ponte e foi em 1882 que se iniciou a construção do parque, tendo sido os trabalhos orientados por Joaquim Rebelo. Em 1905 realizaram-se dois projetos para este parque, um realizado por Domingos Fânzeres e o outro por José Monteiro da Costa. O autor Eduardo Pires de Oliveira refere que em 1910 foi projetada uma nova capela pelo arquiteto António

---

<sup>32</sup> A Comissão de Iniciativa e Turismo, interveio anteriormente nesta área da cidade, desenvolveu um Plano de Urbanização para esta área, no qual, realizou um projeto para a municipalização do Parque da Ponte e para a construção de um novo estádio. Este plano transformaria esta área da cidade numa grande zona turística (Coutinho, 1937 junho 23 - Anexo C1).

<sup>33</sup> Este parque é dividido em duas partes, o Parque de São João e o Parque da Ponte (antigo parque municipal) e, por trás destes parques, encontra-se a colina do Picoto (Gröer. 1943. p.16).



Figura 84 – Parque da Ponte (191?).

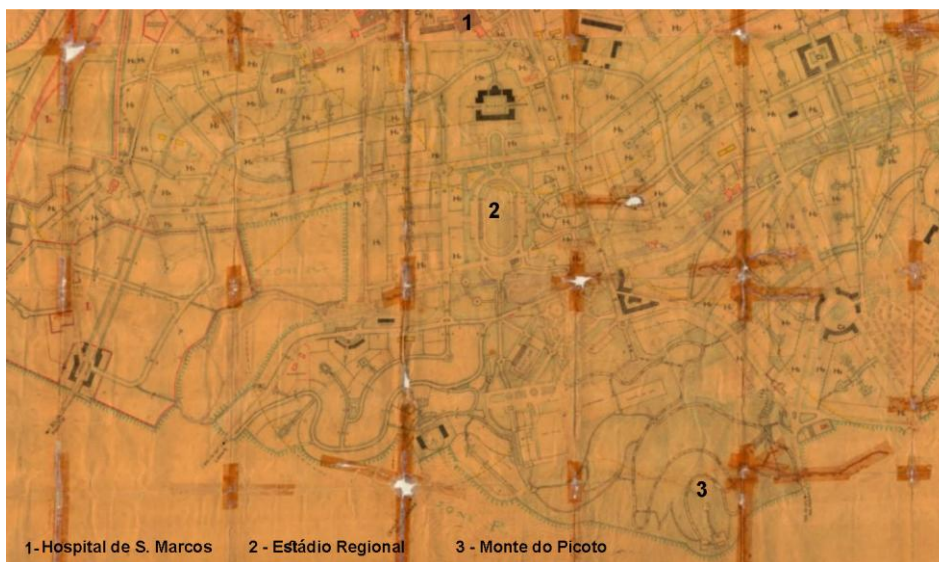


Figura 85 – Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga (Monte do Picoto, Estádio Regional, antigo Hospital de S. Marcos) 1/2000,1942.

Augusto Gonçalves para substituir a que já existia, mas, segundo este, o projeto da nova capela não foi realizado. Em 1915 foi construído o lago em estilo romano (Oliveira, 1999, p.15).

Atrás do Parque de São João da Ponte encontra-se a colina do Picoto que integra a paisagem da cidade. Este parque estava demasiado afastado do centro da cidade, sendo pouco movimentado. De Gröer, para levar um pouco destes espaços livres até ao velho centro da cidade, desenvolveu um conjunto de “vias-passeio” que iam fazer a ligação deste parque com a parte construída da cidade (ao redor do Hospital de S. Marcos), criando um completo sistema de parques (Gröer, 1944 (B), p.35; Bandeira, 2001, p.82). Estas “vias-passeio” atravessavam os campos cultivados (amplios espaços verdes) e davam a oportunidade de desfrutar de uma vista agradável (Gröer, 1944 (B), p.35).

Para o antigo Parque da Ponte, nas margens do Este, foi planeada a transformação do seu pequeno lago numa piscina de concursos de Natação e a construção de um novo lago artificial “no leito do rio, entre o parque atual e o Estádio” (Gröer, 1944 (B), p.35).

Para a colina do Picoto, De Gröer propõe que esta seja transformada num Parque Florestal (Parque do Picoto), uma via em espiral que ia até ao cimo da colina oferecendo uma vista sobre o velho centro urbano da cidade e, parte da cidade nova. Refere que se deve conservar, no seu estado atual, os rochedos de granito situados no cimo da colina e propõe “que se construa, atrás destes rochedos, um café restaurante para os seus visitantes” (Gröer, 1944 (B), p.36), fazendo assim, parte da área turística da cidade.

De Gröer propõe também a criação, num novo local, de um grande Estádio Regional (figura 85), pois considera o terreno de futebol existente insuficiente, para aqui se construir o Estádio Regional<sup>34</sup>. Este ia obrigar a desviar a estrada de Guimarães e a destruir uma parte do Parque já existente, o que ficaria demasiado dispendioso e nunca iria ficar como o pretendido. Uma vez que, nos dias de jogos, os acessos ao Estádio não iam ser suficientes, propõe que este terreno fique apenas como terreno de treino (Gröer, 1944 (B), p.36). A localização do novo Estádio Regional proposta por De Gröer fica sobre a grande via circular da cidade (no Fajal, lado oposto do rio), com bastantes acessos ao estádio (Gröer, 1944 (B), p.35; Bandeira, 2001, p.82).

---

<sup>34</sup> Provavelmente a localização do Estádio proposta por De Gröer é a mesma que foi apresentada pela Comissão de Turismo. Não encontrei nenhum documento que referisse uma rejeição por parte de De Gröer, ao local escolhido por esta Comissão ou uma polémica entre de De Gröer e a Comissão de Estética em relação à localização do estádio, como acontece para outras zonas da cidade.

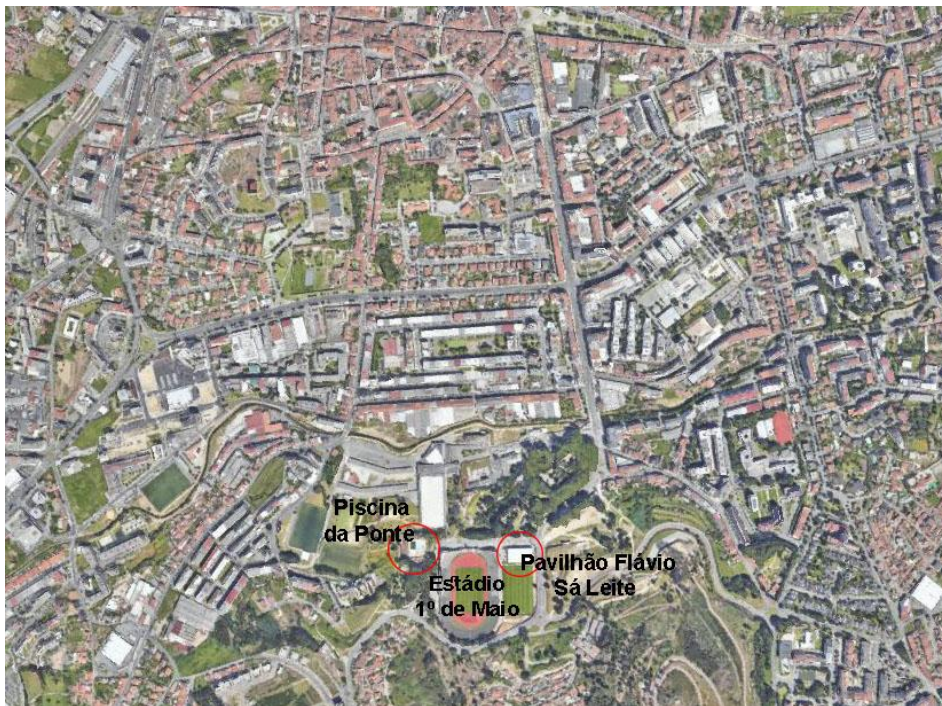


Figura 86 – Localização do Estádio 1º de Maio, Piscina da Ponte e Pavilhão Gimnodesportivo Flávio Sá Leite.

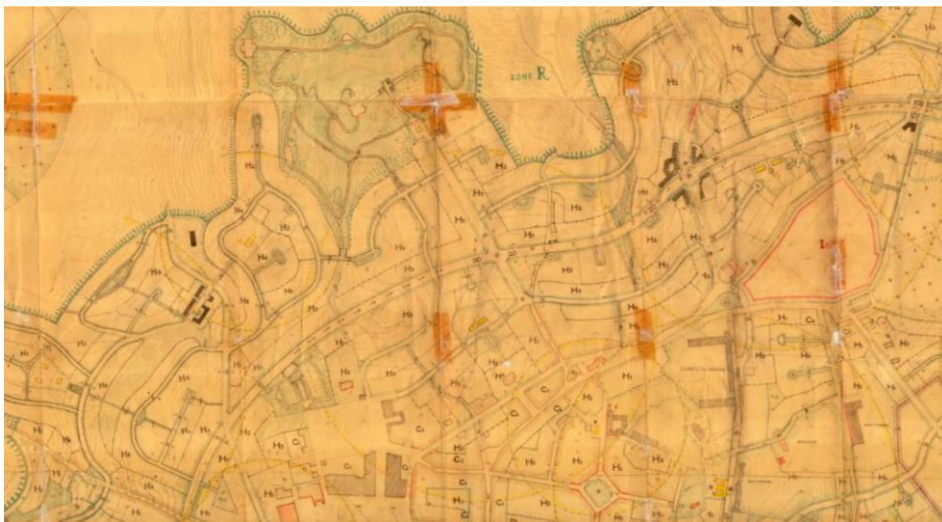


Figura 87 – Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga (Parque do Norte) 1/2000,1942.

Atualmente, numa das extremidades do grande Parque do Sul, está o Estádio 1º de Maio (anexo A14), que foi projetado pelo arquiteto João Simões e inaugurado em 1951. A localização proposta por De Gröer para o novo estádio não corresponde à localização do atual. De Gröer propôs a localização do estádio acima do rio Este, ficando mais perto do centro urbano da cidade. A sua localização atual é mais a Sul, abaixo do rio Este e, em consequência do crescimento da cidade, encontra-se mais afastado do centro urbano. Este foi projetado ainda numa área isolada do perímetro urbano, antes dos terrenos à sua volta estarem urbanizados, o que aconteceu a partir da década de 1970 (Quatenaire, 2016, p.36). Aqui também se encontra o Pavilhão Gimnodesportivo Flávio Sá Leite (inaugurado 1972) e uma piscina, a Piscina da Ponte, primeira piscina pública da cidade de Braga (Oliveira, 1999, pp.15-16; Bandeira, 2005, p.127). De Gröer, no seu Plano de Urbanização, também delineou a construção de uma piscina para concursos de Natação no Parque da Ponte.

O Parque a Norte (figura 87), que propõe, mais pequeno, contém cerca de 15 ha e situa-se “no extremo Norte da Avenida Artur Soares, envolvendo toda a colina do Monte Castro” (Bandeira, 2001, p.82). Este desfruta de uma belíssima vista “sobre o vale do Cávado” e “sobre São Jerónimo de Real e Dume” (Gröer, 1944 (B), p.36).

### **Jardins Públicos novos e existente**

De Gröer é da opinião que todos os jardins públicos existentes deviam ser conservados e propõe que se realize um novo arranjo da Avenida Central<sup>35</sup> (antiga Avenida dos Combatentes da Grande Guerra) (Gröer, 1944 (B), p.36). Sugere que a parte central desta avenida seja transformada numa via exclusivamente pedonal<sup>36</sup>, aumentando as suas superfícies verdes, afirmando que nunca circulavam veículos nesta avenida (Gröer, 1944 (B), p.36; Bandeira, 2001, p.82). De Gröer considerava esta avenida o eixo principal da cidade e, por isso, devia ser o seu futuro centro cívico, o “*forum*” da cidade de Braga (Gröer, 1944 (B), p.36).

A atual Avenida Central situa-se em frente à Arcada, que na época romana correspondia à rua da Corredoiira e fazia a ligação do núcleo populacional em torno da basílica paleocristã de S. Victor com a cidade. No século XVI, com a intervenção do arcebispo D. Diogo de Sousa, esta avenida foi transformada no Campo de Santa Ana

---

<sup>35</sup> A Comissão Municipal de Turismo, interveio anteriormente nesta área da cidade (figura 70), com um Plano de Urbanização para esta área e, pediu ao arquiteto Cristino da Silva que realizasse um melhor arranjo da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra. Segundo o autor do artigo, João Moura Coutinho, este projeto foi executado. “Fez-se o projeto que foi entregue” (Coutinho, 1937 junho 23 – Anexo C1).

<sup>36</sup> “Praça ladrilhada ou coberta de mosaico, à maneira portuguesa” (Gröer, 1944 (B), pp.36-37).

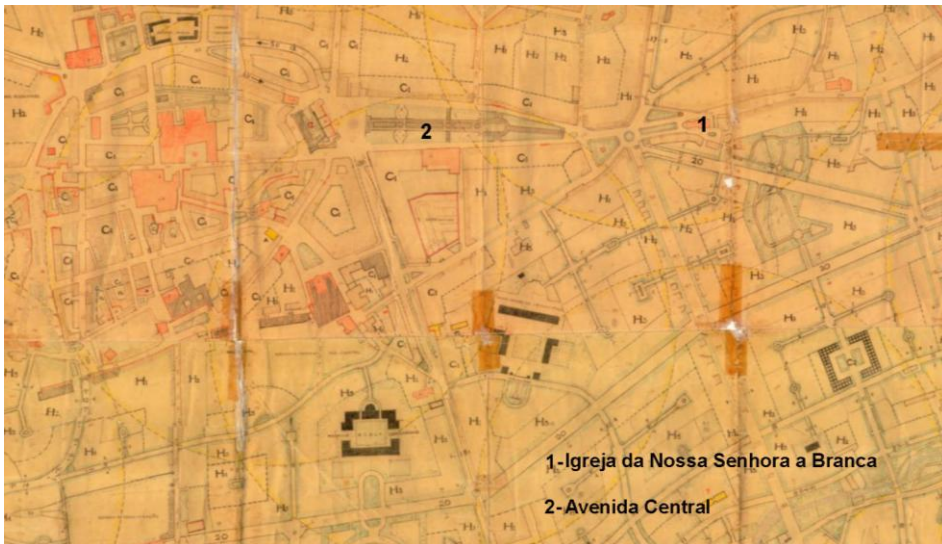


Figura 88 – Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga (Avenida Central) 1/2000,1942.



Figura 89 - Vista aérea atual da Avenida Central.

(Ribeiro, 2008, p.524). Atualmente é um dos eixos principais da cidade e surgiu com a destruição do Passeio Público da cidade em 1914, que ficava localizado junto ao Castelo e à Rua do Souto, local para onde foi transferido o centro da cidade. A Avenida Central (figura 88 e anexos A15, A16, A17) liga a atual Avenida da Liberdade com a Avenida 31 de Janeiro e nela encontra-se a Igreja dos Congregados, da autoria do arquiteto André Soares (Oliveira, 2017, p.50; Ribeiro, 2014, pp.87-88).

A Comissão Municipal de Estética interveio, opondo-se, à proposta apresentada por De Gröer, preferindo indiscutivelmente “Não lhe mexer!” (Bandeira, 2001, p.82). Atualmente, a zona central da Avenida é pedonal, tal como De Gröer recomendou na proposta que apresentou no seu Plano de Urbanização (figura 89).

De Gröer, no seu Plano, propõe distribuir vários pequenos jardins decorativos pela cidade e criar um conjunto de novos jardins públicos, entre os quais:

- um novo jardim público de bairro, localizado a Oeste da Igreja da Nossa Senhora a Branca e nos dois lados da nova via enviesada que vai em direção ao Bom-Jesus (Gröer, 1944 (B), p.37);

- um novo jardim público sobre “os declives que descem do largo da feira do gado para o anel de cintura”, permitindo conservar a “bela vista existente” (vista sobre o vale do Cávado) (Gröer, 1944 (B), p.37);

- um novo jardim público de bairro (na zona h/2), a nordeste do anel circular, que será em parte um jardim decorativo, localizado ao lado da futura escola do bairro e munido de terreno de ténis (Gröer, 1944 (B), p.37);

- um outro pequeno jardim público será arranjado nos pendores rochosos situados em frente da quinta de Santa Tecla (Gröer, 1944 (B), p.37);

Em terrenos inadequados para construção ou no interior de quarteirões, De Gröer sugere que estes sejam alugados para “hortas aos trabalhadores da zona circunvizinha ou a amadores de jardinagem e quer a arranjar terrenos de jogos para as crianças do quarteirão” que considera fundamental para impedir que estas joguem na via pública (Gröer, 1944 (B), p.37).

Na legislação para a cidade de Braga, define que todos os jardins particulares ou privados deviam ser “reservados” para serem incluídos na rede de espaços livres públicos da cidade. Alguns destes jardins particulares são admiráveis pela sua dimensão e qualidade, como por exemplo, os jardins da Casa dos Biscainhos e os jardins da Rua do Sardoal (Gröer, 1944 (B), p.38).

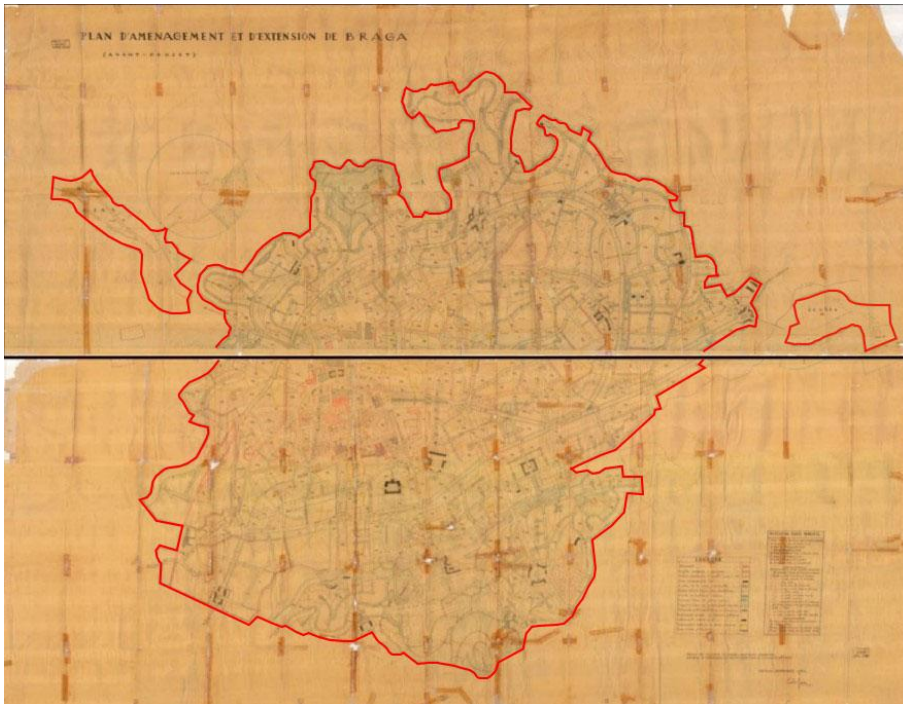


Figura 90 - Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga – Limites da extensão urbana (a vermelho) o que se situa para fora desta linha é zona Rural 1/2000,1942.



Figura 91 - Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga – Aldeias Satélite (Real e Tenões) 1/2000,1942.



## 4.2 Cintura de contenção da expansão da cidade

De Gröer, para conseguir conter o desenvolvimento da cidade, definiu os limites da sua expansão futura (figura 90). A zona rural, uma das 6 zonas, definidas por si no seu Plano, vai ser essencial para ajudar a conter a expansão do território urbano e a especulação imobiliária.

A zona rural circunda e protege a cidade contra a aproximação de outro aglomerado. Vai separar e envolver os diversos bairros da cidade e estabelecer os limites da sua extensão, sendo proibido qualquer desenvolvimento fora destes limites, de modo a garantir um desenvolvimento controlado da cidade (Gröer, 1943, p.26).

Esta zona vai ser destinada para a agricultura, não sendo permitido construções nesta zona, com exceção de edificações que auxiliem os agricultores como, casas destinadas à sua habitação. A Câmara Municipal não é obrigada a fazer nenhum arranjo urbano para estes terrenos, como por exemplo, instalar uma rede de infraestruturas de águas e saneamento, a não ser que as despesas fiquem a cargo dos seus proprietários. Alguns edifícios públicos como hospitais, asilos, orfanatos, etc. excecionalmente, e, após uma autorização da Câmara Municipal poderão ser construídos nestes terrenos grandes, mas com a condição de ficarem localizados no meio de um terreno com o mínimo de 5 ha, e a área de superfície construída não ultrapassar 1% da superfície total do terreno (Gröer, 1944 (C), p.11). Todas as construções deviam ser construídas com um recuo de 15 m, no mínimo, das Estradas Nacionais de 1º classe e de 2º classe e 10 m das restantes estradas.

Para as aglomerações que se encontram na zona rural (figura 91), devem ser estabelecidos os limites da sua extensão futura e proibido qualquer desenvolvimento fora destes limites, como por exemplo, para as aldeias de Real, Tenões e S. Martinho do Dume (Gröer, 1944 (C), p.11) (Gröer, 1944 (B), p.40).

Estas aglomerações espontâneas representavam um perigo para o desenvolvimento controlado da cidade (Gröer, 1944 (B), p.40). Os especuladores de terrenos aproveitavam para comprar, nestas aldeias suburbanas, terrenos a preços baixos e construir neles edificações mais densas do que as que são permitidas na cidade, pois estas aldeias não estavam sujeitas a nenhum regulamento que as limitasse (Gröer, 1944 (B), p.40).



Figura 92 – Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga (Aldeia suburbana de Real) 1/2000,1942.



Figura 93 – Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga (Aldeia suburbana de Tenões) 1/2000,1942.

De Gröer afirma que “é absolutamente necessário fazer parar toda a extensão tão corruptora, pois é muito dispendiosa para a municipalidade e muito incómoda para os habitantes” (Gröer, 1944 (B), p.40).

Então, De Gröer apresenta, no seu Plano de Urbanização, uma proposta para que a cidade se possa desenvolver dignamente, com as condições de higiene e saúde necessárias para os seus habitantes. Para isso, vai estabelecer os limites da sua extensão, sendo proibido qualquer desenvolvimento fora destes limites, e vai criar regulamentos urbanos para estas aldeias suburbanas (Gröer, 1944 (B), pp.40-41).

Em Braga temos as aldeias suburbanas de Real, Tenões e S. Martinho de Dume. Esta última fazia parte da zona rural que, segundo De Gröer, representava “um perigo mais longínquo” (não estava tão desenvolvida como as aldeias de Real e Tenões) (Gröer, 1943, p.18; Gröer, 1944 (B), p.41). As aldeias suburbanas de Real e Tenões (anexos B8 e B9) vão ser, no Plano de Urbanização De Gröer, submetidas à legislação urbana, passando a fazer parte do território da cidade (encontravam-se já com um grande desenvolvimento urbano, sendo a melhor opção incluí-las na área urbana da cidade) (Gröer, 1943, p.18).

Mas em todas estas três freguesias suburbanas deve ser traçado o seu perímetro/limite de expansão futura, para “não concorrerem com a expansão da própria cidade” (Gröer, 1943, p.18).

A freguesia suburbana de Real era, na antiguidade, uma vila romana. Com a intervenção do arcebispo D. Diogo de Sousa em 1522, foi criada uma igreja paroquial de São Jerónimo de Real que acabou por ser demolida na década de 1930. O arcebispo D. Rodrigo Moura Telles também interveio neste núcleo populacional, mandou construir em 1728 a Igreja de S. Francisco e mandou reconstruir o antigo Convento de S. Frutuoso (Quatenaire, 2016, p.89). Atualmente estas aldeias suburbanas encontram-se integradas na cidade.

De Gröer dividiu o Regulamento para estas aldeias em duas zonas, a zona Aldeã (V) que corresponde à superfície já construída dentro dos limites estabelecidos e uma zona especial que serve de complemento às zonas da cidade. Às áreas ainda livres, vai atribuir a zona h/2, onde é obrigatório construir casas espaçadas (Gröer, 1944 (B), p.41). No Regulamento para a zona Aldeã (que incluía a zona de habitação mista e de comércio) limita a altura das habitações a dois andares (incluindo o rés-do-chão), a área de superfície construída não devia ultrapassar 20% da superfície total do lote ou

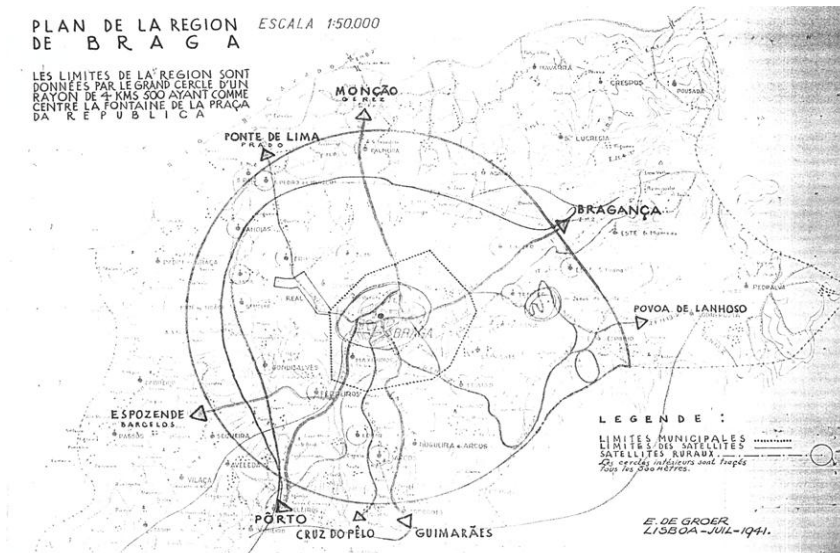


Figura 94 – Plano da Região de Braga por Étienne de Gröer, Lisboa, julho de 1941. Esquema de integração regional. Escala 1.50 000 (limite da região traçado pelo grande círculo de 4.5 km de raio e com centro no fontanário da Praça da República, os círculos interiores estão traçados de 500 em 500m).

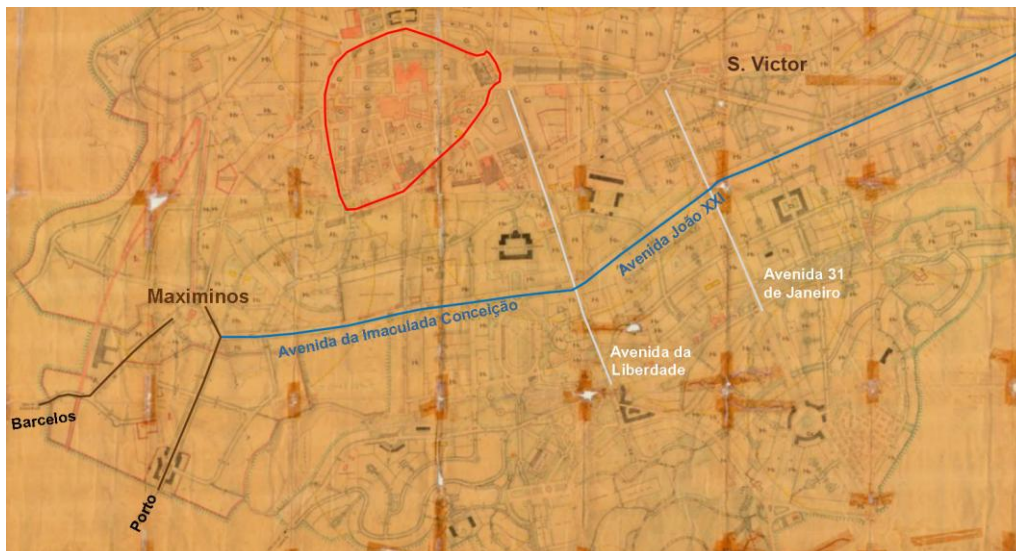


Figura 95 - Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga - Rodovia 1/2000,1942.

do conjunto do quarteirão e, nesta zona é proibida a construção de estabelecimentos industriais (Gröer, 1944 (B), p.42).

### **4.3 Vias de comunicação**

As Vias de Comunicação são, na estrutura do Plano, um tema independente e vão ser essenciais na estruturação do território. Para que estas não atravessem o centro histórico e não o destruam, é, por vezes, necessário realizar algumas adaptações/modificações, de maneira a que, estas se conciliem com a estrutura urbana histórica já existente.

De Gröer foi o primeiro urbanista a ter em conta, no seu Plano de Urbanização, o automóvel. Propõe criar uma rede de estradas para distribuir o trânsito de forma eficaz (Amaro, 2016, pp.14-15).

De Gröer propõe, no seu Plano, uma nova via circular, “sob a forma de larga avenida”, (Gröer, 1944 (B), p.4) que ia contornar o centro histórico para não o danificar, desviando o trânsito da cidade, com a abertura de grandes estradas transversais (Bandeira, 2001, p.74). Esta via circular, “pela sua escala e dimensão”, (Amaro, 2016, p.20) ia, juntamente com as zonas verdes de contenção, controlar a expansão urbana da cidade (Quatenaire, 2016, p.36).

Esta nova avenida (futura rodovia) que ia ligar as futuras novas áreas resultantes da expansão da cidade e as diversas vias de entrada e saída da cidade (do Porto, Guimarães, Bragança, Monção, Barcelos) (Gröer, 1944 (B), pp.3-4; Gröer, 1943, p.29). Este grande eixo, presente no Plano De Gröer, “fazia a ligação do centro com as estradas que saíam de Maximinos para o Porto e Barcelos e, pelo outro lado, se estendia para nordeste pelos terrenos limitados pelo rio Este” (Amaro, 2016, p.16). A rodovia (figura 95), eixo iniciado no Plano de De Gröer, foi aberta nos anos 50 e era formada pela Avenida da Imaculada Conceição aberta em 1954 e a Avenida João XXI aberta em 1956. Esta ia fazer a ligação entre Maximinos e S. Victor e conduzir à expansão da cidade para Sul (Oliveira, 1999, p.12).

De Gröer dividiu as novas vias de comunicação da cidade em vias de circulação, vias de habitação e caminhos para peões (Gröer, 1944 (B), p.30).

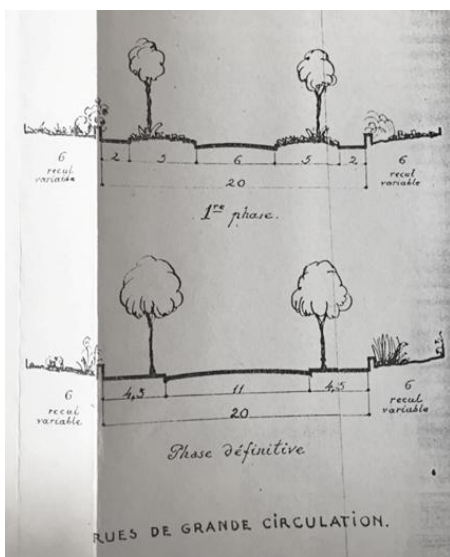


Figura 96 - Quadro de vias- tipos, onde mostra grande parte dos perfis transversais adotados para as Ruas de grande circulação, 1/200, 1942.

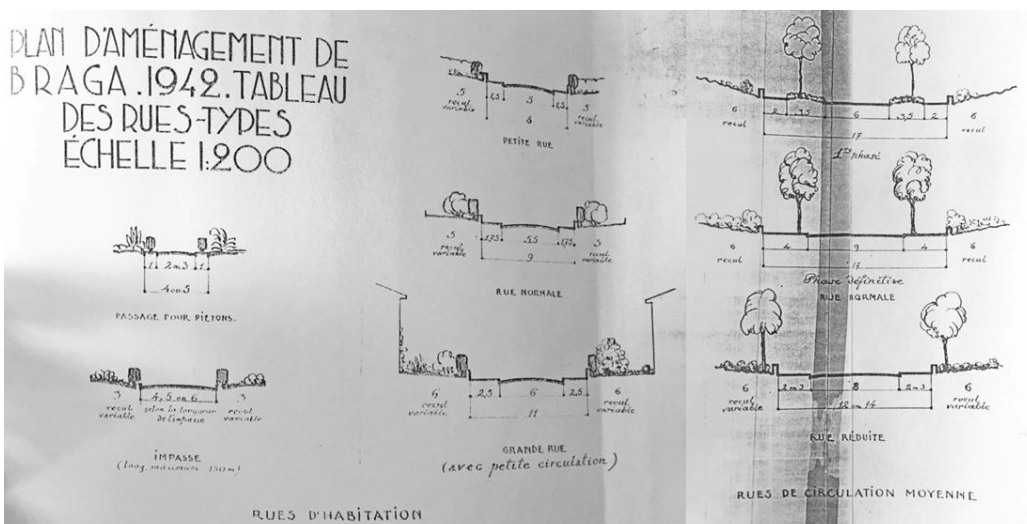


Figura 97 - Quadro de vias- tipos, onde mostra grande parte dos perfis transversais adotados para as Ruas de Habitação, Ruas de circulação média 1/200, 1942.

As vias de circulação foram subdivididas em:

- vias de grande circulação (figura 96) que envolvem o centro urbano, passam pelas novas áreas de expansão e ligam todas as grandes vias de entrada e saída da cidade. São essenciais, pois evitam que se realizem demolições e alargamentos no velho centro urbano da cidade. De Gröer atribui a estas, uma calçada de 11 m de largura com 4 filas de veículos (Gröer, 1943, p.29; Gröer, 1944 (B), p.30);

- vias de circulação média (figura 97), com 8 a 9 m de largura, destinadas a 3 filas de veículos (Gröer, 1944 (B), p.30).

Quanto às vias de habitação (figura 97) também as subdividiu em:

- grandes vias de habitação (ou também chamadas de pequenas vias de circulação). São vias mistas e atribuiu-lhes uma calçada de 6 m para 2 filas de veículos (Gröer, 1944 (B), p.30);

- pequenas vias de habitação servem as casas à sua volta e, De Gröer, atribuiu-lhes uma calçada de 5 ou 5,50 m de largura (Gröer, 1944 (B), p.30).

Aos caminhos para peões (passeios), De Gröer atribuiu-lhes uma largura que varia entre 1,5 e 4 m. Os mais largos destinam-se às zonas de habitação e os mais estreitos são usados no interior de quarteirões ou em terrenos de jogos (Gröer, 1944 (B), p.31).

Para De Gröer, os passeios arborizados devem ter no mínimo 3,5 m de largura, para as novas ruas e define “como obrigatório, um recuo das casas em relação ao alinhamento” (Gröer, 1944 (B), p.31). Para os passeios que não tenham no mínimo 3,5 m de largura “a plantação de árvores de alinhamento pode ser feita sobre as propriedades que ficam ao longo da rua, nos afastamentos obrigatórios das casas” (Gröer, 1944 (B), p.31).

Como já foi referido, De Gröer define como obrigatório o recuo em relação ao alinhamento de todas as ruas novas e em todas as zonas da cidade (à exceção de alguns centros comerciais). Estes afastamentos eram necessários, pois protegiam as habitações do barulho das ruas e, se houver necessidade de alargar a rua, tornava-se mais fácil e rápido (Gröer, 1944 (B), p.32).

Nos bairros novos (novas áreas de expansão) cada um terá uma ligação com as vias principais da cidade por meio de vias secundárias, que farão a ligação entre estas e as pequenas ruas de habitação que servem as casas ao seu redor (Gröer, 1944 (B), p.7).



Figura 98 - Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga – Habitação - Largos interiores 1/2000,1942.

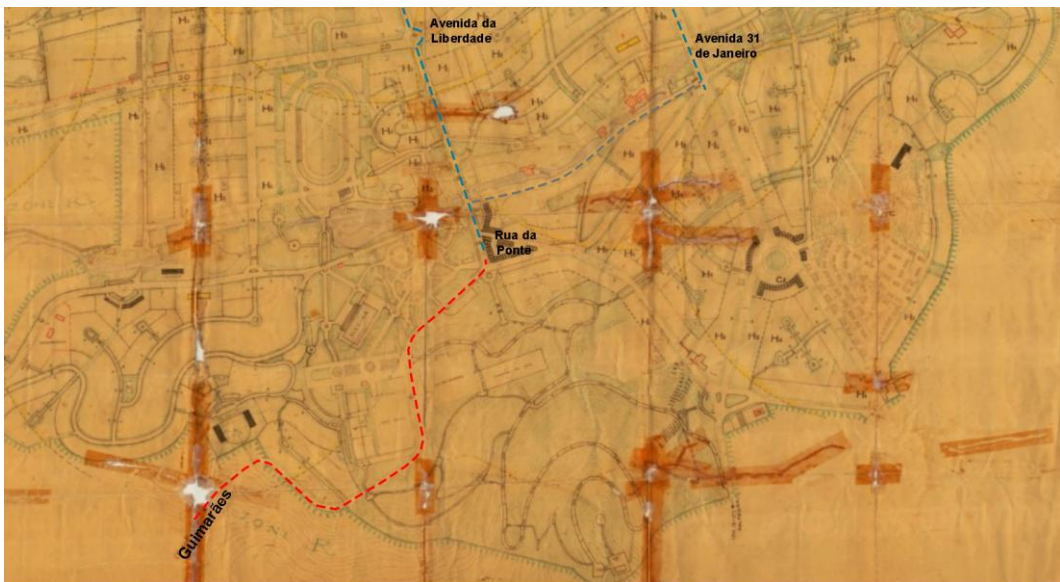


Figura 99 - Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga – Entrada de Guimarães 1/2000,1942.



Para as zonas de habitação, aplica o princípio dos “becos sem saída e dos largos interiores”. Para estes estipula entre 4 a 6 m de largura, referindo que não há necessidade de construir passeios, pois não têm quase circulação nenhuma, apenas servem as habitações. No limite/fim do “beco” (figura 98) encontra-se um pequeno largo para permitir que os veículos deem a volta (Gröer, 1944 (B), p.32).

Mas, em certas vias da cidade De Gröer aplica princípios diferentes:

- a Avenida de Entrada do Porto (anexo B10) entra na cidade pelo Bairro de Maximinos, passa por uma zona industrial e por isso terá, de ambos os lados, plantações densas com o objetivo de esconder as fábricas e será também construído um muro de 1,5 m de altura. Esta Avenida chega ao cruzamento com o anel circular e divide-se em dois caminhos, de modo a que as viaturas que vêm do Porto possam chegar ao centro quer pela Avenida da Liberdade (se vierem pela direita) ou pela Rua da Boavista, onde a circulação será dividida a partir da Praça do Conde Agrolongo e far-se-á num único sentido, pela Rua Miguel Bombarda ou por uma rua nova (se vierem pela esquerda). Serão estes os acessos principais ao centro da cidade para quem vem do Porto (Gröer, 1944 (B), pp.4-5,33; Gröer, 1943, p.13);

- a via de entrada do lado de Guimarães (figura 99) atravessa os parques municipais do Sul e tem uma calçada de 11 m e dois passeios de 2 m cada. À entrada da cidade, esta divide-se em dois caminhos, um destes entra no centro após ter passado o anel circular pela Rua da Ponte e pela Avenida da Liberdade e o outro é formado por uma via nova que vai em direção à Avenida Salazar (Avenida 31 de Janeiro) e pela Rua de Santa Margarida. Este caminho permite chegar à saída de Monção (Gröer, 1944 (B), pp.5,33);

#### **4.4 Escolas e Edifícios Públicos**

De Gröer vai desenvolver uma rede de escolas, de modo a que estas fiquem distribuídas equilibradamente pela cidade, e assim, servirem todas as crianças que nela habitam.

Dividiu as escolas primárias em duas categorias: as grandes escolas (com 4 classes e cerca de 160 alunos) e as pequenas escolas (com 1 ou 2 classes e cerca de 80 alunos) (Gröer, 1944 (B), p.26). Estas deviam estar localizadas perto de um espaço livre ou preferencialmente, possuir no seu interior, terrenos de jogos e ter obrigatoriamente pátios de recreio e jardins para os alunos poderem usufruir depois

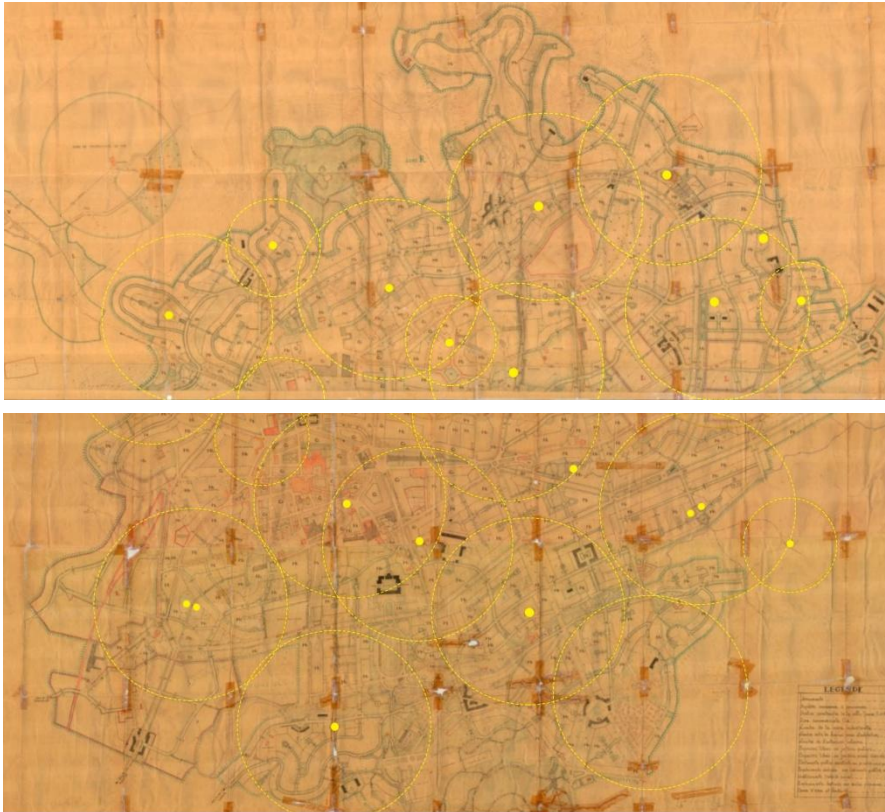


Figura 100 – Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga, Escolas Primárias – traça círculos de 400 e 200m de raio para analisar a área abrangida por este e atribuir a dimensão da escola, 1/2000,1942.

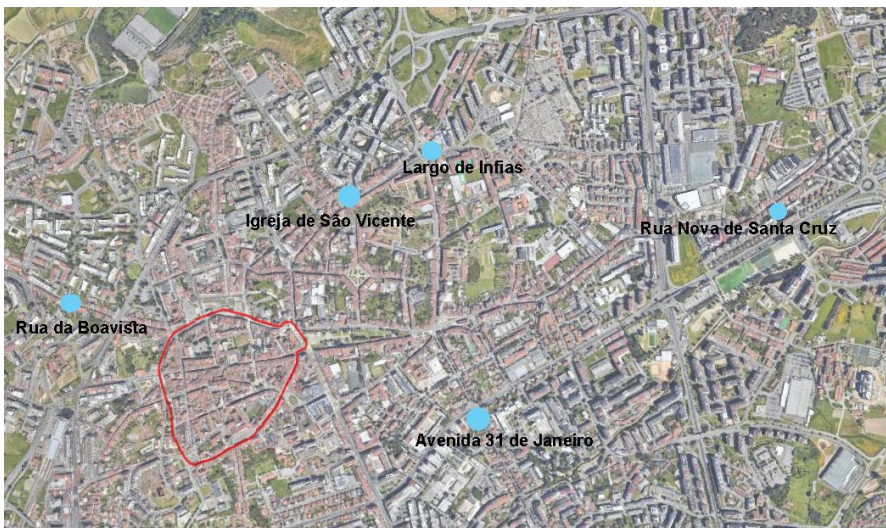


Figura 101 - Vista área atual, da localização das novas escolas da cidade solicitadas pela Câmara Municipal.

das aulas (Gröer, 1944 (B), p.27; Gröer, 1945-46, pp.72-74). As escolas deviam ser edificadas em terrenos grandes para que no futuro, à medida que a cidade fosse crescendo e se houvesse necessidade de as ampliar, esse aumento fosse mais fácil de realizar (Gröer, 1944 (B), p.26).

A distância máxima a percorrer entre a escola e a casa do aluno, segundo De Gröer, não deve exceder os 400 ou 500 m, ou seja, 10 minutos de caminho a pé. Para as pequenas escolas, a distância máxima a percorrer a pé, será mais reduzida, entre 200 ou 300 m (Gröer, 1944 (B), p.27; Gröer, 1945-46, p.72).

Para distribuir as pequenas e as grandes escolas pelas várias zonas da cidade, De Gröer vai traçar círculos de 400 m de raio em torno das grandes escolas e círculos de 200 m de raio em torno das pequenas escolas e analisar qual a área da cidade que estas servem e, assim atribuir-lhes a sua dimensão (Gröer, 1944 (B), p.27). Para a distribuição dos estabelecimentos de ensino, baseou-se na lista de escolas fornecida pela Câmara, onde constavam as escolas que esta desejava conservar (anexo A18) e adaptou a sua nova proposta de distribuição das escolas à que já existia<sup>37</sup> (Gröer, 1944 (B), p.27).

De Gröer propõe transformar a Escola da Paróquia de São Lázaro, acrescentando um novo edifício de aulas ao fundo do terreno. Como esta escola localizava-se perto da Escola de São João de Souto, De Gröer sugeriu que, a Escola da Paróquia de São Lázaro substituí-se a Escola de São João de Souto, pois embora esta fosse grande, não tinha terreno suficiente e, como tal, devia, na sua opinião, ser diminuída (Gröer, 1944 (B), pp.27-28).

A distribuição dos estabelecimentos de ensino tem um papel fundamental na organização das novas áreas de expansão da cidade (Gröer, 1945-46, p.72). De Gröer apresentou uma lista, com as novas escolas (figura 101) da cidade solicitadas pela Câmara Municipal, que vão servir as partes já existentes da cidade e os seus aumentos futuros<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> Escolas existentes, que conserva, a pedido da Câmara Municipal – “Grandes Escolas: Largo de São João de Souto (6 salas), Rua de Santa Margarida (6 salas), Bairro Económico (4 salas); Pequenas Escolas: Praça do Conselheiro de Torres e Almeida (2 salas), Largo de Santa Teresa (1 sala) e a pequena escola rural de Santa Tecla (1 sala)” (Gröer, 1944 (B), p.27).

<sup>38</sup> “Uma escola ao Norte da Rua da Boavista (4 salas); Uma escola ao Norte da Igreja de São Vicente (4 salas); Uma escola junto de Infias (4 salas); Uma escola ao Norte da Rua Nova de Santa Cruz (4 salas); Uma escola junto ao Este, lado Sudeste (4 salas); Uma escola junto ao Este, próximo da Avenida Salazar” (atual Avenida 31 de Janeiro) (4 salas); “Uma escola junto ao Este, lado Ocidental (4 salas)” (Gröer, 1944 (B), p.28).

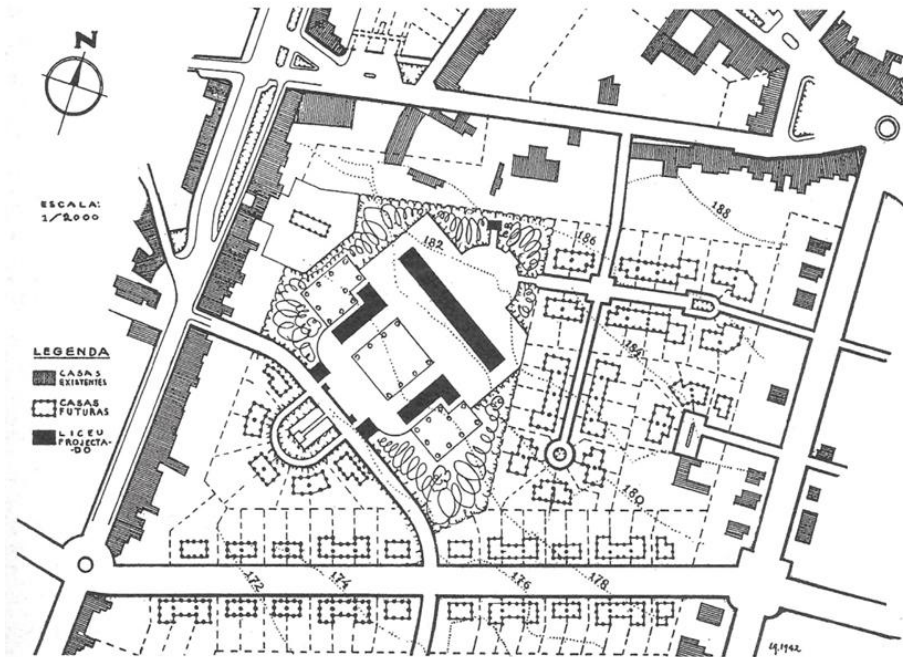


Figura 102 - Étienne de Gröer. Braga. Localização de um liceu no interior de um quarteirão, 1945.

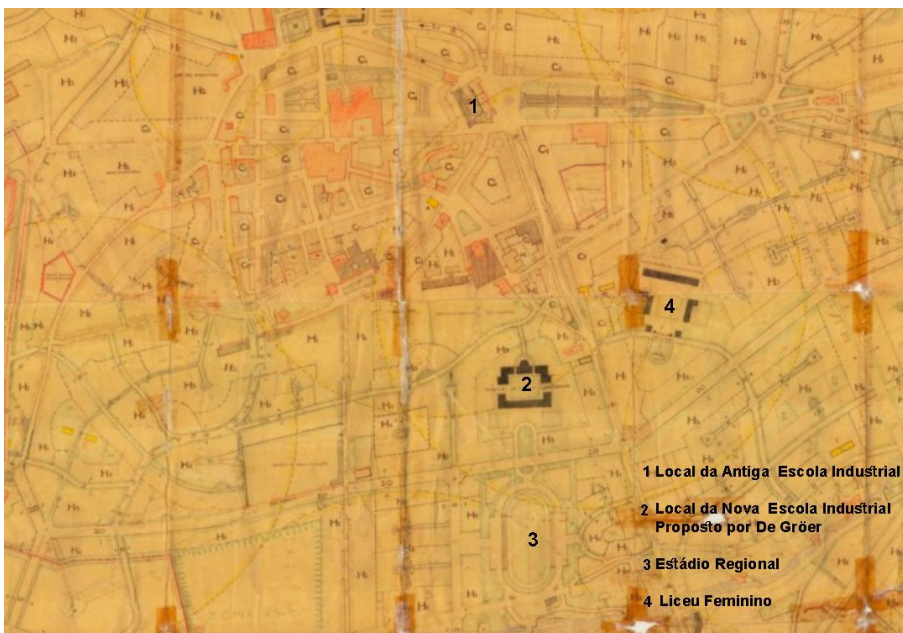


Figura 103 – Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga, 1/2000,1942.

Acrescentou ainda a esta lista duas pequenas escolas suplementares, uma em Peões e outra perto da estrada de Dume, ambas com 2 salas (Gröer, 1944 (B), p.28).

De Gröer, no seu Plano, atribuiu um terreno localizado perto do centro da cidade, a um futuro Liceu Feminino (figura 102) (Gröer, 1944 (B), p.29). Este Liceu Feminino foi implantado no interior de um grande quarteirão com acessos próprios, para proteger as crianças do perigo a que estas estariam sujeitas se a porta de entrada da escola estivesse localizada numa rua muito movimentada, como por exemplo, numa rua de grande circulação. Esta disposição da entrada da escola proposta por De Gröer era muito mais segura para as crianças. Em situações em que não é possível construir a entrada da escola no interior de um quarteirão, esta dever-se-ia localizar em ruas com menos movimento como por exemplo, ruas de habitação (Gröer, 1945-46, p.74; Lôbo,1995, p.84).

Em relação à Escola Industrial<sup>39</sup>, localizada no quarteirão da Torre de Menagem, em pleno centro histórico da cidade, De Gröer propõe que esta seja deslocada para outro local. Esta é uma grande escola e não devia estar localizada numa rua comercial e muito movimentada da cidade, pois a segurança dos alunos à entrada e saída da escola não estaria assegurada (Gröer, 1944 (B), p.29).

A Câmara Municipal propôs a localização desta Escola num terreno situado na Avenida Marechal Gomes da Costa, mas De Gröer não recomendava este local para a sua localização (Gröer, 1944 (B), p.29). Propunha que esta fosse deslocada para um terreno localizado em frente ao novo estádio regional, perto do centro da cidade. (Gröer, 1944 (B), p.29).

Em 1958, o engenheiro Miguel Rezende realizou o Plano Parcial do Sul de Braga e propôs a localização da então Escola Industrial, agora com o nome de Escola Secundária Carlos Amarante, na Rua da Restauração, lugar onde atualmente se encontra.

Além das escolas, De Gröer atribuiu a vários espaços localizados na periferia da cidade (futuras áreas de expansão) a diversos edifícios públicos como hospitais, asilos, orfanatos, etc. que têm o benefício de ficarem situados perto de grandes espaços livres e em terrenos grandes. Assim, se houvesse necessidade de serem ampliados, esse aumento seria muito mais fácil de se realizar (Gröer, 1944 (B), p.29; Gröer, 1945-

---

<sup>39</sup> O parecer apresentado pela Comissão de Estética em relação a proposta apresentada por De Gröer para a localização da nova Escola Industrial, foi contra a localização proposta pelo urbanista (Minho, 1943 maio 11 – Anexo C4).



46, p.72). Alguns destes edifícios estão localizados em pontos altos da cidade e, além de poderem desfrutar de uma bela paisagem e ar puro, são úteis como pontos de referência pois eram vistos de longe pelos habitantes da cidade (Gröer, 1944 (B), p.29; Gröer, 1945-46, pp.61-62).





## **CAPÍTULO 5 – CONSEQUÊNCIAS DO PLANO**



Com De Gröer, a cidade de Braga recebeu o seu primeiro Plano de Urbanização e, durante muito tempo, foi o único documento que analisou a cidade globalmente.

A tarefa levada a cabo pelo ministro das obras públicas Duarte Pacheco, de produzir Planos de Urbanização para várias cidades do país ficou por acabar e a sua morte, em 1943, levou a que muitos destes planos, quando submetidos a aprovação, fossem classificados como Anteplanos (“estudos prévios dos planos definitivos”) (Martins, 2016, p.31). Esta designação de Anteplano “não tinha qualquer suporte legal” (Martins, 2016, p.31) e em 1946 foi criada uma lei para que estes “Anteplanos” fossem revistos e submetidos novamente a aprovação, mas apenas foram classificados como “Anteplanos revistos”, em vez de, “Planos Diretores” (Martins, 2016, p.31).

Ainda que não tivesse sido classificado como Plano Definitivo, o Plano realizado por Étienne de Gröer, foi uma referência incontornável para os planos que lhe sucederam (Bandeira, 2001, p.68). O autor Miguel Melo Bandeira refere que o documento do Plano de Urbanização de Braga, realizado por De Gröer, “só foi remetido para arquivamento definitivo em 13 de Janeiro de 1978” (Bandeira, 2001, p.68).

De Gröer, no seu Plano, dedicou-se ao arranjo da cidade existente e ao desenho das novas áreas de expansão. Mas, segundo o autor Eduardo Pires de Oliveira, muitas das intervenções propostas por Étienne de Gröer e que nunca tinham sido realizadas, foram, mais tarde, atribuídas ao autarca Santos da Cunha<sup>40</sup> (Oliveira, 2005, p.86; Martins, 2010, p.18).

Foi com o presidente Santos da Cunha que se iniciou um conjunto de intervenções na cidade. Este autarca fez com que estas propostas saltassem “do papel para a realidade” (Oliveira, 2005, p.86).

Apesar de não ser conhecido com exatidão até que ano De Gröer esteve em Braga aos serviços da Câmara Municipal, o autor Miguel Melo Bandeira refere que este se manteve na cidade pelo menos até 1948. Foi neste ano que lhe foi pedido o seu parecer em relação à nova proposta de localização da nova Escola Industrial, mas

---

<sup>40</sup> Um artigo intitulado “A Homenagem ao Sr. Presidente do Município” no jornal da cidade, “Correio do Minho” de 5 de janeiro de 1961, permite-nos perceber a importância que este autarca teve para os habitantes da cidade. António Maria Santos da Cunha foi Presidente da Câmara Municipal de Braga e, segundo o autor do artigo, realizou “uma obra verdadeiramente extraordinária”. A homenagem a este autarca aconteceu no Teatro do Circo e contou com a presença de grandes figuras representativas da vida nacional (Minho, 1961 janeiro 5).

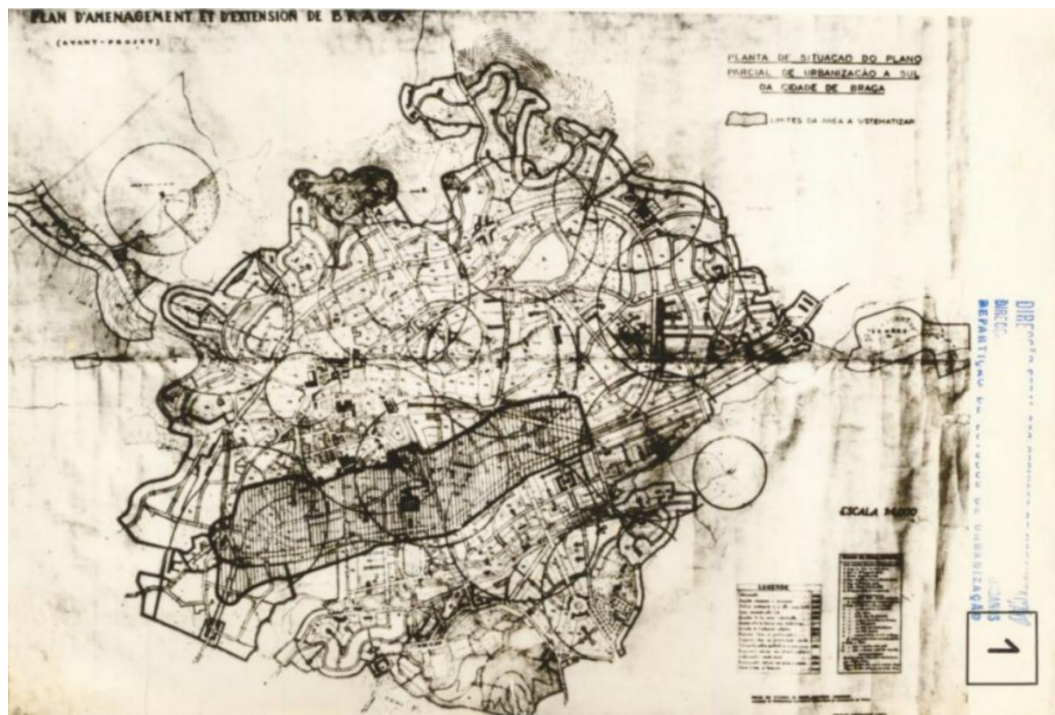


Figura 104- Fotografia do Plano De Gröer com a zona de intervenção indicada do Plano Parcial do engenheiro Miguel Rezende, 1958, 1/2000.

este também já tinha apresentado, no seu Plano de Urbanização, uma proposta de localização desta Escola. De Gröer propôs que esta fosse deslocada para um terreno localizado em frente ao novo estádio regional.

A Comissão de Estética encontrava-se dividida em relação a este assunto, tendo um dos seus membros, Zeferino Couto, apresentado uma proposta em que colocava a nova Escola Industrial na atual Rua Dom João Cândido de Novais e Sousa, o que não correspondia à proposta de De Gröer. Segundo o autor Miguel Melo Bandeira, a “omissão de posicionamento do urbanista pode de algum modo indiciar algo mais acerca do seu efetivo distanciamento do processo” (Bandeira, 2001, p.86).

### **5.1 Os Planos Parciais de Urbanização, 1958, 1963, 1965**

O Plano que sucedeu ao Plano de Urbanização, realizado pelo urbanista Étienne Gröer, foi o Plano Parcial de Urbanização Sul de Braga de 1958, realizado pelo engenheiro Miguel Rezende. A área da cidade onde este interveio neste Plano Parcial, foi indicada numa imagem do Plano de urbanização, alargamento e embelezamento da cidade de Braga de Étienne de Gröer (figura 104), o que ajuda a confirmar, que este apesar de nunca ter sido formalmente aprovado como “Plano Definitivo”, serviu de base aos futuros responsáveis pelo planeamento urbano da cidade (Rezende, 1958, p.4).

Como já foi referido, De Gröer foi o primeiro urbanista a ter em conta no seu Plano de Urbanização, o automóvel. Propôs uma nova via circular, “sob a forma de larga avenida” (Gröer, 1944 (B), p.4) que ia contornar o centro histórico para não o danificar com a abertura de grandes estradas transversais (Bandeira, 2001, p.74). Esta via, ia juntamente com as zonas verdes de contenção, controlar a expansão territorial (Quatenaire, 2016, p.36). A rodovia, eixo iniciado no Plano de De Gröer, foi aberta nos anos 50 e era formada pela Avenida da Imaculada Conceição e pela Avenida João XXI. Esta ia fazer a ligação entre Maximinos e S. Victor, conduzindo a expansão da cidade para Sul (Oliveira, 1999, p.12). A Avenida da Liberdade, concluída em 1951, e a Avenida 31 de Janeiro foram também essenciais para a expansão Sul da cidade.

Esta abertura da Rodovia a Sul do núcleo central da cidade levou a um crescimento urbano e é sobre este problema que o Plano Parcial interveio (Rezende, 1958, p.4). A área delimitada para a realização deste Plano Parcial situa-se entre o extremo Sul do núcleo urbano da cidade e a rodovia, um troço do anel circular realizado no Plano de

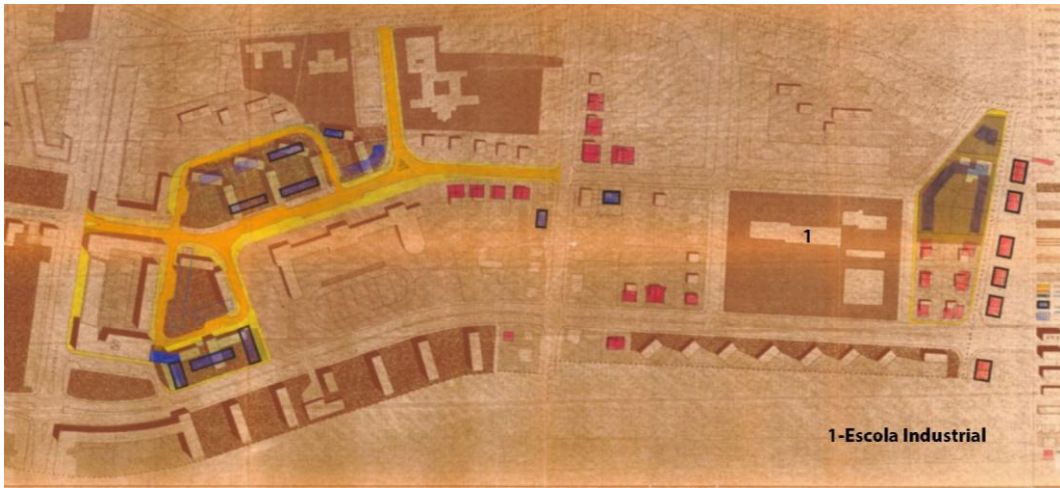


Figura 105 – Fragmento da Planta de Urbanização (com alterações da DSEU) de Miguel Rezende, 1958, 1/1000 com indicação da localização da Escola Industrial.



Figura 106 – Vista aérea da localização proposta por Miguel Rezende da Escola Industrial atual Escola Secundária Carlos Amarante.

Urbanização de Étienne de Gröer, e que se desenvolve desde o cruzamento do Largo de Maximinos até à Rua de Santa Tecla (Rezende, 1958, p.5).

Esta área de intervenção contém terrenos já edificados e terrenos rurais. Os terrenos nesta área têm cotas variáveis, apresentando algumas áreas de relevo acidentado, (sobretudo entre a Rua de Maximinos e a Rua Monsenhor Airosa). O rio Este passa também junto à área delimitada (no extremo Poente-Sul) e, por isso, esta zona não é favorável para habitação (Rezende, 1958, p.5). Mas o resto da área apresenta boas condições de salubridade para se desenvolverem zonas de habitação (Rezende, 1958, p.6).

A presença da Rodovia influenciou algumas das decisões tomadas neste Plano Parcial, como por exemplo, a atribuição de habitações unifamiliares aos terrenos localizados à volta da rodovia o que, pela baixa densidade, se demonstra menos prejudicial “no seu aspeto funcional, sem lhe tirar a desejável valorização urbana” (Rezende, 1958, p.9). Aqui, a habitação coletiva estaria “em contradição com as funções essenciais de grande circulação da artéria” (Rezende, 1958, p.9).

A localização proposta dos edifícios altos e densos junto da Avenida Marechal Gomes da Costa é justificada pelo seu relativo afastamento do centro da cidade e por estar situada mais próximo “dos órgãos de atração que são o Liceu Feminino, Escola Técnica e os núcleos comerciais já existentes nesta Avenida, a mais importante da cidade” (Rezende, 1958, p.10).

O engenheiro Miguel Rezende, neste Plano Parcial do Sul de Braga, propõe também uma nova localização para a Escola Industrial (figura 105) e, é efetivamente neste local, que a Escola se encontra atualmente, com o nome de Escola Secundária Carlos Amarante (figura 106) localizada na Rua da Restauração.

Propõe também instalar uma pequena zona Industrial, na margem Sul do troço da rodovia, localizada junto do rio Este, pois esta zona não é favorável para habitação devido aos seus terrenos baixos e húmidos instalando aqui uma zona Industrial (Rezende, 1958, p.10).

O Plano Parcial do engenheiro Miguel Rezende desenvolveu-se de acordo com o Plano de Urbanização de De Gröer, tendo-se expandido, sobretudo, para

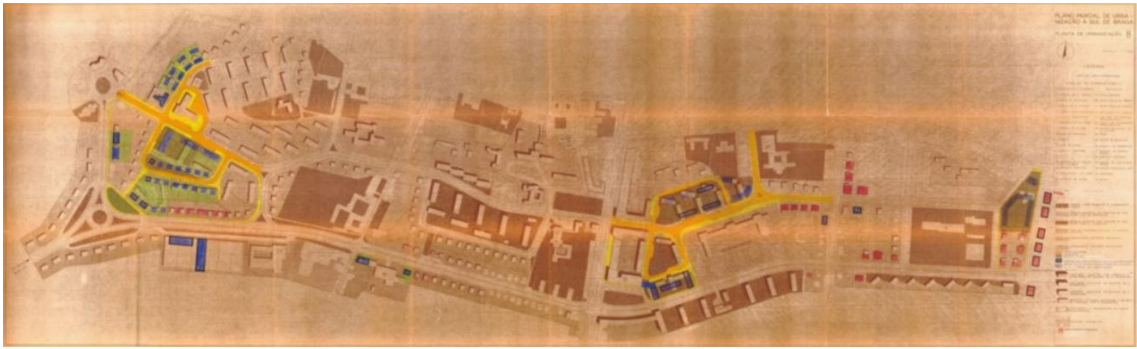


Figura 107 – Planta de Urbanização (com alterações da DSEU) de Miguel Rezende, 1958, 1/1000.



Sul (figura 107), sendo a rodovia considerada “como o limite das principais expansões da cidade, para sul” (Rezende, 1958, p.11). Nesta zona, os terrenos são baixos e húmidos, sendo desaconselhado para aqui novas expansões urbanas (Rezende, 1958, p.11). O engenheiro Miguel Rezende tomou por base os princípios do Plano de De Gröer, “embora adotando uma formalização distinta no que se refere à ocupação dos quarteirões” (Vereação, 2019, p.29). Neste Plano Parcial já é visível a influência da nova conceção de cidade que surgiu do 1º Congresso Nacional de Arquitetura Moderna em 1948 e do modelo da Carta de Atenas<sup>41</sup>, sobretudo na utilização de habitações coletivas, as “unidades de habitação” e, pelo surgimento de novos espaços de utilização coletiva (Vereação, 2019, p.29; Rezende, 1958, p.11).

Para as novas áreas de expansão “prevê-se a separação entre passeios de peões e a faixa de rodagem pela interposição duma ampla faixa ajardinada e arborizada que se julga útil por razões de segurança e de estética: trata-se de uma cidade artística e arqueológica onde as expansões urbanas se devem dotar com generosos espaços arborizados como elementos que atenuem os contrastes arquitetónicos de tipos de construção antigos e modernos” (Rezende, 1958, p.12).

O engenheiro Miguel Rezende preocupou-se em evitar as demolições de edifícios antigos com valor histórico para a cidade e realizar, sempre que possível, o atravessamento das ruas em zonas de construções de má qualidade (Rezende, 1958, p.13). No seu Plano Parcial apresenta duas listas (anexos B11e B12), uma de edifícios com interesse público e que deviam ser conservados e outra lista com edifícios de interesse público que propõe edificar.

Em síntese, a população existente dentro da área delimitada do Plano era cerca de 2500 habitantes distribuídos por 500 habitações, sendo 100 destas habitações, coletivas. No seu Plano Parcial propõe aumentar a capacidade de alojamento desta área para mais 5 000 habitantes, prevendo-se no futuro, um total de cerca de 7 500 habitantes. Cria 1000 novas habitações, sendo 700 habitações coletivas e 300 habitações isoladas, geminadas ou em pequenas filas contínuas. A população a

---

<sup>41</sup> É no ano de 1948 que se realiza em Portugal o primeiro Congresso Nacional de Arquitetura Moderna, que introduz no país um novo conceito de cidade, que vai determinar o urbanismo das próximas décadas de 50 e 60 (Lôbo, 1995, p.211; Martins, 2016, p.35). Neste Congresso houve uma adesão plena ao modelo da Carta de Atenas para as cidades. Esta surgiu do IV Congresso dos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna) em 1933, tendo sido feita a sua primeira publicação apenas em 1941. Com este documento, a habitação vai passar a ganhar outra dimensão, a verticalização, sendo a solução encontrada para resolver o problema da habitação. Este novo conceito de construção em altura, vai libertar espaço e área na cidade para a criação de amplos espaços verdes para usufruto dos cidadãos (Rainha, 2013, p.92; Lôbo, 1995, p.211).

Este novo modelo de cidade opunha-se ao modelo da cidade-jardim, defendido por De Gröer pois aqui o quarteirão deixa de existir e é substituído por um novo modelo urbano, a “unidade de habitação” (Lamas, 2011, pp.304,353).



- Habitação Coletiva e Comércio
- Habitação Unifamiliar
- Habitação Coletiva
- Edifício Público
- Escola Primária
- Espaço Ajudinado
- Arruamentos (trânsito mecânico)

Figura 108 - Plano Parcial de Urbanização em torno do Prolongamento da Rodovia (1ª Fase), engenheiro Miguel Rezende, 1963, 1/1000.

Área total a urbanizar		159 400 m <sup>2</sup>
Número total de habitantes (4,5 hab/moradia)		1 650
Densidade média global		104 hab./ha
Área coberta total	21 850 m <sup>2</sup>	13,7 %
Logradouros	58 560 m <sup>2</sup>	36,7 %
Escola	4 780 m <sup>2</sup>	3,0 %
Arruamentos (incluindo a Rodovia)	36 500 m <sup>2</sup>	22,9 %
Espaços livres públicos	37 710 m <sup>2</sup>	23,7 %

Figura 109 - Quadro de áreas do Plano Parcial.

realojar, devido às demolições de 52 habitações que ocorreram em várias fases, resultantes do arranjo apresentado para esta área, será em 2 novos blocos de habitação coletiva (Rezende, 1958, p.22).

### **1963**

O Plano Parcial que lhe sucedeu foi o Plano Parcial de Urbanização em torno do Prolongamento da Rodovia (1º fase) (figura 108), também este, elaborado pelo engenheiro Miguel Rezende em 1963. Este Plano Parcial foi solicitado pela Câmara Municipal de Braga para conseguir um controlo da expansão da cidade e para que esta área não se desenvolvesse sem nenhum cuidado estético. A área deste Plano engloba, para além da “zona compreendida entre o prolongamento da Rodovia e as ruas de Bernardo Serqueira e de D. Pedro V, um outro sector para sul, que se estende desde aquela primeira artéria, até à projectada saída para o Leste (Bom Jesus)” (Rezende, 1963, p.1).

O objetivo deste Plano Parcial é analisar “o sistema de junção da Rodovia com a nova artéria que, no futuro, servirá de acesso ao Bom Jesus” (Rezende, 1963, p.1), que integra a área turística da cidade.

A proposta apresentada para esta área da cidade passa pelo aproveitamento de todos os terrenos desta zona para criar um conjunto de novos edifícios públicos como escolas e centros comerciais locais e zonas de habitação compostas pelo tipo de habitação utilizado nas outras áreas da cidade como, “blocos de habitação coletiva em fiada ou isolados e habitações unifamiliares em ala contínua ou igualmente isoladas” (Rezende, 1963, p.2) localizadas à volta de grandes espaços livres públicos (Rezende, 1963, p.1).

A área total abrangida por este Plano Parcial é 159,400m<sup>2</sup> e o total de população prevista é de 1 650 habitantes (Rezende, 1963, p.2).

### **1965**

Posteriormente, em 1965, foi realizado o Plano Parcial de Urbanização entre a Rua da Taxa e a Futura Rodovia pelo arquiteto V.M. Geraldês Cardoso, que foi apresentado para aprovação à Câmara Municipal de Braga (Cardoso, 1965, p.1). A área que este abrange situa-se “entre a Rua da Taxa e a futura Via Rápida que, cruzando a Rua D.

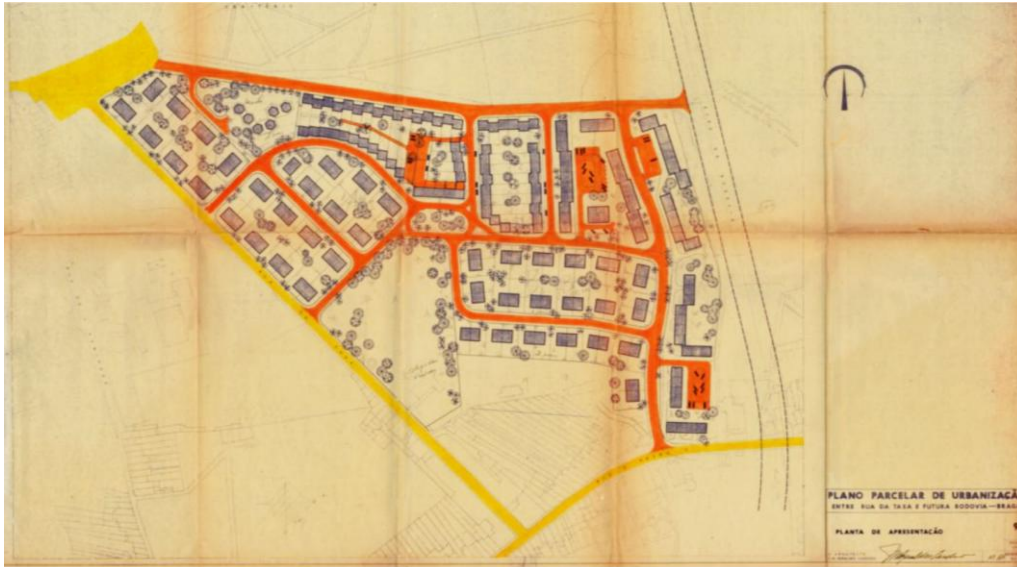


Figura 110 - Plano Parcelar de Urbanização entre a Rua da Taxa e Futura Rodovia, do arquiteto V. M. Geraldês Cardoso, 1965, 1/1000.



Figura 111 – Vista aérea atual da área deste Plano Parcelar de Urbanização entre a Rua da Taxa e Futura Rodovia.

Pedro V, se encaminha para Norte” (Cardoso, 1965, pp.1,4), ou seja, na periferia da cidade (figura 110 e 111).

Esta área apresenta boas condições de luminosidade, uma boa rede de transportes coletivos e uma paisagem extraordinária para o Bom-Jesus, para aqui se desenvolver uma zona de habitação (anexo B13), como já estava proposto no Plano de Urbanização de Braga realizado pelo urbanista Étienne de Gröer (Cardoso, 1965, p.1).

Este Plano vai ter como objetivo, a criação “de uma pequena unidade habitacional, integrada no conjunto urbano da Cidade de Braga” (Cardoso, 1965, p.6).

A falta de habitações era um dos maiores problemas da cidade. O arquiteto Geraldês Cardoso, baseou-se nos princípios apresentados no Plano de Urbanização do urbanista Étienne de Gröer para realizar este Plano Parcial, que tem como finalidade “contribuir para a diminuição da carência de alguns tipos de habitação” (Cardoso, 1965, pp.6, 1).

Tal como o urbanista Étienne de Gröer refere no seu Plano de Urbanização, as habitações unifamiliares são as mais vantajosas para uma família. O arquiteto Geraldês Cardoso também é de opinião que a maioria da população prefere morar numa habitação unifamiliar, em banda ou geminadas (anexo B14). Só uma pequena parte dos habitantes “admite a residência em bloco”, “porém não deverão atingir grande número de pisos” (Cardoso, 1965, p.1).

As habitações unifamiliares, em banda ou geminadas deviam possuir os seus jardins particulares e, os blocos de habitação coletiva deviam estar localizados perto de espaços verdes públicos para usufruto dos cidadãos (Cardoso, 1965, p.6).

Em síntese, o Engenheiro Miguel Rezende, apesar de se ter baseado no Plano de Urbanização de De Gröer, aplica, nas suas intervenções, um novo modelo de cidade inspirado na Carta de Atenas, afastando-se da conceção de cidade defendida por De Gröer. Já o arquiteto V.M. Geraldês Cardoso seguiu os princípios defendidos por De Gröer no seu Plano de Urbanização para a cidade de Braga, tendo este constituído “as principais condicionantes e características deste Plano Parcelar” (Cardoso, 1965, p.1).



Figura 112 - Evolução da urbanização, antes de 1975 (a preto) e após 1975 (a vermelho).



Figura 113 - Infraestruturas viárias - Avenida António Macedo (Circular Norte) e Avenida da Liberdade.

## 5.2 Da década de 1970 à cidade atual

O Plano de De Gröer, introduziu na cidade, o conceito de “conjunto patrimonial edificado”. Foi com este urbanista que se começou a dar importância à conservação da fisionomia histórica e artística das cidades. Só na década de 1970, é que se começou a ver a influência deste plano na cidade (figura 112), na sua expansão para Sul, entre o velho centro histórico e a rodovia, que em 1968 já apresentava a sua dimensão atual (Amaro, 2016, pp.16-17).

Nos anos 60, em Braga, a falta de habitações era um dos seus principais problemas, o que conduziu a uma especulação imobiliária e à construção de habitações ilegais. Para tentar pôr fim a estas construções e ao crescimento desordenado da cidade, em 1973, foi criada uma lei que tinha como objetivo pôr fim a esta especulação imobiliária (Vereação, 2019, p.30).

Entre 1976 e 2013, a cidade de Braga teve como Presidente da Câmara Municipal, o engenheiro Francisco Mesquita Machado (Carvalho, 2016, p.35). O seu mandato ficou marcado por um grande “crescimento das infraestruturas viárias”, como por exemplo, a “criação do túnel que liga a Avenida António Macedo (Circular Norte) à Avenida da Liberdade”, figura 113 (Amaro, 2016, p.17). Os transportes públicos e os espaços pedonais não acompanharam o crescimento da cidade, o que impulsionou o uso de transportes privados (Amaro, 2016, p.17).

A revolução de 1974 conduziu a uma mudança na “legislação e políticas urbanas”. A Câmara Municipal passou a ter mais poder, no que se refere à criação de novas medidas para o planeamento urbano da cidade, como por exemplo, o controlo da compra e venda de terrenos, que tinha como objetivo, impedir a especulação imobiliária (Vereação, 2019, pp.30-31). Foi também neste ano de 1974 que o Diretor do Museu D. Diogo de Sousa (J.J. Rigaud de Sousa), recuperou o parecer apresentado por De Gröer para a conservação e proteção da zona arqueológica e histórica da cidade (Bandeira, 2017, p.3).

Em 1976 foi criado o “Projeto de Salvamento de Bracara Augusta” que expôs a “necessidade de delimitar as zonas da cidade cujas intervenções deveriam acautelar os possíveis vestígios” (Bandeira, 2017, p.3). Houve dois fatores que foram importantes na realização deste projeto, que foram a criação da ASPA (Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural (Braga)) e a implantação da Universidade do Minho, que contribuíram para que a salvaguarda do

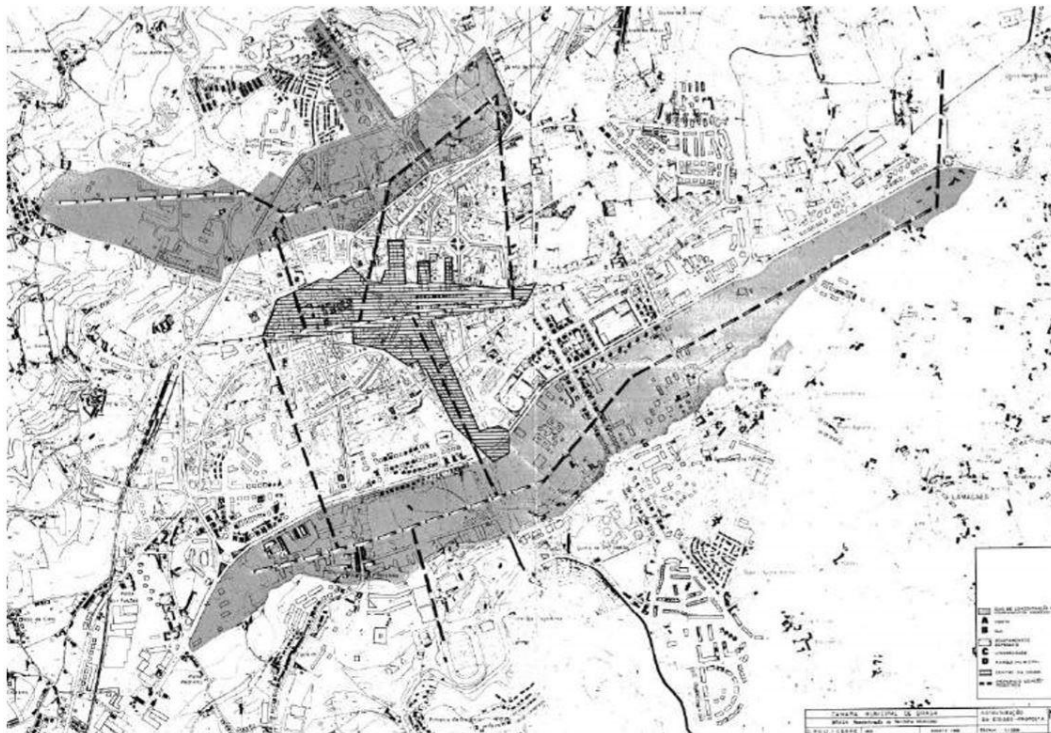


Figura 114 - Plano de Reestruturação do Território realizado pela Câmara Municipal de Braga, 1981.



Património Cultural se tornasse a prioridade da Câmara Municipal (Bandeira, 2017, p.3).

Em 1979 realizou-se a “primeira delimitação patrimonial urbana, designada por Classificação do Perímetro Urbano Medieval do Centro Histórico de Braga como Área Crítica de Recuperação e Reconstrução Urbanística (ACRRU)” (Bandeira, 2017, p.4). Neste ano, também a Câmara Municipal pretendia realizar um Plano Urbanístico para a cidade e, para isso, realizou um acordo com a CEAPE (Cooperativa de Estudos de Arquitetura, Planeamento e Engenharia) para a sua cooperação na realização deste Plano. O nome atribuído ao Plano foi “Plano de Reestruturação do Território” (figura 114), e só começou a ser desenvolvido em 1981. Tinha como propósito “promover o desenvolvimento da cidade no sentido Sudoeste – Nordeste, numa procura de definição de eixos de grande utilização urbana” (Vereação, 2019, p.31). O modelo de cidade era definido pelo núcleo central, que correspondia “à cidade de D. Diogo de Sousa” e, “por uma estrutura linear definida pelo eixo que atravessa a cidade, a sul” (rodovia) (Vereação, 2019, p.31). Este modelo pretendia a proteção do núcleo central, centro histórico da cidade e, da zona Rural, recorrendo para tal, a um regulamento. Através deste regulamento, estabeleceu-se, para cada uma das zonas da cidade, as regras para o seu desenvolvimento futuro, de modo a conseguir um controlo da forma urbana. Um dos objetivos deste Plano era também realizar dois eixos pedonais, um a Norte e outro a Sul que iam servir de fronteira entre a área urbana e a zona Rural (Vereação, 2019, pp.31-32).

Com este “Plano de Reestruturação do Território” iniciou-se a construção da Circular Norte da cidade mas uma parte desta já se encontrava desenvolvida, “a ligação da rotunda de Maximinos até à saída norte da cidade (em direção ao Cávado) e projetando-se as vias em direção a Dume, Porto (atual entrada na autoestrada) e a ligação da circular com a rodovia” (Amaro, 2016, p.17). Este Plano conduziu à expansão da cidade para Sul, a cidade projetou-se para lá do rio Este. Esta expansão urbana levou ao surgimento de novos equipamentos entre o rio e a rodovia, como escolas, habitações e comércio. Algumas ruas nesta área da cidade também ganharam outra importância passando a exercer a função de vias de ligação da cidade ao exterior. A Avenida 31 de Janeiro era uma via que ligava o velho centro da cidade com a periferia mas, nesta época, esta via passou a ser uma via de sentido único ligando apenas a periferia ao centro da cidade, perdendo alguma intensidade de circulação e a sua função passou para a Avenida Frei Bartolomeu dos Mártires, que fazia parte da Circular Urbana (Amaro, 2016, p.17).



Figura 115 – Localização do Mercado Cultural do Carandá.



Figura 116 - Plano Diretor Municipal (1º versão) - Planta de Enquadramento realizado em 1993 e aprovado em 1994, esc.1.50 000.

A Câmara Municipal, numa tentativa de impedir a especulação imobiliária, adquiriu a maioria dos terrenos para construção, de forma a garantir, assim, um desenvolvimento ordenado da cidade e a qualidade das habitações. Com esta “política de solos”, a Câmara Municipal pretendia impedir um desenvolvimento desordenado da cidade e obter a sua expansão controlada com uma “qualidade nas intervenções do edificado, espaço público e infraestruturas” (Vereação, 2019, pp.34,39).

Na década de 80, no Carandá, iniciou-se a construção de um Mercado Público que foi projetado pelo arquiteto Eduardo Souto Moura mas, esta obra não foi terminada na sua totalidade. O aparecimento de outros equipamentos públicos à sua volta levou a que este fosse progressivamente “ocultado” e a Câmara decidiu recolocá-lo noutra local. A requalificação deste mercado ficou ao encargo do arquiteto Eduardo Souto Moura e este foi transformado num polo de cultura (figura 115), a atual Escola de Música do Mercado Cultural do Carandá<sup>42</sup> (Oliveira, 1999, p.13; O Minho, 2012 julho 12).

Em 1990 existiam no país poucos PDM’s (Plano Diretor Municipal) aprovados, embora já viessem a ser previstos na legislação de 1982 para as várias cidades do País. Neste ano de 1990, foi criada uma lei que obrigava à existência de um PDM aprovado, tendo como objetivo instigar a realização destes planos (Vereação, 2019, p.41).

A partir desta década, a rodovia sofreu várias intervenções, que tinham como objetivo permitir ligar a cidade de uma ponta à outra de forma quase contínua, o que acarretou um aumento do trânsito nesta área da cidade, devido à facilidade de acesso aos pontos de ligação com a circular, que ligava a cidade de forma rápida com o exterior. A rodovia foi “assumindo, ao longo do tempo, o carácter de via rápida, deixando de ser rua para passar a ser estrada” (Amaro, 2016, p.17).

O surgimento destes primeiros Planos levou a uma mudança no Planeamento Urbano do país. A Câmara Municipal de Braga teve o seu primeiro PDM em 1993 (1º versão), elaborado pelo Gabinete de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal. Este PDM “constitui uma adaptação à legislação, do Plano de Restruturação do Território de 1982” (Vereação, 2019, pp.41-43) e foi aprovado em 1994 (figura 116). Tinha como principais objetivos um “projeto de crescimento e desenvolvimento urbano e a conservação e recuperação da riqueza patrimonial existente; a correção das assimetrias entre a cidade e os restantes núcleos com características de ruralidade mais ou menos acentuadas” (Vereação, 2019, p.43). Mas, esta primeira versão do

---

<sup>42</sup> O projeto para este mercado cultural valeu a Eduardo Souto Moura a atribuição de um prémio, o prémio IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), em 2012 (Público, 2013 fevereiro 4).



Figura 117 - Renovação urbanística do Terreiro do Castelo (antes e depois), 1991.



Figura 118 - Estádio Municipal de Braga, 2003.

PDM de 1994 continha “erros nas plantas de ordenamento do plano” e, para se proceder à correção destas plantas, a DGOTDU (Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) “entendeu que tais correções só poderiam ser consideradas no âmbito da futura revisão do P.D.M.” (Vereação, 2019, p.46).

Em 1998 a Câmara Municipal de Braga iniciou o desenvolvimento de um conjunto de intervenções que tinham como objetivo a Reabilitação do Centro Histórico de Braga. Realizou várias intervenções no espaço urbano da cidade (figura 117 e anexo A19): em ruas, praças e largos e no edificado envolvente (Divisão de Renovação Urbana da CMB, 2001).

Foi apenas em 2001, que se iniciou o processo para a revisão do PDM de 1994 (2º versão), que manteve os “objetivos estratégicos” do PDM de 1994. As principais alterações reportam-se ao aumento das zonas de construção de habitações de baixa densidade e “com a caracterização de espaços existentes que colidiam com a RAN” (Reserva Agrícola Nacional) “e a REN” (Reserva Ecológica Nacional) (Vereação, 2019, p.46).

Em 2003 foi inaugurado, na área Norte da cidade, o Estádio Municipal de Braga (figura 118) que veio substituir o estádio 1º de Maio. Uma parte do estádio foi construída no lugar de uma antiga pedreira, sendo também por isso, conhecido como Estádio da Pedreira. O estádio foi projetado pelo arquiteto Eduardo Souto Moura e pelo engenheiro Rui Furtado e vai integrar o Parque Urbano que vai ser realizado nesta área Norte da cidade, na encosta do Monte Castro (Getbus, 2012; We Braga).

Em 2005, a Câmara Municipal de Braga iniciou a realização do projeto para a construção deste Parque Urbano, na área Norte da cidade, o Parque Urbano de Braga/Norte. Este vai englobar novos equipamentos multifuncionais com utilidades desportiva e de lazer e integrados numa extensa área verde. O parque está servido de uma boa rede viária, pois a Câmara Municipal considera a viatura própria “o meio de mobilidade de eleição” (Carvalho, 2016, p.39).

Em 2008 iniciou-se o processo para a realização da segunda revisão do PDM (Revisão do PDM de 2001) que foi aprovado em 2015<sup>43</sup> (Bandeira, 2017, p.7). A CMB pretendia um desenvolvimento sustentável do território e um planeamento global da cidade, embora este fosse executado em várias fases (Vereação, 2019, pp.53-55).

---

<sup>43</sup> Em 2013 a cidade teve um novo presidente da Câmara Municipal, Ricardo Rio, que ainda se mantém como o presidente da cidade.

<b>Perímetro Urbano</b>	
Freguesias	37
<b>Valores Globais</b>	
População Total	181474
População Prevista em 2021	199462
Área do Município	183404,27 ha
Zona Rural	11,168,7 ha
Zona Urbana	7,173,5 ha
Zona Industrial	497,9 ha
Zona Comercial e Logística	444 ha

Figura 119 – Dados estatísticos do Plano Diretor Municipal da cidade de Braga, 2015.

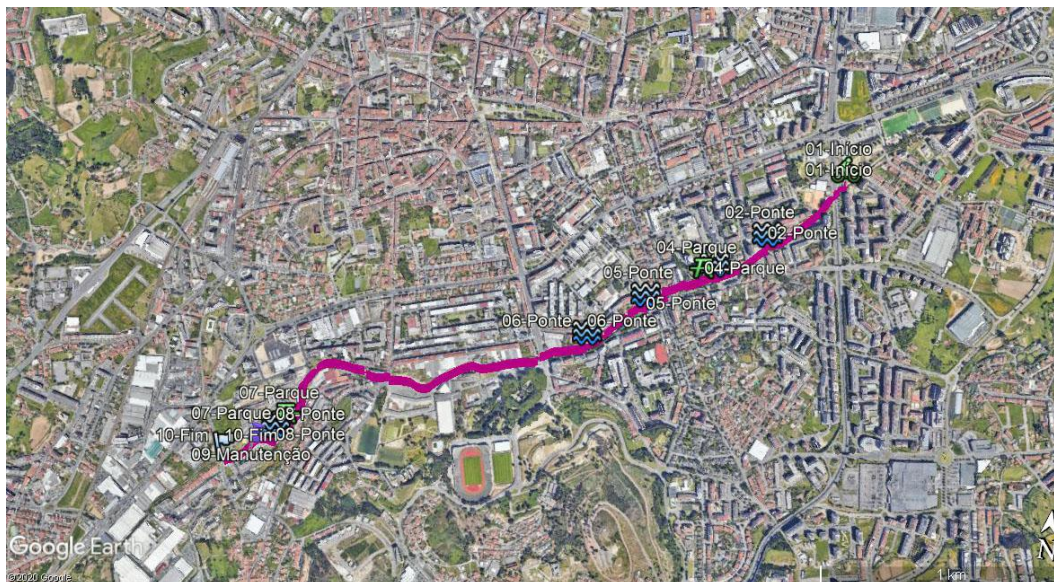


Figura 120 - Via Pedonal Ciclável do Rio Este, Pontos de Passagem.

Um dos objetivos desta Revisão do PDM de 2001 era reorganizar o território, sendo redefinidas as áreas urbanizáveis do PDM de 2001. O novo PDM devia “conter a identificação das áreas de reabilitação/ revitalização urbana e condicionar a expansão urbana às possibilidades de intervenção em áreas já urbanizadas” (Vereação, 2019, p.60), tendo os perímetros urbanos sido redefinidos, numa tentativa de controlar a dispersão de habitações na área periférica da cidade (Vereação, 2019, p.63).

Estas novas normas previstas iam formar uma cidade diferente do que tem sido até agora, “com novas exigências ao nível do tratamento do espaço público, do enquadramento ambiental e paisagístico” (Vereação, 2019, p.57).

O PDM aprovado em 2015 (figura 119) introduziu, na cidade, o conceito de reabilitação urbana, sendo este “um dos fundamentos estratégicos do seu desenvolvimento para os anos mais próximos” (Bandeira, 2017, p.7).

Em 2013, a Câmara Municipal inaugurou uma Via Pedonal Ciclável junto ao rio Este (figura 120 e anexo A20) que se inicia na margem direita deste rio e termina na sua margem esquerda com 3.080 km que podem ser percorridos e, ao longo do percurso, encontram-se vários espaços de lazer (Rodrigues, 2019).

### **Conclusão**

Em síntese, a cidade de Braga foi alvo de um grande crescimento, expandindo-se para Sul, de acordo com o Plano de De Gröer. À medida que a cidade se foi expandindo, muitas das propostas apresentadas por De Gröer no seu Plano de Urbanização para a cidade de Braga foram realizadas, como: a maioria das habitações unifamiliares que propõe no plano; grande parte “dos equipamentos e, essencialmente toda a estrutura viária definida no plano” (Vereação, 2019, p.29). Por exemplo, em 1999 foi estabelecida a ligação entre a Rodovia (parte do anel circular proposto por De Gröer no seu Plano de Urbanização) e Infias, uma das intenções apresentadas no seu Plano (Bandeira, 2001, p.88). A circular rodoviária proposta por De Gröer coincide, em parte, com o traçado atual da circular Norte (Amaro, 2016, pp.15-16)

Mas, a Zona Rural de proteção que De Gröer propunha no seu Plano de Urbanização para proteger a cidade contra a aproximação de outro aglomerado, foi desmaterializada devido ao crescimento da cidade, ultrapassando os limites definidos por De Gröer (Vereação, 2019, p.28). Com a expansão da cidade, realizaram-se muitas das propostas apresentadas por De Gröer, mas também houve algumas mudanças às estratégias por ele apresentadas no seu plano, como acentuar “a densidade construtiva no interior dos quarteirões urbanos” (Bandeira, 2017, p.5). De





Gröer defendia que, principalmente no centro histórico da cidade, se devia libertar os interiores dos quarteirões e estes deviam ser espaços livres com jardins e pátios para dotar as habitações de uma boa quantidade de luz e ventilação.

De Gröer realizou o seu Plano com uma previsão para a expansão da cidade nos próximos 30 a 50 anos e previa um total de 60 000 habitantes no futuro (Gröer, 1944 (B), pp.1-2). Mas a cidade cresceu mais do que De Gröer previu no seu Plano. Em 1991 a cidade continha 90 535 habitantes e em 2001 a cidade já era composta por 164 192 habitantes, ou seja, em dez anos, verificou-se um crescimento populacional de 16.2% e também se verificou, neste período de tempo, um aumento de 15.4% do edificado urbano (Teles, 2004; Carvalho, 2016, p.41). Cinquenta anos após a realização do Plano (em 1941) por De Gröer, a cidade continha 90 535 habitantes, ou seja, mais 30 535 habitantes que os previstos.

O Plano de urbanização, alargamento e embelezamento da cidade de Braga realizado pelo urbanista Étienne de Gröer, apesar de nunca ter sido aprovado, foi muito importante, pois serviu de base para o futuro desenvolvimento da cidade e, as suas diretrizes estiveram muito presentes nos planos que se realizaram posteriormente, manifestando-se atualmente na forma de expansão da cidade, “na conceção de património e de centro histórico” (Bandeira, 2001, p.88).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O urbanista Étienne de Gröer, nos Planos que realizou para cidades com centro histórico, como é exemplo, a cidade de Braga, defendia que estes não deviam ser alvo de intervenções que lhe mudassem a sua essência, deviam ser preservados. Para tal, acrescentou às 5 zonas fixas a considerar em todas as cidades e, que vão distribuir as suas várias funções, conceito a que chama de «Zoning», uma nova zona específica das cidades com centro histórico, a zona Arqueológica e Turística. Esta tinha como objetivo conservar os seus edifícios antigos e o seu carácter artístico, assim como, evitar que estes fossem ocultados por novas construções.

Mas, De Gröer, no seu Plano de Urbanização para a cidade de Braga, mostrou-se também preocupado em conter o desenvolvimento da cidade, não pretendia criar uma cidade que se estendesse indefinidamente. Para tal, criou uma cintura de contenção da expansão da cidade, definindo os limites da sua expansão futura. A zona Rural foi fundamental para ajudar a conter a expansão do território e a especulação imobiliária. Mas, as vias também tiveram um papel fundamental no controlo desta expansão, De Gröer, propunha a criação de uma via circular que ia contornar o centro histórico da cidade, para não o destruir com a abertura de vias transversais. Esta via circular ia, juntamente com a zona Rural controlar a expansão da cidade.

Este Plano de Urbanização para a cidade de Braga, apesar de nunca ter sido oficialmente aprovado, as suas diretrizes estiveram muito presentes no futuro planeamento urbano da cidade, manifestando-se ainda atualmente na cidade.

Algumas das medidas propostas pelo urbanista Étienne de Gröer foram adotadas, como por exemplo, no Quarteirão da Torre de Menagem, pelo menos parcialmente, foram feitas as demolições no interior do quarteirão ainda na década de 40. Outro exemplo é a proposta apresentada pelo urbanista para o alargamento da rua do Caires para 11m, no Largo de Maximinos que também foi adotada. A maioria das habitações unifamiliares que este propõe no Plano, foram também realizadas.

Um exemplo, também de como este Plano esteve muito presente posteriormente, é a proposta que o urbanista apresentou para a Avenida Central, onde pretendia transformar a parte central da avenida numa via exclusivamente pedonal. Na época a sua proposta não foi realizada, mas atualmente encontra-se aplicada na cidade, pois a zona central da Avenida é pedonal, tal como De Gröer recomendou no seu Plano de Urbanização.



Algumas das propostas apresentadas pelo urbanista Étienne De Gröer geraram algum debate, exemplo disso, é a proposta que este apresentou para as Cercanias da Catedral. De Gröer pretendia conservar no estado exterior em que se encontravam (quando realiza o Plano) o edifício da Catedral e as casas ao seu redor. Nesta parte do Plano, havia consenso entre o urbanista De Gröer e a Comissão Municipal de Estética, no que se referia ao alinhamento das casas situadas em frente à fachada Sul da Catedral. Mas, a proposta apresentada pela DGEMN propunha a abertura de uma praça retangular, que ia levar à destruição das velhas casas ao seu redor. Estas propostas apresentadas foram alvo de discussão, nas reuniões da Câmara acerca do Plano de Urbanização do urbanista De Gröer, tendo o Conselho Municipal aprovado a proposta apresentada pela DGEMN.

Já no que se refere à Avenida Marechal Gomes da Costa, o urbanista e a Comissão Municipal de Estética não se encontravam de acordo, tendo sido esta parte do Plano o ponto mais alto de discórdia entre De Gröer e a Comissão Municipal de Estética.

A CMB tinha um projeto para esta avenida, que passava pela construção de uma via de trinta metros de largura com um passeio central arborizado e com árvores de alinhamento. De Gröer não acordava com esta proposta apresentada, para o urbanista este projeto era desnecessário, pois esta não era uma via muito movimentada da cidade. O urbanista De Gröer apresentou um novo projeto para esta avenida, mas como uma parte do projeto da Câmara Municipal já estava executado, serviu-se deste projeto e modificou-o, reduzindo a largura de uma parte da via. Já a Comissão Municipal de Estética estava de acordo com a proposta apresentada pela CMB. Estas propostas apresentadas foram discutidas numa das reuniões do Conselho Municipal, que aprovou por unanimidade a proposta apresentada pela CMB para esta avenida.

De referir também que a proposta apresentada pelo urbanista Étienne de Gröer para a criação de uma piscina, atual Piscina da Ponte, no Parque da Ponte foi aprovada. Atualmente no grande Parque do Sul situa-se, a Piscina da Ponte, que foi a primeira piscina pública da cidade de Braga.

Sucedeu-lhe o Plano Parcial de Urbanização Sul de Braga de 1958, realizado pelo engenheiro Miguel Rezende. A área da cidade onde este interveio, foi indicada numa imagem do Plano de Urbanização elaborado por Étienne De Gröer. O engenheiro Miguel Rezende, apesar de se ter baseado no Plano de Urbanização de De Gröer aplicou, nas suas intervenções, um novo modelo de cidade inspirado na Carta de Atenas. Este novo modelo de cidade opunha-se ao modelo da cidade-jardim,



defendido por De Gröer, deixa de existir o quarteirão que é substituído por um novo modelo urbano, as unidades de habitação coletiva.

Mais tarde, em 1965 foi realizado o Plano Parcial de Urbanização entre a Rua da Taxa e a Futura Rodovia pelo arquiteto V.M. Geraldês Cardoso, que seguiu os princípios defendidos por De Gröer no seu Plano de Urbanização para a cidade de Braga, tendo seguido o modelo da cidade-jardim defendido por De Gröer e também a preferência pelo uso da habitação unifamiliar.

Em 1990, foi criada uma lei que obrigava a existência de um PDM aprovado, tendo como objetivo impulsionar a realização destes planos. O aparecimento destes primeiros Planos levou a uma mudança do Planeamento Urbano do país. A cidade de Braga teve o seu primeiro PDM em 1993, este foi elaborado pelo Gabinete de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal e aprovado em 1994. Atualmente, o PDM que se encontra em vigor, é o PDM que foi aprovado em 2015. Este tem como um dos elementos estratégicos, a reabilitação urbana, pretende-se condicionar o desenvolvimento urbano, através da possibilidade das novas intervenções se realizarem em áreas já urbanizadas. Com esta proposta pretendia-se reduzir a dispersão de habitações na área periférica da cidade, tendo também os perímetros urbanos sido redefinidos.

Foi com o urbanista Étienne de Gröer, que se começou a dar importância à conservação da fisionomia histórica e artística das cidades. As diretrizes apresentadas no seu Plano de Urbanização para a cidade de Braga estiveram muito presentes nos planos que se realizaram posteriormente. Mas, só na década de 70 é que se começou a ver, a influência deste Plano, na expansão para Sul da cidade, entre o velho centro histórico e a rodovia.

De Gröer realizou o Plano prevendo que, com a expansão da cidade nos próximos 30 a 50 anos, esta viria a ter um total de 60 000 habitantes. Mas a cidade cresceu mais do que De Gröer tinha previsto, pois passados cinquenta anos da realização do Plano, a cidade continha mais 30 535 habitantes que os inicialmente previstos por De Gröer. Com este crescimento da cidade, a zona Rural de contenção, proposta por De Gröer foi desmaterializada, tendo os limites de expansão definidos por De Gröer, sido ultrapassados.





## REFERÊNCIAS

### • Publicações Periódicas

O Minho. (2015, Julho 12). Arquitetos de todo o mundo vêm a Braga “só” para ver Mercado do Carandá. Acedido em 5 de junho de 2020, em <https://ominho.pt/arquitetos-de-todo-o-mundo-vem-a-braga-so-para-ver-mercado-do-caranda/>

Público. (2013, Fevereiro 4). Intervenção de Souto de Moura em antigo mercado de Braga ganha prémio de reabilitação. Acedido em 5 de junho de 2020, em <https://www.publico.pt/2013/02/04/p3/noticia/intervencao-de-souto-de-moura-em-antigo-mercado-de-braga-ganha-premio-de-reabilitacao-1816454>

### Correio do Minho

Abreu, L. (1948, Outubro 3). Braga de outros tempos. As muralhas medievais da cidade. Correio do Minho.

Braga, C. M. de. (1952, Fevereiro 22). Deliberações tomadas na sua reunião de ontem. Correio do Minho.

Coutinho, J. de M. (1937, Junho 23). «Recorda-se a obra notável da Comissão de Iniciativa de Turismo que muito fez para o progresso de Braga e referem-se os projetos da Comissão Municipal de Turismo.» - O Passado. Correio do Minho.

Coutinho, J. de M. (1949, Abril 29). A Catedral Românica de Braga. Correio do Minho.

Coutinho, M. (1933, Fevereiro 26). O problema citadino— Continuando a ouvir o arquitecto Moura Coutinho. Correio do Minho.

Coutinho, M. (1943, Maio 9). Á volta da Sé. Correio do Minho.

Coutinho, M. (1952, Fevereiro 17). Dois problemas de urbanização— II Mercado. Correio do Minho.

Estética. C. M. de. (1943, Maio 8). Uma carta da Comissão Municipal de Estética a propósito do ante-projecto de urbanização da cidade. Correio do Minho.

Feio, A. (1943, Maio 11). A questão da Sé e uma nova carta. Correio do Minho.

Martins, A. (1937, Junho 23). «Recorda-se a obra notável da Comissão de Iniciativa de Turismo que muito fez para o progresso de Braga e referem-se os projetos da Comissão Municipal de Turismo.» - O Presente. Correio do Minho.

Menezes, A. (1941, Fevereiro 14). A propósito da primeira sessão do Conselho Municipal e do plano de alinhamento do Rocio da Sé. Correio do Minho.

Menezes, A. (1941, Fevereiro 28). Atrás de um problema I. Correio do Minho.

Menezes, A. (1941, Março 1). Atrás de um problema II. Correio do Minho.

Menezes, A. (1941, Março 2). Atrás de um problema III. Correio do Minho.

Minho, C. do. (1937, Junho 23). O novo edifício da Comissão de Turismo. Correio do Minho.

Minho, do C. (1943, Fevereiro 12). A actividade do Municipio em 1942. Correio do Minho.

Minho, do C. (1943, Maio 11). Conselho Municipal – Prosseguiu ontem a discussão do plano de urbanização. Correio do Minho.

Minho, do C. (1943, Maio 13). Conselho Municipal - Em 3º reunião prosseguiu a discussão do Plano de Urbanização. Correio do Minho.

Minho, do C. (1952, Fevereiro 16). Em reunião do Conselho Municipal o Presidente da Câmara expôs o Relatório das actividades municipais em 1951, coroação de uma vastíssima obra a que a cidade vem assistindo nos últimos anos. Correio do Minho.

Minho, do C. (1952, Fevereiro 19). A cidade de Braga espera do sr. Ministro das Obras Públicas, que hoje nos visita, a solução entre outros problemas, da mudança do Mercado Municipal. Correio do Minho.

Minho, C. do. (1961, Janeiro 5). A homenagem ao Sr. Presidente do Município. Correio do Minho.

Ramalhete, J. (1971). Urbanística bracarense. Correio do Minho.

- **Capítulos de Livros / Artigos em Revistas**

André, P. (2015). As cidades da cidade. Lisboa na primeira metade do séc. XX: nova Lisboa (1936) e Lisboa nova (1948). *Urbana: Revista Electronica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, 7(10), 89–106.

Bandeira, M. M. (2000). D. Diogo de Sousa, o urbanista – leituras e textos de uma cidade refundada. *Bracara Augusta, Braga*, XLIX (103 (116)), 19 – 56.

Bandeira, M. M. (2001). Braga sob o ideal da “cidade-jardim”. De Gröer e o planeamento urbano de Braga na década de 1940. “*Bracara Augusta*”, Braga, L (104-105 (117-118)), 63-96.

Bandeira, M. S. de M. (2005). António Augusto, anfitrião de Braga. Ensaio dramatizado da cidade de, e para além de, o comendador. *Universidade do Minho. Separata de Forum, Braga*, 38, Julho-Dezembro, 117 – 135.

Bandeira, M. M. & Pereira, F. (2017). Regeneração Urbana e Espaço Público: Renovados desafios para o Centro Histórico de Braga. In J. Teixeira (Org.) *Espaços, culturas urbanas e contemporaneidade*. U. Minho: Edições Húmus, 75-110.

Brito, V.; Camarinhas, C. T. F. (2007). Trabalho preparatório do Plano Diretor de 1938/48 “Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da cidade de Lisboa (1938)”. In *Cadernos do Arquivo Municipal N°9*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa/Empresa Municipal. ISSN: 0873-9870, 162-190.

Campos, V., Ferrão J. (2015). O ordenamento do território em Portugal: Uma perspetiva genealógica. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa-Laboratório Associado. ICS - Working Papers.

Carvalho, A. (2016). Discursos hegemónicos sobre a cidade: «desenvolvimento» e «crescimento verde» em Braga. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 33, 32 – 49.

Dias, J. C. (2015). A Avenida de Sta. Cruz, em Coimbra: entre a modernidade e a nostalgia. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, (31), 131-147. <https://dx.doi.org/10.15847/citiescommunitiesterritories.dec2015.031.art09>

Gröer, Étienne de, (1945-46) “Introdução ao urbanismo”. In *Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização*, 1º Volume. Lisboa: Gráfica Santelmo, 17-86.

Lemos, F. de S. (1995). Caminhos e Muralhas de Braga. Braga: Universidade do Minho, *Separata de Forum* (18), 49 – 62.

Lemos, F. de S. (2003). Bracara Augusta: Periferia Imediata. Braga: Universidade do Minho, Separata de Forum (33), 11 – 25.

Macedo, A. M. C. (2016). As elites sociopolíticas e os protagonistas de mudança em Braga nos primórdios do século XX. IV Jornadas Doutorais Comunicação e Estudos Culturais, Braga CECS, Universidade do Minho, 58 – 80.

Martins M; Ribeiro M. do C. (2013). Evolução da paisagem urbana: Transformação morfológica dos tecidos históricos. (CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» IEM – Instituto de Estudos Medievais (FCSH – Universidade Nova de Lisboa)), 11 – 40.

Monteiro, M. F., Tereno, M. do C. S., & Tomé, M. M. J. (2014). Utopia and reality: from Étienne de Gröer to the late 20th century. Évora, Portugal. Obtido de: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/13929>

Oliveira, E. P. de. (2005). A difícil dialéctica entre o passado e a modernidade: Braga.1925-1950. Universidade do Minho. Separata de Forum, Braga, 38, Julho-Dezembro, 81-116.

Oliveira, V; Pinho, P; Batista, L; Patatas, T e Monteiro, C. (2014). Utopia and Reality: From Etienne de Gröer to the late 20th century. Évora, Portugal. FEUP, Porto.

Ribeiro, M. C. (2009/2010). A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna. Síntese de resultados. Universidade do Minho, Forum (44–45), 179-201.

Ribeiro M. do C.; Melo A. S. (2012). Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia. (CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»), 29-67;147-159.

Ribeiro, M. do C.; Melo, A. S. (2014). Evolução da Paisagem Urbana: Cidade e Periferia. Porto CICTEM - Centro de Investigação Transdisciplinar, Cultural, Espaço e Memória, 82 – 90.

Ribeiro, M. do C. (2017). Construir la Memoria de la Ciudad: Espacios, poderes e identidades (XII-XIV). III, La ciudad y su discurso. A (re) construção da paisagem urbana medieval de Braga: Arquiteturas, Espaços, e Memória. Universidad de León, 9 – 40.

Rossa, W. (2008). Lisboa 1758: O plano da baixa hoje, Catálogo da Exposição. No 1º Plano. Câmara Municipal de Lisboa, 24 – 69.

Teles, V., & Laranjeira, M. M. (2004). Alterações da dinâmica biofísica decorrente da recente expansão urbana no concelho de Braga. Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa " Portugal: territórios e protagonistas". APG e Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Guimarães.

Ultramari C.; Vianna F.; Firmino, R. (2018). Camillo Sitte e Le Corbusier: Colisão de críticas e aproximação de princípios. Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (15), 481–503.

- **Dissertações de Mestrado ou Doutoramento**

Alves, T. D. M. (2009). A Estrutura ecológica urbana no modelo da rede estruturante da cidade. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro.

Amaro, J. M. (2016). Rodovia de Braga: Reintegração da Infraestrutura na Cidade. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho.

Faria, J. M. S. (2000). Étienne de Gröer Urbaniste à la ville de Coimbra. Dissertação de Doutoramento. Université de Paris i Panthéon - sorbonne, Paris, França.

Galvão, M. T. O. (2019). Étienne De Gröer e o Plano de Almada. Dissertação de Mestrado. FCTUC.

Martins, D. de O. (2016). O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização? Núcleos muralhados: Património e desenvolvimento urbano (1930—1970). Dissertação de Mestrado. FCTUC.

Martins, R. M. M. (2010). João de Moura Coutinho de Almeida d'Eça (1872 – 1954). Dissertação de Mestrado. FLUP.

Melo, S. J. R. de M. e. (2013). Telheiras: Conteúdo e Continente. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior Técnico de Lisboa.

Natividade, J. D. L. da. (2014). Pólos, linhas e a 2a Circular. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura.

Oliveira M. E.; Costa S.; Sousa. P. O. (2017). Braga e a colina das várias cidades. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho.

Pinho, R. D. (2007). Regeneração e elementos culturais: Desenho Urbano e autenticidade em contexto de globalização. Dissertação de Mestrado. FAUTL.

Pires, M. C. (2012) O Ateliê de Arquitetura/Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins, Visibilidade da Memória. Dissertação de Doutoramento. Fac. de Letras da Univ. do Porto.

Rainha, Eduardo Faustino. (2013). Planeamento urbano e a habitação colectiva em Olivais Norte 1955-1964: A implementação do modelo urbanístico da Carta de Atenas. Dissertação de Mestrado. Universidade Lusíada.

Relvão, M. I. B. (2014). Urbanismo Antes dos Planos: 1834-1934, Volume II. Dissertação de Doutoramento. FCTUC, 38.

Ribeiro, M. do C. F. (2008). Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Minho, 315-550.

Silva, A. R. P. da. (2012). «Limen»—A soleira: Estudo do espaço de transição interior/exterior da habitação relações sociais e identidade. Dissertação de Mestrado. FAUTL.

Simões, L. M. da C. (2008). Cidade jardim em Coimbra Bairro Norton de Matos e Solum. Prova final de Licenciatura em Arquitetura, Universidade de Coimbra.

- **Planos de Urbanização - Braga**

Braga, C. M. de. (1993). Plano Diretor Municipal de Braga (1º versão). Câmara Municipal de Braga; DGOTDU.

Cardoso, V. M. G. (1965). Plano Parcelar de Urbanização entre a Rua da Taxa e Futura Rodovia (Braga). Câmara Municipal de Braga; DGOTDU.

Gröer, E. de, (1943). Plano de Urbanização, Alargamento e Embelezamento da cidade de Braga. Biblioteca Pública de Braga, 1-30.

Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, – Anteprojeto B, Legislação C DGT

Rezende, M. (1958). Plano Parcial de Sul de Braga. DGOTDU.

Rezende, M. (1963). Plano Parcial de Urbanização em torno do Prolongamento da Rodovia (1ª fase). Câmara Municipal de Braga; DGOTDU.

- **Livros**

Costa, L. (1985). Braga - Roteiro Monumental e Histórico do Centro Cívico (Câmara Municipal de Braga). Correio do Minho.

Lamas, J. R. G. (2011). Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lôbo, M. S. (1995). Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco, DGOTDU, FAUP, Portugal.

Martins, A. (1971). Braga antiga. Porto: Rosa Martins.

Oliveira, E., Moura E. S. e Mesquita, J. (1982) Braga – evolução da estrutura urbana. Câmara Municipal de Braga.

Passos, J. M. da S. (1996). O bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Braga. Lisboa, Caminho.

Pereira, A. M. M. de S. (1999). Carlos Alberto Ferreira de Almeida: In memoriam. Do Campo de Santana ao caminho novo para o Bom Jesus do Monte Carvalho. A casa térrea no século XVIII em Braga. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Vol. II, 187-193.

Pinto, S. da S. (1959). Braga na história. Elementos para o seu estudo (Separata do «Guia de Braga»). Câmara Municipal de Braga.

Santos, L. dos. (1983). Plano de Urbanização para a Cidade De Coimbra. Coimbra: Museu Nacional Machado de Castro.

- **Outras Fontes Documentais**

Divisão de Renovação Urbana da CMB. (2001). Braga: Reabilitação do Centro Histórico. Câmara Municipal de Braga. Braga.

DGOTDU. (2015). Ficha de dados estatísticos de Plano Diretor Municipal. Braga.

Oliveira, E. P. de. (1999). Monografia da Freguesia de José de S. Lázaro. Junta de Freguesia de S. Lázaro, Braga, 1-30.

Quatenaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento, S.A. (2016). Projeto de alteração da ARU de Braga Sul e de Delimitação das ARU Braga Norte e Braga Nascente. Memória Descritiva. Braga.

Sampayo, M. T.; Marat-Mendes, T. (2014). Actas do IV Congresso de História da Arte Portuguesa em Homenagem a José-Augusto França Sessões Simultâneas (2.a edição revista e aumentada). APHA – Associação Portuguesa de Historiadores da Arte.

Vereação de planeamento, ordenamento e urbanismo. (2019, Julho). Relatório - Revisão PDM Maio 2015 (Anexo 1) [Nota jurídica]. Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana; Câmara Municipal de Braga.

- **Websites consultados Online**

Braga, C. M. de. (2017, Janeiro 4). Novo Mercado Municipal apresentado aos comerciantes. Acedido em 5 de junho de 2020, em <https://www.cm-braga.pt/pt/0201/home/noticias/item/item-1-5059>

ELopes. Braga de A a Z - Alfarrábios de Braga e seu termo (2012, Julho 24). Hotel Aliança na Av. Da Liberdade em 1933. Acedido em: 5 de maio de 2020, em <http://alfarrabiosdebraga.blogspot.com/2012/07/hotel-alianca-na-av-da-liberdade-em-1933.html>

Gabinete de Organização e Projetos. (2004). Escola de Música do Mercado Cultural do Carandá. Acedido em 10 de julho de 2020, em <http://gop.pt/projecto-detalle.php?projecto=302&catProj=6&ordem=7>

Getbus. (2012). Estádio Municipal de Braga. Acedido em: 15 de junho de 2020, em <https://www.getbus.eu/pt/estadio-braga/>

Rodrigues, V. F. (2019). Via Pedonal Ciclável do Rio Este. Acedido em 1 de junho de 2020, em <http://www.ciclovias.pt/ciclovias/1norte/2braga/braga/b11020103.php>

We Braga. Estádio Municipal de Braga. Acedido em: 15 de junho de 2020, em <https://webraga.pt/visitar/monumentos/estadio-municipal-de-braga/>



## **FONTES DE IMAGENS**

**Figura 1** - Ribeiro M. C.; Melo A. S. (2012). *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*. (CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»), p.39.

**Figura 2** - Martins M; Ribeiro M. do C. (2013). *Evolução da paisagem urbana: Transformação morfológica dos tecidos históricos*. (CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» IEM – Instituto de Estudos Medievais (FCSH – Universidade Nova de Lisboa)), p.23.

**Figura 3** - Ribeiro M. C.; Melo A. S. (2012). *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*. (CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»), p.148.

**Figura 4** - Ribeiro, M. C. (2009/2010). *A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna. Síntese de resultados*. Universidade do Minho, Fórum (44–45), p.413.

**Figura 5** - Ribeiro, M. do C. (2017). *Construir la Memoria de la Ciudad: Espacios, poderes e identidades (XII-XIV)*. III, La ciudad y su discurso. A (re) construção da paisagem urbana medieval de Braga: Arquiteturas, Espaços, e Memória. Universidad de León, p.24.

**Figura 6** - Martins, A. (1971). *Braga antiga*. Porto: Rosa Martins.

**Figura 7** - Ribeiro M. C.; Melo A. S. (2012). *Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia*. (CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»), p.154

**Figura 8** - Martins, A. (1971). *Braga antiga*. Porto: Rosa Martins.

**Figura 9** - Passos, J. M. da S. (1996). *O bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Braga*. Lisboa, Caminho p.107.

**Figura 10** - Bandeira, M. M. (2000). *D. Diogo de Sousa, o urbanista – leituras e textos de uma cidade refundada*. Bracara Augusta, Braga, XLIX (103 (116)), p.45.

**Figura 11** - Bandeira, M. M. (2000). *D. Diogo de Sousa, o urbanista – leituras e textos de uma cidade refundada*. Bracara Augusta, Braga, XLIX (103 (116)), p.48.

**Figura 12** - Oliveira M. E.; Costa S.; Sousa. P. O. (2017). *Braga e a colina das várias cidades*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, p.37.

**Figura 13** - Ribeiro, M. do C. F. (2008). Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Minho, p.520.

**Figura 14** - Passos, J. M. da S. (1996). O bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Braga. Lisboa, Caminho p.95.

**Figura 15** - Passos, J. M. da S. (1996). O bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Braga. Lisboa, Caminho, p.69.

**Figura 16** - Oliveira, E., Moura E. S. e Mesquita, J. (1982) Braga – evolução da estrutura urbana. Câmara Municipal de Braga, p.41.

**Figura 17** - Passos, J. M. da S. (1996). O bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Braga. Lisboa, Caminho, p.71.

**Figura 18** - Oliveira, E., Moura E. S. e Mesquita, J. (1982) Braga – evolução da estrutura urbana. Câmara Municipal de Braga, p.35.

**Figura 19** - Passos, J. M. da S. (1996). O bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Braga. Lisboa, Caminho, p.78.

**Figura 20** - Passos, J. M. da S. (1996). O bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Braga. Lisboa, Caminho, p.118.

**Figura 21** – Foto do autor.

**Figura 22** - Oliveira, E., Moura E. S. e Mesquita, J. (1982) Braga – evolução da estrutura urbana. Câmara Municipal de Braga, p.56.

**Figura 23** - Quaternaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento, S.A. (2016). Projeto de alteração da ARU de Braga Sul e de Delimitação das ARU Braga Norte e Braga Nascente. Memória Descritiva. Braga, p.37.

**Figura 24** - Faria, J. M. S. (2000). Étienne de Gröer Urbaniste à la ville de Coimbra. Dissertação de Doutoramento. Université de Paris i Panthéon - sorbonne, Paris, França, p.3.5.

**Figura 25** - Galvão, M. T. O. (2019). Étienne De Gröer e o Plano de Almada. Dissertação de Mestrado. FCTUC, p.44.

**Figura 26** - Lôbo, M. S. (1995). Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco, DGOTDU, FAUP, Portugal, p.78.

**Figura 27** - Gröer, Étienne de, (1945-46) “Introdução ao urbanismo”. In Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, 1º Volume. Lisboa: Gráfica Santelmo, p.26.

**Figura 28** – Natividade J. D. L. da (2014). Polos, linhas e a 2a Circular. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, p.3.

**Figura 29** - Gröer, Étienne de, (1945-46) Introdução ao urbanismo. In Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, 1º Volume. Lisboa Gráfica Santelmo, p.59.

**Figura 30** - Melo, S. J. R. de M. e. (2013). Telheiras: Conteúdo e Continente. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior Técnico de Lisboa, p.20.

**Figura 31** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT.

**Figura 32** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, – Anteprojecto B, DGT, p.44.

**Figura 33** – Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, – Legislação C, DGT, p.3.

**Figura 34** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, – Legislação C, DGT, p.13.

**Figura 35** - Gröer, E. de, (1943). Plano de Urbanização, Alargamento e Embelezamento da cidade de Braga. Biblioteca Pública de Braga, p.20.

**Figura 36** – Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.

**Figura 37** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT.

**Figura 38** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT.

**Figura 39** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT.

**Figura 40**- Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT.

**Figura 41** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT.

**Figura 42** - Gröer, E. de, (1943). Plano de Urbanização, Alargamento e Embelezamento da cidade de Braga. Biblioteca Pública de Braga.

**Figura 43** - Faria, J. M. S. (2000). Étienne de Gröer Urbaniste à la ville de Coimbra. Dissertação de Doutoramento. Université de Paris i Panthéon - sorbonne, Paris, França, p.3.23.

**Figura 44** – Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.

**Figura 45** - Passos, J. M. da S. (1996). O bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Braga. Lisboa, Caminho, p.31.

**Figura 46** – Ribeiro, M. do C. F. (2008). Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Minho, p.321; Ribeiro, M. C. (2009/2010). A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna. Síntese de resultados. Universidade do Minho, Fórum (44–45), p.413 - editada pelo autor.

**Figura 47** - Gröer, E. de, (1943). Plano de Urbanização, Alargamento e Embelezamento da cidade de Braga. Biblioteca Pública de Braga e editada pelo autor.

**Figura 48** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga – Anteprojecto B, DGT.

**Figura 49** - Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.

**Figura 50** - Passos, J. M. da S. (1996). O bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Braga. Lisboa, Caminho, p.31.

**Figura 51** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.

**Figura 52** – Foto do autor.

**Figura 53** – Foto do autor.

**Figura 54** – : Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT.

**Figura 55** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.

**Figura 56** - Passos, J. M. da S. (1996). O bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Braga. Lisboa, Caminho, p.90.

**Figura 57** - Oliveira, E., Moura E. S. e Mesquita, J. (1982) Braga – evolução da estrutura urbana. Câmara Municipal de Braga p.56.

**Figura 58** – Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, – Anteprojetos B, DGT.

**Figura 59** - Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.

**Figura 60** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.

**Figura 61** - J. M. da S. (1996). O bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Braga. Lisboa, Caminho, p.101.

**Figura 62** – Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.

**Figura 63** – Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.

**Figura 64** - Ribeiro, M. do C. F. (2008). Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Minho, p.520.

**Figura 65** - Gröer, E. de, (1943). Plano de Urbanização, Alargamento e Embelezamento da cidade de Braga - Relação. Biblioteca Pública de Braga.

**Figura 66** - Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.

**Figura 67** – Oliveira M. E.; Costa S.; Sousa. P. O. (2017). Braga e a colina das várias cidades. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, p.38.

**Figura 68** - Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.

**Figura 69** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.

**Figura 70** – Coutinho, J. de M. (1937, Junho 23). «Recorda-se a obra notável da Comissão de Iniciativa de Turismo que muito fez para o progresso de Braga e referem-se os projetos da Comissão Municipal de Turismo.» - O Passado. Correio do Minho.

**Figura 71** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT.

**Figura 72** – Gröer, E. de, (1943). Plano de Urbanização, Alargamento e Embelezamento da cidade de Braga. Biblioteca Pública de Braga e editada pelo autor.

**Figura 73** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.

**Figura 74** - Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.

**Figura 75** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT.

**Figura 76** - Gröer, E. de, (1943). Plano de Urbanização, Alargamento e Embelezamento da cidade de Braga. Biblioteca Pública de Braga.

**Figura 77** - Ribeiro M. C.; Melo A. S. (2012). Evolução da Paisagem Urbana: Sociedade e Economia. (CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»), p.148.

**Figura 78** - Pires, M. C. (2012) O Ateliê de Arquitetura/Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins, Visibilidade da Memória. Dissertação de Doutoramento, Fac. de Letras da Univ. do Porto, p.28.

**Figura 79** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.

**Figura 80** - Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.

**Figura 81** – Bandeira, M. M. (2000). D. Diogo de Sousa, o urbanista – leituras e textos de uma cidade refundada. Bracara Augusta, Braga, XLIX (103 (116)), p.38.

**Figura 82** – Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT,p.39.

**Figura 83** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.

**Figura 84** – Oliveira, E. P. de. (1999). Monografia da Freguesia de José de S. Lázaro. Junta de Freguesia de S. Lázaro, Braga, p.15.

**Figura 85** – Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.

**Figura 86** – Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.

**Figura 87** – Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT.

**Figura 88** – Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.

**Figura 89** - Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.

**Figura 90** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.

**Figura 91** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.

**Figura 92** – Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT.

**Figura 93** – Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT.

**Figura 94** - Faria, J. M. S. (2000). Étienne de Gröer Urbaniste à la ville de Coimbra. Dissertação de Doutoramento. Université de Paris i Panthéon - sorbonne, Paris, França, p.3.23.

**Figura 95** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.

**Figura 96** - Gröer, E. de, (1943). Plano de Urbanização, Alargamento e Embelezamento da cidade de Braga. Biblioteca Pública de Braga.

**Figura 97** - Gröer, E. de, (1943). Plano de Urbanização, Alargamento e Embelezamento da cidade de Braga. Biblioteca Pública de Braga.

**Figura 98** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.

**Figura 99** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.

**Figura 100** - Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.

**Figura 101**- Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.

**Figura 102** - Lôbo, M. S. (1995). Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco, DGOTDU, FAUP, Portugal, p.83.

**Figura 103** – Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.

**Figura 104** - Rezende, M. (1958). Plano Parcial de Sul de Braga. DGOTDU.

**Figura 105** - Rezende, M. (1958). Plano Parcial de Sul de Braga. DGOTDU e editada pelo autor.

**Figura 106** - Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.

**Figura 107** - Rezende, M. (1958). Plano Parcial de Sul de Braga. DGOTDU.

**Figura 108** - Rezende, M. (1963). Plano Parcial de Urbanização em torno do Prolongamento da Rodovia (1ªfase). Câmara Municipal de Braga; DGOTDU.

**Figura 109** - Rezende, M. (1963). Plano Parcial de Urbanização em torno do Prolongamento da Rodovia (1ªfase). Câmara Municipal de Braga; DGOTDU, pp.3-4.

**Figura 110** - Cardoso, V. M. G. (1965). Plano Parcelar de Urbanização entre a Rua da Taxa e Futura Rodovia (Braga). Câmara Municipal de Braga; DGOTDU.

**Figura 111** - Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.

**Figura 112** - Quaternaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento, S.A. (2016). Projeto de alteração da ARU de Braga Sul e de Delimitação das ARU Braga Norte e Braga Nascente. Memória Descritiva. Braga, p.38.

**Figura 113** - Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.

**Figura 114** - Vereação de planeamento, ordenamento e urbanismo. (2019, Julho). Relatório - Revisão PDM Maio 2015 (Anexo 1) [Nota jurídica]. Divisão de Planeamento, Revitalização e Regeneração Urbana; Câmara Municipal de Braga, p.32.

**Figura 115** – Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.

**Figura 116** - Braga, C. M. (1993). Plano Diretor Municipal de Braga (1ª versão). Câmara Municipal de Braga; DGOTDU.

**Figura 117** - Divisão de Renovação Urbana da CMB. (2001). Braga: Reabilitação do Centro Histórico. Câmara Municipal de Braga. Braga.

**Figura 118** – We Braga. Estádio Municipal de Braga. Acedido em 15 de junho de 2020, em <https://webraga.pt/visitar/monumentos/estadio-municipal-de-braga/>

**Figura 119** – Imagem do autor, fonte: DGOTDU. (2015). Ficha de dados estatísticos de Plano Diretor Municipal. Braga.

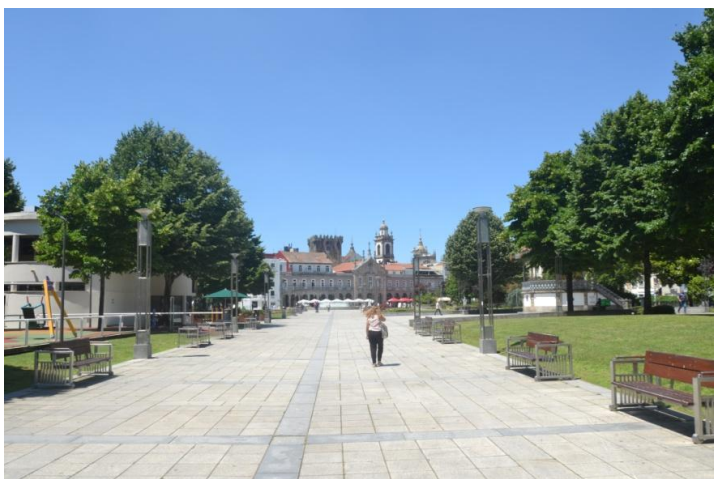


**Figura 120** - Rodrigues, V. F. (2019). Via Pedonal Ciclável do Rio Este. Acedido em 1 de junho de 2020, em <http://www.ciclovias.pt/ciclovias/1norte/2braga/braga/b11020103.php>



## ANEXOS

### Anexo A – Fotografias Antigas e Atuais



A 1 – Fotografia da Avenida Central.

Fonte: Fotos do autor.



A 2 - Igreja de S. Victor.

Fonte: Oliveira, E., Moura E. S. e Mesquita, J. (1982) Braga – evolução da estrutura urbana. Câmara Municipal de Braga, p.35.



A 3 – Campo das Hortas.

Fonte: Martins, A. (1971). Braga antiga. Porto: Rosa Martins.



A 4 – Fotografia do Jardim Santa Bárbara.

Fonte: Foto do autor.



A 5 – Fachada principal da Sé Catedral, Rossio da Sé atualmente.

Fonte: Fotos do autor.



A 6 - Igreja e Convento do Pópulo reedificado nos finais do Séc. XVIII segundo risco de Carlos Amarante.

Fonte: Oliveira, E., Moura E. S. e Mesquita, J. (1982) Braga – evolução da estrutura urbana. Câmara Municipal de Braga, p.43.



A 7 – Igreja do Pópulo e Quartel de Infanteria (191?). A construção da igreja deve-se ao arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus (1537-1609) e a fachada atual foi delineada no século XVIII por Carlos Amarante.

Fonte: J. M. da S. (1996). O bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Braga. Lisboa, Caminho, p.97.



A 8 - Praça do Conde de Agrolongo (193?).

Fonte: J. M. da S. (1996). O bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Braga. Lisboa, Caminho, p.96.



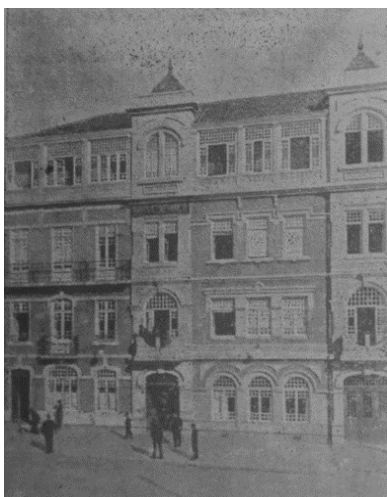
A 9 – Praça do Conde de Agrolongo – Mercado Temporário.

Fonte: Fotos do autor.



A 10 - Novo Mercado Municipal apresentado aos comerciantes.

Braga, C. M. de. (2017, Janeiro 4). Novo Mercado Municipal apresentado aos comerciantes. Acedido em 5 de junho de 2020, em <https://www.cm-braga.pt/pt/0201/home/noticias/item/item-1-5059>



A 11 – Antigo Hotel Aliança 1933, dava alojamento aos artistas do Teatro do Circo.

Fonte: ELopes. Braga de A a Z - Alfarrábios de Braga e seu termo (2012, Julho 24). Hotel Aliança na Av. Da Liberdade em 1933. Acedido em: 5 de maio de 2020, em <http://alfarrabiosdebraga.blogspot.com/2012/07/hotel-alianca-na-av-da-liberdade-em-1933.html>



A 12 – Avenida Marechal Gomes da Costa – Casas destinadas a serem demolidas, das quais uma tem 29 metros de fachada.

Fonte: Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, – Anteprojecto B, DGT.



A 13 – Avenida da Liberdade (Avenida Marechal Gomes da Costa), Monte do Picoto ao fundo.

Fonte: Foto do autor.



A 14 – Estádio 1º de Maio, inaugurado em 1951.

Fonte: Oliveira, E. P. de. (1999). Monografia da Freguesia de José de S. Lázaro. Junta de Freguesia de S. Lázaro, Braga, p.15.



A 15 – Passeio Público (19??).

Fonte: Passos, J. M. da S. (1996). O bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Braga. Lisboa, Caminho, p.110.



A 16 – Vista Geral Avenida Central (194?).

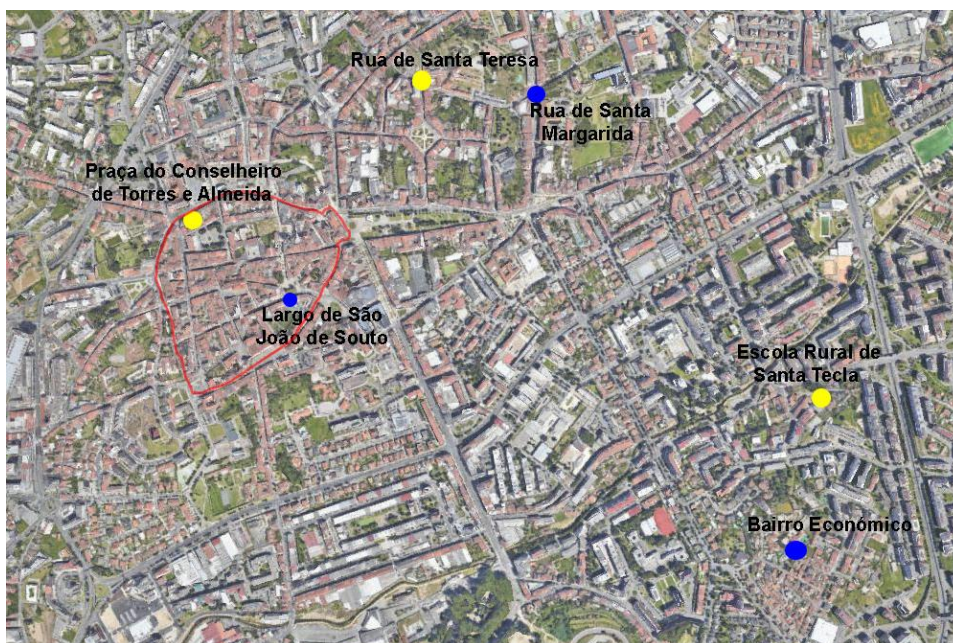
Fonte: Passos, J. M. da S. (1996). O bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Braga. Lisboa, Caminho, p.31.





A 17 – Fotografia da Igreja dos Congregados.

Fonte: Foto do autor.



A 18 - Vista aérea atual da localização das escolas que conserva, a pedido da Câmara Municipal.

Fonte: Imagem retirada do Google Earth Pro e editada pelo autor.



A 19 – Renovação Urbanística da Praça da República e Largo Barão de S. Martinho (antes e depois), 1995.

Fonte: Divisão de Renovação Urbana da CMB. (2001). Braga: Reabilitação do Centro Histórico. Câmara Municipal de Braga. Braga.



A 20 - Via Pedonal Ciclável do rio Este.

Fonte: Rodrigues, V. F. (2019). Via Pedonal Ciclável do Rio Este. Acedido em 1 de junho de 2020, em <http://www.ciclovia.pt/ciclovias/1norte/2braga/braga/b11020103.php>

## **Anexo B – Documentos de arquivo relacionados com os Planos analisados**

### **B 1 - Resumo de Documentos.**

O Plano de urbanização, de alargamento e embelezamento da cidade de Braga está datado pela DGT de 1944 e é datado pela BPB de 1943. As peças desenhadas encontram-se todas datadas de 1942, mas a data em que o urbanista submeteu o Plano à apreciação da CMB é de 20/07/1941 (Bandeira, 2001, p.68), entregue em língua francesa. O que indica que talvez as peças desenhadas tenham sido entregues mais tarde. E possivelmente o urbanista ainda deve ter realizado correções/ alterações nos documentos, entre 1942-46, aquando da tradução do Plano que ocorreu em 1946.

Por exemplo, o documento disponível na BPB encontra-se datado de 1943 e na capa o urbanista escreve “bosquejo”, ou seja, esquisso do Plano. Talvez seja uma 1º versão do Plano e, em 1944, tenha entregue uma 2º versão do Plano com as correções feitas, pois neste documento de 1944, disponível na DGT, encontram-se partes corrigidas e escritas à mão pelo próprio urbanista. No fim deste mesmo documento, encontra-se assinado pelo próprio Étienne de Gröer com a data de tradução do documento de 16/01/1946.

O documento disponível na Biblioteca Pública de Braga (1943) encontra-se dividido em três capítulos: I – Análise do Estado Atual (escrito em português); II- Bases do Plano de Urbanização (escrito em português); III – Descrição do Bosquejo (escrito em português). Neste documento existem algumas partes da descrição do Plano escritas em língua francesa. Contém também algumas peças desenhadas (Gröer, E. de, (1943). Plano de Urbanização, Alargamento e Embelezamento da cidade de Braga. Biblioteca Pública de Braga).

O Plano disponível na DGT (1944) é composto pelo:

- Anteprojeto B
- O Legislação C
- 12 Peças Desenhadas:

- A Planta de Urbanização do Plano foi entregue em Oeiras, em setembro 1942 à escala 1/2000 (um ano após ter realizado o contrato com a CMB e o ter submetido a apreciação da CMB)

- Arranjo da Arcada e Alargamento da Rua do Castelo entregue à escala 1/500

- Arranjo da Zona do Antigo Castelo entregue em Oeiras, em setembro 1942 à escala 1/500
- Largo de Maximinos - Arranjo apresentado pela Câmara Municipal entregue à escala 1/500
- Largo de Maximinos entregue em Oeiras, setembro 1942 à escala 1/500
- Planta Cadastral entregue à escala 1/250
- Planta do Arranjo Parcial entre a Praça Conde de Agrolongo e a Rua do Souto entregue à escala 1/500
- Planta do Largo São João do Souto entregue em Oeiras, setembro 1942 à escala 1/500
- Projeto de Alargamento do Rossio de Trás da Sé entregue em Oeiras, Setembro 1942 à escala 1/500
- Projeto de Urbanização e Iluminação da Avenida Marechal Gomes da Costa da Câmara Municipal de Braga entregue à escala 1/500
- Transformação da Avenida Marechal Gomes da Costa - 2º Projeto foi entregue em Oeiras, Setembro 1942 à escala 1/500
- Tabela dos Perfis Transversais - tipo das Ruas foi entregue em Oeiras, Setembro 1942 à escala 1/200

(Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, – Anteprojecto B, Legislação C,DGT)

## B 2 - Parecer da Comissão Municipal de Estética em relação ao Plano de Urbanização de Étienne de Gröer.

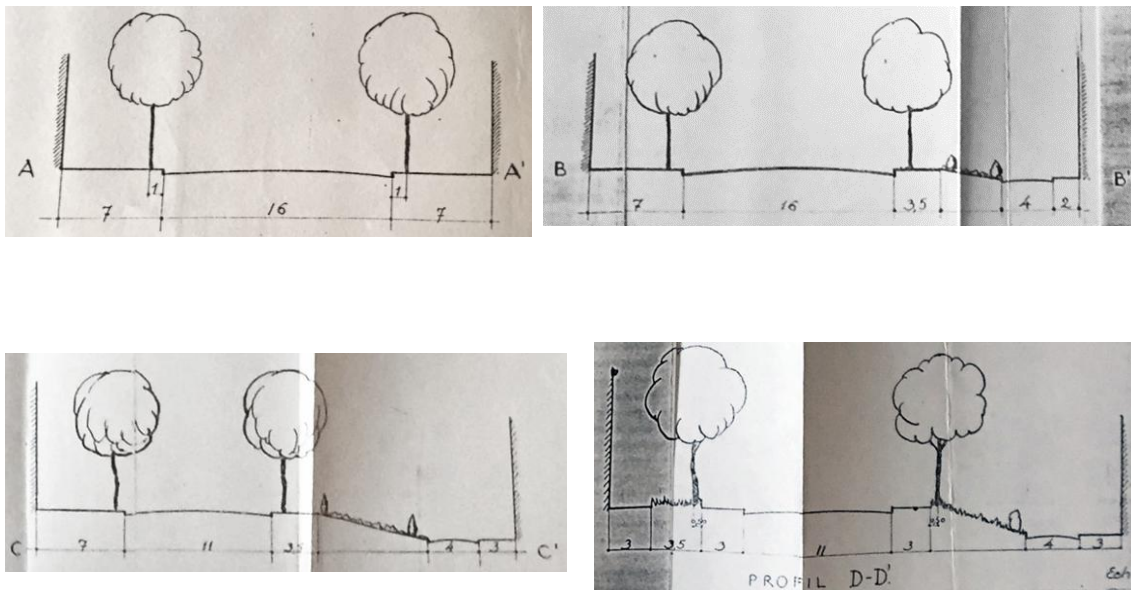
A Comissão Municipal de Estética era uma entidade, composta por engenheiros, arquitetos e críticos de arte, que auxiliava e dava orientações ao desenvolvimento da cidade. Propunha novas intervenções na cidade com o objetivo resolver e antever os problemas resultantes da sua expansão, pois no século XIX a cidade ainda não dispunha de nenhum Plano de Urbanização (Macedo, 2016, pp.58,66). Estas propostas eram apresentadas à Câmara Municipal “que aprovaria ou, de comum acordo, alteraria neste ou naquele ponto” (Coutinho, 1933, fevereiro 26).

Esta entidade apresentou um parecer em relação ao Plano de Urbanização de Étienne de Gröer para a cidade de Braga. Foi o arquiteto João Moura Coutinho, que elaborou o documento de 41 páginas em relação ao Plano apresentado pelo urbanista De Gröer e, este foi analisado na reunião da respetiva Comissão a 15/03/1943. João Moura Coutinho apresentou um documento onde elogia o plano, mas também o critica em vários aspetos (Martins, 2010, p.18).



B 3 – Fragmento da Planta de Urbanização do Anteplano de Urbanização de Braga, de Étienne de Gröer, onde mostra a Avenida Marechal Gomes da Costa (zona de habitação h/3, a azul) e a Avenida 31 de Janeiro, 1/2000,1942.

Fonte: Gröer, E. de, (1944) Anteplano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.



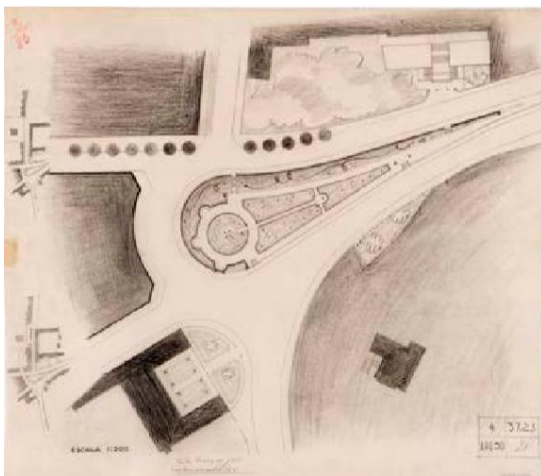
B 4 – Perfis 1/200 Avenida da Liberdade.

Fonte: Gröer, E. de, (1943). Plano de Urbanização, Alargamento e Embelezamento da cidade de Braga. Biblioteca Pública de Braga.



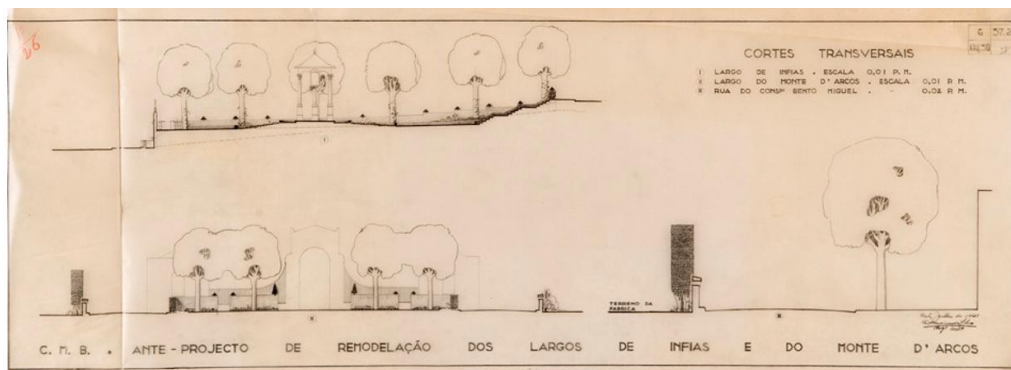
B 5 - Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga, de Étienne de Gröer, onde mostra o Largo de Maximinos, 1/2000,1942.

Fonte: Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.



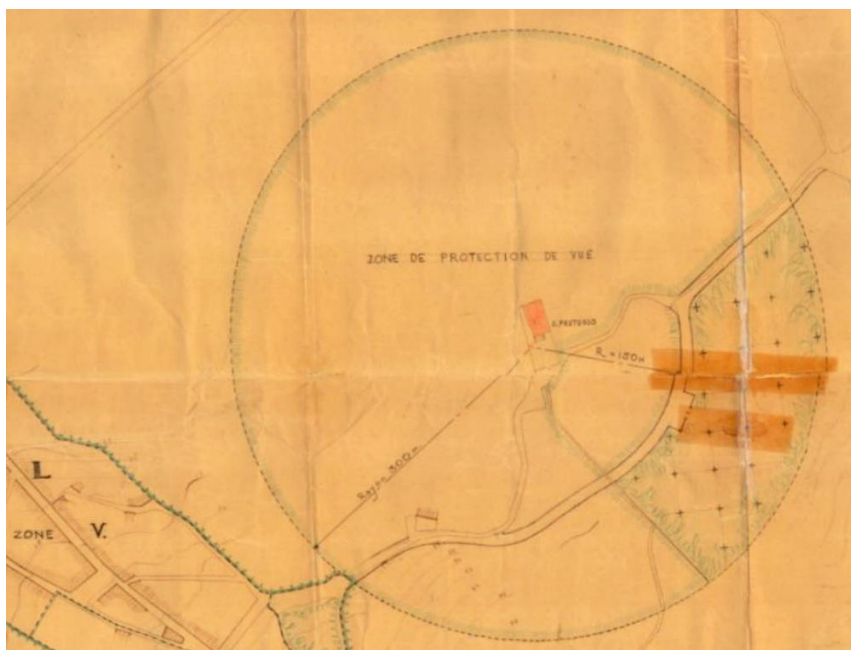
B 6 - Largo de Infias, do Anteprojecto de remodelação dos Largos de Infias e de Monte d'Arcos, 1941.

Fonte: Pires, M. C. (2012) O Ateliê de Arquitetura/Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins, Visibilidade da Memória. Dissertação de Doutoramento. Fac. de Letras da Univ. do Porto, p.28.



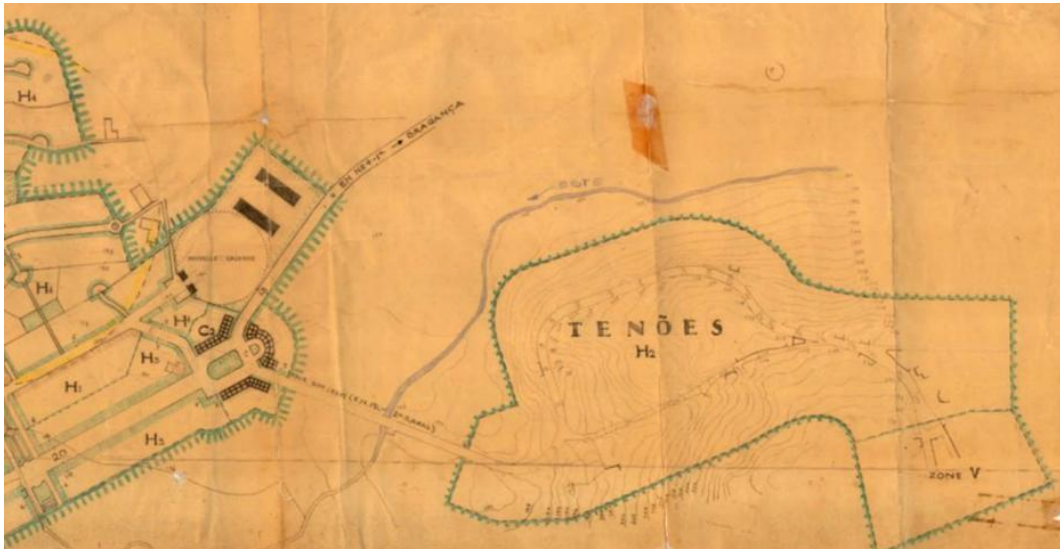
B 7 - Anteprojecto de remodelação dos Largos de Infias e de Monte d'Arcos, 1941 - Cortes Transversais.

Fonte: Pires, M. C. (2012) O Ateliê de Arquitetura/Urbanismo de David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva Martins, Visibilidade da Memória. Dissertação de Doutoramento. Fac. de Letras da Univ. do Porto, p.29.



B 8 – Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga (Aldeia suburbana de Real) 1/2000,1942.

Fonte: Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT.



B 9 – Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga (Aldeia suburbana de Tenões) 1/2000,1942.

Fonte: Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT.



B 10 - Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga – Entrada do Porto 1/2000,1942.

Fonte: Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT e editada pelo autor.



B 11 – Lista de edifícios de interesse público a conservar.

A – Distribuição geral de áreas de ocupação do solo

a) Edifícios de interesse público existentes e a conservar	
1- Hospital de S. Marcos .....	5.650 m.q.
2- Igreja de Maximinos .....	1.750 m.q.
3- Igreja da Nossa Senhora a Branca.....	430 m.q.
4- Colégio da Regeneração .....	21.632 m.q.
5- Colégio Missionário.....	6.914 m.q.
6- Património da S <sup>a</sup> . Da Torre.....	8.676 m.q.
7- Oficinas do S. José.....	12.247 m.q.
9- Creche.....	3.300 m.q.
10- Casa de Sande.....	4.613 m.q.
11- Escola Técnica.....	20.500 m.q.
12- C.T.T.....	2.974 m.q.
13- Governo Civil, Policia e Direção de Finanças.....	5.500 m.q.
14- Direção Escolar.....	1.752 m.q.
15- Preventório Anti-Tuberculoso.....	3.490 m.q.
16- Depósito de água.....	1.600 m.q.
	<hr/>
	101.025 m.q.

Fonte: Rezende, M. (1958). Plano Parcial de Sul de Braga. DGOTDU, p.18.

B 12 – Lista de edifícios de interesse público propostos.

b) Edifícios de interesse público propostos	
17- Liceu Fe.....	23.500 m.q.
18, 19 e 8 - Quatro grupos de escolas primárias e de escolas infantis	
- Grupo de S. Victor (sector 4).....	8.484 m.q.
- Grupo Gomes da Costa (sector 3).....	6.652 m.q.
- Grupo do Hospital (sector 2).....	5.160 m.q.
- Grupo de Maximinos (Sector 1).....	5.700 m.q.
	<hr/>
	25.996 m.q.
20 – Ampliação do Hospital de S. Marcos	
21 – Lar das Enfermeiras ( F. Gulbenkian)	
22 – Escola de Enfermagem (F. Gulbenkian) .....	23.915 m.q.
23 – Centro Religioso de S. Lázaro .....	8.000 m.q.
24 – Hotel.....	2.129 m.q.
25 – Posto de abastecedor de gasolina.....	800 m.q.
26 – Quartel de Bombeiros.....	7.477 m.q.
27 – Hospital de Surdo-mudos.....	8.589 m.q.
28 – Central Leitaria.....	7.287 m.q.
29 – Centro de Assistência Social.....	400 m.q.
30 – Centro Comercial Local de Maximinos.....	1.000 m.q.
31 – Garagem de recolha.....	800 m.q.
32 – Hotel.....	5.300 m.q.
	<hr/>
	109.193m.q.

Fonte: Rezende, M. (1958). Plano Parcial de Sul de Braga. DGOTDU, p.19.



B 13 – Fragmento da Planta de Urbanização do Antepiano de Urbanização de Braga, da área onde De Gröer propõe uma zona habitacional e onde o arquiteto V.M. Geraldes Cardoso vai intervir no seu Plano Parcelar 1/2000,1942.

Fonte: Gröer, E. de, (1944) Antepiano de Urbanização de Braga, DGT.

TIPO DE EDIFÍCIO	NÚMERO DE EDIFÍCIOS	NÚMERO DE FOGOS	NÚMERO DE HABITANTE POR FOGO	NÚMERO DE POPULAÇÃO HABITANTES/T	EM IDADE PO DE EDIFÍCIO ESCOLAR
MORADIAS GEMINADAS	82 <i>1847</i>	208	4,5	934	65
MORADIAS EM BANDA	50	50	4,5	225	16
APARTAMENTOS S/ COMÉRCIO	2	10	4,5	45	4
BLOCO HABITAÇÃO	30	272	4,5	1216	85
TOTAIS	164	532	-	2.420	170

B 14 – Previsão Populacional e tipos de habitação.

Fonte: Cardoso, V. M. G. (1965). Plano Parcelar de Urbanização entre a Rua da Taxa e Futura Rodovia (Braga). Câmara Municipal de Braga; DGOTDU, p.5.

## Anexo C – Transcrição de partes de artigos do jornal Correio do Minho

C 1 - Coutinho, J. de M. (1937, Junho 23). «Recorda-se a obra notável da Comissão de Iniciativa de Turismo que muito fez para o progresso de Braga e referem-se os projetos da Comissão Municipal de Turismo.» - O Passado. Correio do Minho.



...

Nos primórdios do século XX, com o estudo, projecto e inicio das obras de abertura da Avenida João Franco, faz-se o primeiro esforço inteligente para deixar de banda o canon insulo e pelintra, por tantos lustros acarinhado, seguindo e mantido e, em concordância com os princípios fundamentais sucintamente expostos, resolutamente integrar a cidade, tão apadrinhada pela natureza, numa nova gramatica de urbanização que lhe transformasse a incaracterística fisionomia, – já que, à outra, se lhe podia resar por alma – dando-lhe uma nova mais bela expressão arquitectural.

A avenida – João Franco – de- pois, da Liberdade e, agora, do Marechal Gomes da Costa, não foi metodicamente estudada, integrando-se num plano de conjunto, mas o seu delineamento foi lógico, apropriado e vantajoso no mais alto grau, pois que, ligando, no sentido irradiante, o centro mais nobre da cidade á periferia, acompanha, no seu traçado, e tem, como é sabido, a sua finalidade junto ao rio Este.

Outra não podia ser a sua directriz e, qualquer futuro arranjo de urbanização, terá, nela, a sua base lógica e natural.

Esta bela e magnificente artéria, de trinta metros de largura, com amplos passeios e duas faixas de rolagem, já, numa parte, debruada de magnificas construções, e onde estão localizados o edificio dos Correios e do Teatro do Circo – esta artéria digo, principiada em 1900, hoje, vinte e seis anos volvidos, por um inexplicável e indesculpável turpor municipal de

algumas das vereações, que tão acertadamente transmitiram pelas cadeiras do nosso Domus, só num terço, aproximadamente, está cortada e, nesse mesmo terço, até há pouco, unicamente a margem direita, á sua nascença, a dentro da cidade, estava cortada...

Anos passados, sobre 1909, paralelamente e não distante desta avenida, outra se abriu, também do centro para a periferia, e, também, tendo como finalidade o rio Este: A Avenida 31 de Janeiro.

Não tinha, esta nova artéria, a recomenda-la as mesmas premissas da avenida João Franco. Mas, em boa hora ela se rasgou, por que, não só permitiu a abertura do lindo bairro Dr, Porfirio da Silva, como estabeleceu um interessantíssimo problema que, por certo, nunca norbotou na génese inspiradora de quem a concebeu.

Esse problema, cuja resolução tempos atrás, eu, aqui havia trazido tinha o seguinte enunciado: Formando estas duas grandes artérias com a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, trez partes de um quadrilátero, que a corrente do Rio Este fechava, porque não se havia de completar este maravilhoso conjunto urbano de aspectos magnificentes, ligando, com outra avenida, que se desenvolveria marginando o rio o tópo sul das indicadas artérias

Foi este empreendimento, que se traduziria, para esta parte da cidade, num conjunto monumental, de aspectos panorâmicos, característicos e variados, do mais expressivo valor estético, que a Comissão de Iniciativa e Turismo – poz á cabeça do seu programa.

A nova avenida acompanharia no seu curso, regularizando-o, o Rio Este e, nos pontos de intersecção, com as Avenidas já existentes, rotundas de largo diâmetro, centradas por motivos monumentais, transformariam o mesquinho e pouco agradável acesso á cidade, por este sector, em duas entradas grandiosas do mais admiravel e impressionante efeito cénico, que, desde logo, suggestionaria, num sentimento de grandeza, o visitante.

Na sua frente rasgar-se-ia a linha soberba e monumental da Avenida que conduz à Cidade e, lateralmente, desenvolver-se-ia, numa única curva de quinhentos metros aberta e grandiosa, copada por arvoredos e de um lado debroçando-se sobre o rio por artística balustrada e, do outro limitada por vedações de conjunto uniforme, em que, espaços floridos, se alternariam com motivos ornamentais.

Para mais tarde – e muito, por certo – na outra margem do Rio, abrir-se-ia uma larga explanada que seria o terminus maravilhoso, dos arruamentos a estudar, que preencheriam, num bairro magnifico, higiénico e de exposição ao sul, o espaço, em encosta, entre as quatro grandes Avenidas.

Esta Avenida, marginando o rio, além de, logicamente, ligar dois bairros, seria o Passeio a curta distancia encantador, sombreado, higiénico e evotivo, para os habitantes da cidade, que por muito que se pesquize, outro não tem ...

A Comissão de Iniciativa encarregou do estudo do projecto desta Avenida, consoante este programa, a dois engenheiros distintíssimos, amigos da cidade, que muito lhes deve, e meus amigos queridos – o senhores Antonio Valança e Octavio Filgueiras, que, por seguirem destinos mais altos, com prazer geral, tiveram de abandonar Braga.

Encima estas nótulas e esquema da Avenida Marginal, integrado no conjunto monumental a que serve de harmónico e logico remate.

Disse atraz – e isto todos, se assim quisessem o poderiam ter visto, pois que bem patente está, que a Avenida Marechal Gomes da Costa, no seu começo, ali no centro mais nobre da Cidade, somente pela margem direita estava expropriada, cortada e construída. Da outra banda, em cotovelo assaz saliente para bem mostrar a simpatia que esta obra gossava – a antiga rua d Agua, em plano mais fundo, punha e põe, em em artístico confronto a cidade velha com a cidade nova.

Foi este problema, em estreita ligação com o primeiro e absolutamente irresolúvel de outra forma, que também a Comissão de Turismo enfrentou no seu programa, dando, com a construção do edifício da sua magnifica sede, que ontem se inaugurou – o primeiro corte na margem esquerda da Avenida; corte, que, pela força imanente das circunstancias que, propositadamente se criaram, terá de, sem mais aquelas detenças que se estendiam por décadas, ser continuado.

As dificuldades, inacreditáveis, que houve de vencer e se estenderam por dois estirados anos, impediram a Comissão de dar começo ás obras, que aliás, já tinham verba destinada, da Avenida Marginal.

Ainda integrado no largo plano de urbanização desta parte da cidade, trazendo –lhe uma valorização turistica de incalculável alcance, estudou e projetou a Comissão a municipalização do Parque da Ponte (para cujo lago já havia contribuído com cincoenta contos) construindo-se desde logo o famoso Estádio; uma das mais justificadas e lucrativas aspirações da cidade.

As mesmas dificuldades, que são o apanágio de todos os grandes empreendimentos a que se ousa aspirar em beneficio, não particular, mas da comunidade, tem empatado e retardado esta grande obra, que de esperar é do bairrismo e espirito inteligente e culto de todos, por que a todos interessa, chegue a bom termo.

Dentro do quadro restricto que venho descrevendo (pois para outras referencias, como á conclusão do Casino do Bom Jesus, etc., escasseia o espaço), fez a Comissão elaborar, pelo distinto architecto paisagista, Cristino Silva, um melhor arranjo da Avenida dos Combatentes. Fez-se o projecto que foi entregue. Mas a urgência compreensível de colocar meia dúzia de dias mais cedo, dois candieiros da iluminação, obrigou a pôr de banda, por então, este lindo trabalho...

E esta herança, grande e fecunda, que a extinta Comissão de Iniciativa e Turismo presidida pelo ilustre deputado e bracarense ilustre doutor Alberto Cruz deixe, como resultante de alguns anos de intenso, honesto e desinteressado labor...

Que, como auxilio do Dizino Espirito Santo que a todos ilumine, e, de todos, como acrisolada boa vontade, ela possa ser cumprida em toda a sua grandeza.

C 2 – Estética. C. M. de (1943, Maio 8). Uma carta da Comissão Municipal de Estética a propósito do ante-projecto de urbanização da cidade, Correio do Minho.



(...)

- Ora, para mais uma vez cumprir com o seu dever, estudou conscienciosamente, durante muitas sessões. O ante-projecto de urbanização, elaborado pelo arquiteto especialista Mr. E. de Groer, ao exame da Comissão remetido pela presidência da Camara. Desse exame resultou a concordância com alguns modos de ver do ilustre urbanista e a discordância com outros, embora se prestasse a devida homenagem ao seu saber e valor artístico.

Assim, a Comissão não concordou, entre outros pontos, com a redução a quasi metade da largura da Avenida Gomes da Costa, na parte que falta abrir, no alargamento para 17m da rua Santa Margarida, ainda com bifurcação na sua parte superior, para aliviar um transito, que ao distinto urbanista se afigurou intenso no futuro e, principalmente, com a construção do Mercado fechado e coberto no Campo da Vinha, inutilizado a mais grandiosa, bela e útil Praça da cidade, tanto mais que tinha já a sua opinião comprometida na vantagem de manter ali a *Feira Semanal*, sobrevivência admirável das Festas medievais, com seu caracter tão acentuado de côr, de pitoresco e de curiosidade, que tanto encanta os turistas, em qualquer parte da velha Europa onde ainda se encontram.

Mas um dos pontos de concordância da Comissão de Estética com o urbanista diz respeito á regularização da zona de Trás -da – Sé. É a única que a vesânia estética do século XIX nos deixou com seu caracter antigo.

Banalizou completamente a velha e histórica cidade, transformando a nisso que para ai vemos, sem caracter, sem interesse, sem arte nem pitoresco.

(...)

O caso da Sé é paralelo. Esta Comissão e a Comissão de Artes e Arqueologia deram, nesta parte, aprovação ao plano de urbanização, mas a vesânia policial do “Diário do Minho”, opõe-se-lhes, embora reconheça somente a autoridade da Comissão de Arte e Arqueologia.

(...)

C 3 – Minho, do C. (1943, Maio 11). Conselho Municipal – Prosseguiu ontem a discussão do plano de urbanização, Correio do Minho.



Continuou às 17 horas de ontem a actual sessão extraordinária do Conselho Municipal. Presidiu o sr. dr. Araújo Malheiro, secretariado pelos srs. P. e Aloisio de Sousa e dr. Ferreira Araújo.

Estão presentes todos os vogais do Conselho, com excepção do sr. Vasconcelos Chaves, cuja falta é justificada.

da camara compareceram os vereadores srs. Casimiro Silva, dr. Jaime Lemos e António Santos da Cunha.

O Chefe da Secretaria, sr. dr. Joaquim Barroso Dias Ramos, leu a acta da reunião precedente, que foi aprovada e assinada pela Mesa.

Na ordem do dia, e resumindo a discussão antecedente, o sr. dr. Serro manda para a Mesa uma planta elaborada de acordo com a sua opinião acerca do seu plano de acomodação do Rossio.

(...)

O sr. dr. Pinto, não tendo assistido á reunião anterior, declara dar o voto a tudo o que seja alargamento á volta da Sé. Falou se em ocultar mazelas: êle não conhece mazelas na Sé. Recorda-se que Braga deve á religião o prestígio que tem. Por isso, e pelas razões intrínsecas de tal resolução, se votará o que tender ao alargamento do espaço em volta da Sé.

O sr, Presidente vai propor á votação os diferentes pareceres sobre o arranjo do local:

1º. Alinhamento proposto pela Comissão de Estética e parecer da Camara (conservação do 14) – rejeitado pela maioria.

2º alinhamento divergente proposto pelo sr. dr. Serro – Rejeitado por maioria.

3º alinhamento determinado pelo corte a direito: (linha determinada pelo segmento da casa nº13) – Aprovado por maioria.

Pedida a votação nominal, declaram aprovar 10 membros do Conselho e rejeitaram 3.

O sr. Carlos Pereira da Silva justificou o seu voto negativo em todos os alinhamentos com a declaração de preferir o corte a direito, desde que não se podia como desejava reconstruir integralmente o largo.

Vota-se depois o alinhamento da Rua Mártires da Republica, obliquando a ultima do Rossio – Aprovado por maioria.

O sr. P, e Aloisio de Sousa comunicou ao Conselho que a Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais tem já pronto um estudo completo e perfeitíssimo para o arranjo do largo, e só esperava para o apresentar que o Conselho se pronunciasse. Está o Conselho de parabéns visto que, sendo a sua votação conforme ao que desejava a Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais, esta vai facilitar e cooperar no arranjo. É preciso pois envidar esforços para que tal realize, e brevemente.

*Quarteirão da Torre de Menagem* – o sr. Presidente lê a parte respeitante do Relatório do arquiteto Dr. Groer e do parecer da Camara.

Por este parecer o recinto é aberto pelo lado norte (Terceiros) e trata se do arranjo do lado sul, regularizado o alinhamento e libertado convenientemente o espaço inferior.

A rua do Castelo é também, segundo o parecer da Camara, alargada para 18 metros.

O Concelho aprova por unanimidade.

*Transferência do Mercado* - O projecto do urbanista prevê a mudança do actual mercado para a parte central do Campo Agrolongo.

O parecer da Comissão de Estética á contrário, quer a mudança para o Campo da Feira.

O parecer da Camara partilha o sentir do urbanista.

O sr. vereador Santos da cunha explica a opinião, conforme a esse parecer.

O sr. dr. Pinto opta pela manutenção da Feira do Gado no actual local, até conforme os interesses que representa.

O sr. dr. Serro desejaria que se mantivesse o Campo Conde Agrolongo como actualmente se encontra. Lembra que se collocasse o Mercado por alturas de S. Lázaro.



O sr. vereador dr. Jaime Lemos diz com que cuidado foi o assunto estudado na Camara. Não julga de aceitar a sugestão do sr. dr. Serro.

O sr. Presidente esclarece o que se prevê a construção futura de outros pequenos mercados em zonas novas.

O sr. coronel Pereira diz que o Mercado não deveria ser construído, em qualquer caso, no Campo da Feira.

O sr. dr. Xavier pergunta se podem encontrar-se outros locais; senão houver, votará o parecer da Camara.

O sr. Presidente esclare que não há; os que podiam adoptar-se tem outros destinos. Por exemplo o de S. Lázaro e previsto para a Gare de camionagem.

Posto a votação o parecer Camara é aprovado por maioria.

Depois é votado como consequência, o ajardinamento da praça Municipal e a abertura de uma passagem para peões da Praça a Rua Justino Cruz.

É aprovado por unanimidade, *Conjunto de antiguidades* - o capitulo seguinte refere-se à manutenção das características da R. de S. Marcos, R. do Anjo, arredores da Porta Nova, casa dos Biscainhos, e casa do extremo norte da R. de S. João

A Camara no parecer inclui, nesta zona a abertura do prolongamento da R. Justino Cruz ao Largo de S. João, e a conservação no local do Monumento a João Penha

(o urbanista propunha que se transferisse para defronte do futuro liceu feminino. O sr. P. e Aloisio a propósito diz que poderia ir para outra qualquer parte; nunca porem para junto do liceu feminino).

O parecer da Camara é aprovado por unanimidade.

*Avenida Marechal Gomes da Costa* - Entra em discussão o projecto do urbanista que pretende suspender a abertura desta Avenida ficando a rua das Aguas com a sua irregular disposição embora seja alargada.

O sr. Presidente expõe o parecer contrário da Câmara, e as razões que o motivaram.

O sr. dr. Pinto defende o parecer da Câmara. E referindo-se á afirmação do Relatório do sr. De Groer sobre "o pequeno trânsito" diz que ele nunca viu uma noite de S. João em Braga.

Posto á votação, o parecer da Câmara (continuação até final da Avenida com a largura inicial passeios laterais arborizados, e faixa de rolagem única), - é aprovado por unanimidade.

É também proposta, como solução provisória, a constituição de taludes e manutenção da rua do lado oriental, até que os respectivos edifícios possam vir ao alinhamento.

Este parecer da Câmara é aprovado por unanimidade.

C 4 - Minho, do C. (1943, Maio 13). Conselho Municipal - Em 3ª reunião prosseguiu a discussão do Plano de Urbanização. Correio do Minho.



Realizou-se ontem a terceira reunião da sessão corrente do Conselho Municipal. Presidiu o sr. dr. Francisco de Araujo Malheiro, secretariado pelos srs. P. e Aloísio de Sousa e dr. Ferreira de Araújo.

Compareceram todos os vogais do Conselho, á excepção dos drs, Hernani Leça, dr. Silva Pinto e Vasconcelos Chaves. Da Camara assistem os vereadores srs. Casimiro Silva e Antonio Santos da Cunha.

O Chefe da secretaria sr. dr. Barroso Ramos fez a chamada, e a seguir leu a acta precedente que foi aprovada e assinada pela Mesa.

O sr. Presidente leu o Relatório do Urbanista De Groer, e a seguir o parecer da Camara, sobre os seguintes pontos:

*Entrada do Porto – Pormenores.*

Inclue o arranjo do Largo de Maximinos, prolongamento da Rua da Fábrica, fazendo que o eixo de uma nova rua a abrir seja concordante com o dessa artéria, supressão de irregularidades no largo e terrenos circunvizinhos, pontos nos quais o parecer da Camara se afasta do projecto do urbanista. O parecer adopta o alargamento da rua do Caires, permanecendo os passeios cobertos por pergolas – ramadas de uvas, ou de flores.

O parecer da Camara é adoptado pelo Conselho, sem discussão.

*Habitações* – É adopta a sistematização proposta pelo urbanista, e á qual a Camara não faz reparos, com a divisão em três classes, para habitações ricas, médias e modestas, também por unanimidade.

*Legislação de construção* – Foram lidas as considerações do urbanista, que condena a construção de edifícios com mais de 3 andares, incluindo o rez-do-chão. A discussão só se fará quando for presente o Regulamento.

*Escolas e outros edifícios públicos* – É lido pelo sr. Presidente, o Relatório do Urbanista com referencia à reserva de terrenos apropriados para escolas e outros edifícios públicos e bem assim o parecer da Camara na parte respectiva.

A camara não aceita a colocação da Escola Comercial nos terrenos do Fujacal e Prados, por más condições do terreno e falta de acesso, e preconiza que se conserve no seu lugar actual.

Quanto á estação de camionagem, que o arquiteto pretendia estabelecer na Cerca dos Congregados, entende a Camara preferir a entrada fronteira da Rua do Raio.

O sr. Casimiro Silva, a uma referencia do projecto observa que a entrada da escola não será pela Avenida, mas pela Rua da Creche.

O sr. dr. António Xavier lê, a propósito, o seguinte parecer, que envia para a mesa:

*Em referencia ás instalações da Escola Industrial e Comercial desta cidade, e em face do conhecimento directo que tenho das «démarches» realizadas para a sua definitiva instalação ao sul da rua dos Congregados e com frente para a Avenida Marechal Gomes da Costa, Rua do Raio e Rua dos Congregados, sou de parecer que não deve ser aprovado nessa parte o ante-projecto do Architecto urbanista Sr. Groer, em consideração à projectada construção do edifício da Escola no local acima indicado, e com os seguintes fundamentos:*

*1º - A maior parte dos terrenos destinados á futura instalação da Escola, com a área de 10.000m<sup>2</sup>, é a sua exclusiva propriedade, excepto alguns prédios, quási em ruínas, que circundam a parte Sul e Poente da Cerca, e que já foram avaliados pela Direcção Geral da Fazenda Pública para expropriação.*

*2º A Junta de Construções do Ensino Técnico e Liceal, que á a entidade que tem a seu cargo a construção das Escolas Técnicas, confirmou por officio da Direcção Geral do Ensino Técnico, recentemente endereçado a esta Câmara Municipal, que realmente aqueles citados terrenos estão destinados á construção da Escola Industrial e Comercial de Braga.*

*3º - A implantação daquele edifício neste terreno, com frente para a Avenida, em nada prejudica ou altera o aspecto da urbanização daquela artéria, porquanto a fachada da Escola com frente para a Avenida Marechal Gomes da Costa mantém em toda a sua extensão o tal aspecto comercial, pois no rez-do chão estão projectadas várias divisões com amplas montras para exposição e venda de artefactos fabricados nas Oficinas industrializadas da Escola; e*

*4º - A construção da Escola no local previsto no ante-projecto em discussão e naqueles prédios da rua da Ponte ficaria dependente da prévia abertura daquela grande artéria que ligaria Maximinos com os Peões, pois á face desta nova rua é que se faria a construção da Escola. Este projecto da rua, sendo de indiscutível utilidade, seria entretanto imensamente dispendioso e não de pode prever a sua conclusão para quando for determinada a construção da Escola,*

*que deve ser logo após a próxima publicação da reforma do Ensino Técnico, conforme o solene compromisso assumido pela respectiva Direcção Geral no officio acima citado.*

*A aprovação por esta Comissão de Estética do ante projecto do Architecto urbanista Sr. Groer na parte referente ao edificio da Escola Industrial e a cedência dos terrenos da Cerca dos Congregados para uma estação de camionagens e de prédios com frente para a Avenida para futuras construções particulares, era fazer trocar á Escola o certo pelo duvidoso e manter por mais algumas décadas a actual e já deficientíssima instalação da Escola em 2 edificios separados - o da Escola Comercial na rua do Castelo, e que pelo facto de não ter nenhum terreno para recreio dos alunos não oferece nenhuma condições exigidas para um estabelecimento escolar – e o da Escola Industrial num pavilhão já acanhadíssimo e também improprio para o funcionamento das respectivas aulas práticas e teóricas.*

*A população desta Escola de cerca de 1.000 alunos, na sua maioria da própria cidade de Braga, merece a nossa atenção de modo a não lhe ser cerceada mas antes facilitada e abreviada a sua condigna instalação em edificio que oficialmente lhe está destinado e que já é a sua propriedade.*

*Com estes fundamentos proponho que se mantenha a localização da Escola na Cerca dos Congregados e não no local dos Prados, indicado no ante projecto em discussão.*

O sr. coronel Pereira concorda com a exposição do sr. dr. Xavier  
(...)

Quanto á estação de camionagem que são idealismos irrealizáveis muitas coisas em que se tem falado...nos cafés. Se se fizer, a primeira necessidade será a do seu policiamento conveniente.

O sr. Ricardo Amorim propõe que a estação de camionagem se faça junto a S. Lazaro, sobre a Rua dos Granjinhos para isso inutilizada.

O sr. P. e Aloisio recorda os princípios estabelecidos contra o regime de coeducação. Veja se por isso se a Escola Comercial, como está, não virá a ser pequena para as necessidades futuras e se não virá a ser desdobrada com a secção feminina correspondente.

O sr. Santos da Cunha reconhece o principio que condena a coeducação. Julga que a mulher virá a ser afastada das escolas industriais, dedicando-se lhe embora pequenas escolas de vida e trabalhos do lar.

O sr. Presidente propõe que seja sugerida a reserva de terrenos para uma futura escola técnica feminina que poderá ser na zona de expansão.

E votado o parecer da Camara que mantem a Escola Comercial e Industrial no terreno que lhe pertence e já ocupa, - O conselho aprova por unanimidade.

É também aprovada a reserva de terreno para uma escola Técnica feminina, se o governo quiser algum dia a sua criação.

Central de Camionagem – Sobre este assunto manifestam ainda opiniões e sugestões ou fazem reparos os srs. P. Aloisio, Ricardo Amorim e Santos da Cunha.

O sr. dr. Serro diz ter votado a conservação da Escola Industrial onde está, por muitas razões, e a primeira é que já está lá. Quanto a colocar-se em frente a estação de camionagem não aprova, Sabe por experiencia própria, quanto a simples passagem de veículos na proximidade perturba os trabalhos escolares. Por isso quer a sua colocação mais desviada.

Das referencias e pareceres ficam assim á escolha três locias a indicar: - A rua dos Granjinhos, que será inutilizada; - o local na Avenida em frente, e por fim – um pouco a designar mais abaixo da igreja de S. Lazaro.

A votação, porém, fica adiada para a reunião seguinte, por algumas vogais do Conselho manifestarem a vontade de estudar mais detidamente o assunto.

Ruas Novas – O plano do urbanista, ao prever o alargamento da cidade em novas zonas, estabelece que se edifique somente 12 010 da área total, ficando o resto para uso comum ou áreas de ajardinamento. O parecer não fez observações, modificando só o projecto no que se refere á Avenida Central, de acordo neste ponto, com a Comissão de Estética.

Apenas é definitivamente proibida a viação na faixa central, que será coberta de mosaico.

(...)

C 5 - Coutinho, M. (1952, Fevereiro 17). Dois problemas de urbanização - II Mercado. Correio do Minho.



Classifiquei de pitorescas a história dos dois casos – rua de Francisco Sanches e Mercado. Á deste, melhor caberia a de «edificante».

Remontemos, pois, trinta e nove anos atrás.

A Câmara que estava a sair e...o seu presidente acompanhava-a.

Orientava, então a política do distrito, com apuro, cordato e compreensivo, o Dr. Manuel Monteiro. Passou em revista os próceres da cidade. A lista era escassa e estava exausta.

Alguém o informou de que residia aqui, recém-vindo de África, o Tenente-Coronel Lopes Gonçalves, onde, em Lourenço Marques, desempenharia com prestígio o cargo de Presidente da Câmara, iniciando trabalhos de vulto como o porto e urbanização da cidade. Não havia que hesitar.

(...)

No entanto a Cidade deve-lhe serviços de vulto. É de sua iniciativa e fez-se com desusada presteza, a Avenida Central e deu notável incremento aos planos que encontrou, da rede eléctrica, águas e outros mais.

À sua clara visão logo se apresentou o problema do Mercado. Segundo a velha tradição, em que, no geral e grandes cidades, se fazia na frente das catedrais ou dos Paços do Concelho, o de cá, também a descoberto, efectuava-se, na altura, na Praça Municipal. Vi esses mercados móveis em Paris. Organizavam-se de madrugada e à tarde haviam desaparecido e o local estava limpo.

Lopes Gonçalves estudou o assunto, expôs e defendeu a sua opinião. – O mercado a construir deveria continuar no mesmo local.

Como centralização, perto de uma artéria radial de intenso trânsito, no meio de duas linhas de eléctricos, ascendente e descendente, esta premissa do problema era, então defensável.

Porém não só pela sua situação entre o edifício da Câmara e o magnífico Paço Episcopal, cuja restauração se impunha fazer, como pela péssima topografia do local em forma trapezoidal e com acentuado declive, - a colocação aí, do Mercado, seria inadmissível.

Grande foi a oposição levantada e não menor a polémica.

O Dr. Alberto Feio, no seu jornal – Imparcial, se vem me recordar – em artigos seguidos, com segura argumentação, analisou e rebateu o singular intento. Por mim, com igual desígnio, no mesmo jornal escrevi dois artigos.

Na própria Vereação, a maioria contrariava esse local. Mas Lopes Gonçalves, com tenacidade, insistia e não transigiu.

Fez reunir a Câmara e apresentou-lhe o dilema – Aprovação desse local ou demitia-se.

Aonde encontrar quem o pudesse substituir?

Como de direito abriu-se concurso público para o projecto e obra. Lavada e minha testada, nada me impedia de concorrer. Para a escolha do projecto, reuniram, em conjunto, Câmara e Conselho Municipal. Quase por unanimidade, foi aprovado o meu.

Tenho-o aqui na minha frente.

São passados trinta e oito anos.

Ainda o olhei com agrado. Hoje está desmantelado e falto das pinturas. Então, mal despontava o cimento armado. O predomínio dos grandes vãos envidraçados, aligeirava o aspecto do conjunto. O difícil estudo da armação de ferro, - com suas águas *empenadas* – é notável. Se bem me recordo, foi executado pelo meu amigo – grande engenheiro – Coronel Vicente Ferreira – que também estudara a calota do Teatro Circo.

(...)

A largura do Mercado é, na frente de 62 metros e, no alçado posterior de 36 m. pelo comprimento de 64 metros, do que resulta a superfície de 314 metros.

--

No acesso da polémica, publicara o Dr. Ribeiro Braga um trabalho, primorosamente escrito e com larga cópia de argumentos, defendendo a escolha do Campo do Salvador<sup>44</sup> para o novo Mercado.

(...)

Volta – e ainda bem – ao debate o desígnio da mudança do Mercado, reparando-se o êrro inicial.

Vejo que os pareceres se concretizam na opção pelo mesmo Campo do Salvador.

Não penso que se deva, desde já condenar a ideia. Há que, com calma e equilíbrio construtivo, fazer o equacionamento do problema.

E logo se apresenta, com atraente relevo a facilidade burocrática e a vantagem económica que tal circunstância representa para a Câmara. Não há processos de expropriação. O terreno é seu.

Mas a Câmara consubstancia a população cidadina. As convivências das duas não podem ser opostas.

Desenremos a planta da Cidade e debrucemo-nos sobre ela, já que ainda não há o plano esquemático a que me referi.

E logo ressaltam à vista, numa evidência que se impõe, os enormes espaços vãos, ou manchas verdes, compreendidos entre Maximinos e Pelames (ou S. Geraldo), entre esta rua e a Avenida do Marechal Gomes da Costa. Entre esta a Avenida Salazar e, depois porventura entre esta e a rua de Bernardo Sequeira.

São estes terrenos magníficos, com a exposição do Meio-dia e suave pendente para o Rio, os quais, para dar forma e jeito ao conjunto citadino antes dos mais se devem urbanizar. E são eles que, com clara visão das realidades palpáveis, - seguindo aqui o plano de De Groer, a

---

<sup>44</sup> Atual Praça Conde de Agrolongo

Câmara, já começou a urbanizar com suspcioso resultado, não se devendo deixar em pouco o contributo que dá o bloco residencial.

É cedo para se falar nos terrenos entre a rua de Santa Margarida e Avenida do Taxa, a Leste e dentro, ainda do perímetro da cidade, e previstos no plano de De Groer.

Agora, na mesma planta, faça-se este ligeiro *diagrama* – Do Campo do Salvador a:

Largo de S. Sebastião ...	690 m.
Maximinos.....	1.150
R. do Cons. Lobato.....	1.450
Av. do M. G. da Costa....	1.450
Largo da S <sup>a</sup> -a-Branca.....	1.100
Enfias.....	900
Av. do Taxa – topo.....	1.250
Av. do Taxa (a S. Victor)..	1.500
Avenida Salazar.....	1.600
Av. Bernardo Serqueira...	1.950
Bairro.....	2.500

É monótono, este diagrama mas diz muito.´

Mas vejamos mais, Medindo a cidade, no seu comprimento, pelo que tiro uma linha do prolongamento da rua Farla Roby até à ligação da Avenida Taxa com a rua de S. Victor somente...são – 2.000 metros. E outra, pela largura, desde Enfias ao largo das Latinhas – prolongamento da rua do Conselheiro Lobato, - 1.500. a intersecção das duas linhas marca o centro da cidade e, sem dúvida, como ficou dito, da parte que é, ou será em futuro não distante, a de maior aglomeração populacional.

Esse ponto de cruzamento é a Sul da Avenida Central, próximo dos Congregados.

Mercado que bem sirva a cidade – centralizando o seu abastecimento, tem de ser nesse circuito.

O local indicado, pela magnífica situação, seria o do Colégio Teresiano e terrenos anexos. Hoje a expropriação iria a soma elevada.

Mas poder-se-ia ocorrer ao inconveniente apontado sem recorrer a meios extremos e dificultosos? Haveria uma hipótese que creio aproveitável.

Está disponível o bloco fronteiro ao Colégio, constituído pelos terrenos entre a Avenida, Travessa dos Congregados e rua do Raio.

Como já tenho dito, daria magnífica Estação de Camionagem pelo local e centralização.

Mas esse local é de tal ordem que, pelas mesmas razões, se presentaria segundo penso a Mercado, em ponto central e acessível.

A sua fachada deveria, talvez, afastar-se dez metros do alinhamento da Avenida. Ficaria assim, um *square* arborizado e ajardinado na sua frente. Pelo lado oriental, uma rua de 10 metros de largura, permitiria a construção de casas com lojas no seguimento do Hotel Aliança. Tomar-se-



ia, integral, o alinhamento da rua do Raio. E, desta maneira teria uma frente de 76 metros por 86 metros de profundidade.

Seguindo a linha da rua do Raio, seria um tanto trapezoidal - o que não é defeito.

Isto representa a superfície de 650 m. quadrados. O actual tem 314 m. quadrados. E o da Praça da Figueira, em Lisboa, uns 720 metros quadrados.

Estará assim garantido o abastecimento da cidade em todas as eventualidades futuras.

Mas o que deixo dito e o que, pelo demasiado alongamento deste artigo, deixo de dizer do precário alongamento da cidade no perímetro do Campo do Salvador, não é como solução do problema, mas, simplesmente, como uma das premissas da equação que, com bases que não as de natureza urbanística e técnica, tem de ser resolvido com aquele prudente critério e sentido das oportunidades que hoje, graças a Deus, é norma de quem dirige os destinos da cidade.

Não é assim, licito pôr de banda a transferencia do mercado para o Campo do Salvador. Mas, prestando a mias ponderada atenção às consequências do diagrama que apresento, ter em conta devida que, o mercado no extremo ocidental da urbe, trará como determinante inexorável, a construção de outro mercado a Leste da cidade em prazo que não prolongue o prejuízo dessa grande zona populacional.

Esses dois mercados deverão ser de feitura e dimensões mais modestas, não faltando, é de ver, todos os preceitos modernos, o que, um tanto, com as condições do terreno já apontadas, favorece a resolução do problema.

Não será, contudo, a melhor solução nem, no conjunto, a mais económica. Chamemos-lhe solução de recurso.

É que os erros que nos vêm de trás são letras a prazo e a pagar com largos juros.

C 6 - Braga, C. M. de. (1952, Fevereiro 22).Deliberações tomadas na sua reunião de ontem. Correio do Minho.



(...)

O Sr. Ministro manifestou grande apreço não só pelas obras em curso, mas também pelas que estão projectadas: - o prolongamento da Rua Francisco Sanches e a mudança do Mercado.

Desta ultima, ficou resolvido que a nova construção se faça no Campo da Feira. Brevemente fará as propostas necessárias para a organização do projecto de modo que a construção possa iniciar-se em 1953.

(...)